

VOLMIR MENEGUZZO

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
DO MUNICÍPIO DE BONITO – MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – CPPGE-
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO ACADÊMICO –**

CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL - 2008

VOLMIR MENEGUZZO

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
DO MUNICÍPIO DE BONITO – MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação do Professor Dr. Olivier F. Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – CPPGE-
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL –
MESTRADO ACADÊMICO –**

CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL - 2008

Ficha catalográfica

Meneguzzo, Volmir

M541a Avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor no desenvolvimento turístico do município de Bonito – Mato Grosso do Sul / Volmir Meneguzzo; orientação Olivier François. Vilpoux. 2008
81 f. + anexos

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mestrado em desenvolvimento local, 2008.
Inclui bibliografia

1. Associações sem fins lucrativos 2. Turismo – Bonito (MS)
3. Ecoturismo.I. Vilpoux, Olivier François II.Título

CDD-338.4791

A Deus, aos meus pais, a esposa e filhos, que me acompanharam, ajudaram a vencer e contribuirão em outras batalhas, seguramente com novas vitórias.

Agradecimentos

Aos professores do mestrado, pelo apoio e compreensão.

Aos amigos pelas dicas e informações.

Aos colegas de turma pela paciência e apoio.

Aos bonitenses pela acolhida.

A minha família pela compreensão, compreensão, compreensão....

RESUMO

Nas últimas décadas, as mudanças dos modelos de atuação do poder público e das empresas que buscam lucratividade em seus negócios permitiram o surgimento de problemas sócio-ambientais muito discutidos pela sociedade civil. A ineficiência do poder público contribuiu para o fortalecimento das Organizações do Terceiro Setor, também conhecidas por Organizações Não Governamentais – ONGs, que buscam desenvolver atividades em diversos setores, entre os quais destacam-se as atividades do turismo em ambientes naturais e o ecoturismo. O Município de Bonito, em Mato Grosso do Sul, destaca-se pela relevância do ecoturismo e a grande atuação de ONGs. Nos últimos 15 anos, esse território constatou o forte crescimento do ecoturismo e das atividades das ONGs. No entanto, as entidades do terceiro setor possuem falhas na apresentação de resultados e falta de avaliação no desempenho de suas atividades. Diante dessa situação, estabeleceu-se como objetivo a avaliação do desempenho das organizações do terceiro setor na promoção do turismo e do desenvolvimento local em Bonito, enfatizando os mecanismos utilizados para avaliar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade. A pesquisa foi executada com as entidades que atuam na defesa do meio ambiente, educação para o melhor uso dos recursos naturais e entidades de fomento ao turismo. Os resultados demonstram que apesar das parcerias identificadas com o poder público, empresas e ONGs nacionais e internacionais, as Organizações do Terceiro Setor objeto desta pesquisa executam determinadas avaliações em parte de suas ações, mas ainda estão longe de avaliar efetivamente a eficiência, eficácia e efetividade de suas atividades e projetos. Apesar disso a pesquisa confirmou o importante papel das ONGs na promoção do turismo e do desenvolvimento local de Bonito, com grande participação da sociedade civil. A fragilidade identificada poderá ser minimizada com o fortalecimento de parcerias com as universidades, com maior sensibilização da sociedade e turistas e com maior ênfase em indicadores de resultado de curto, médio e longo prazo, permitindo as avaliações de desempenho.

Palavras Chave: Terceiro setor, Bonito, eficiência, eficácia, efetividade.

ABSTRACT

During the last decades, the changes in the action of governments and profit companies have caused the appearance of social environmental problems, which have been widely discussed by the civilian society. The inefficiency of the government has contributed to the strengthening of the Third Sector Organizations, also known as Non Governmental Organizations – NGOs, which search to develop activities in various sectors, among which the localities with tourist activities in natural environments and ecotourism. The relevance of tourism in natural environments and ecotourism are evident in the municipality of Bonito, in *Mato Grosso do Sul*. In this territory, the actions of the NGOs in the last 15 years increased a lot. In the meanwhile, it can be noticed an insufficient presentation of results, as well as the lack of evaluation of the third sector entities performances. In front of this situation, the objective of the research is to evaluate the performance of these organizations in tourism promotion and local development in Bonito, emphasizing the mechanisms used to evaluate the aspects of efficiency, efficacy and effectiveness. The research has considered the entities that act in the defense of environment and in the education for a better use of natural resources, such as entities that promote tourism. The results indicate that in spite of the partnerships with government, companies and national and international NGOs, the Third Sector Organizations realized the evaluation only of part of their activities and are still a long way from evaluating the efficiency, efficacy and effectiveness of their activities and projects. Even so, the research confirmed the importance of the NGOs in the promotion of tourism and in the local development of Bonito, through the important participation of the civilian society. The fragility identified could be minimized by the strengthening of partnerships with universities, the increase in consciousness of society and tourists and with a greater emphasis on results indicators for short, medium and long terms, which permit the evaluation of performance.

Key words: Third sector, Bonito, efficiency, efficacy, effectiveness.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de habitantes nos diferentes bairros do município de Bonito.....	35
Tabela 2 - Definição de amostragem de pesquisa segundo universo identificado.....	36
Tabela 3 – Percepção das atividades das ONGs pelos setores entrevistados na pesquisa.....	70

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do corredor de biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena.....	4
Mapa 2 – Localização do território do turismo de Bonito, Mato Grosso do Sul.....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fronteiras entre o terceiro setor, setor privado e setor público.....	13
Figura 2 - Organismos de apoio ao Arranjo Produtivo Local Bonito/Serra da Bodoquena	30
Figura 3 - Demonstração das relações de promoção do turismo e de incentivo ao desenvolvimento local de Bonito.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Citações para eventos de maior satisfação cultural para população de Bonito.....	39
Gráfico 2 – Importância do meio ambiente para o município de Bonito na ótica da população.....	41
Gráfico 3 – Formação escolar e acadêmica da população de Bonito.....	42
Gráfico 4 – Formação escolar da população de Bonito relacionada com as expectativas que possuem do trabalho das ONGs no município.....	42
Gráfico 5 – Percepção da população de Bonito quanto ao nível de influência que devem ter as ONGs em função do tipo de atividade realizada no município.....	43
Gráfico 6 – Freqüência das viagens turísticas para qualquer destino, dos turistas entrevistados em Bonito.....	46
Gráfico 7 – Origem dos turistas que procuram o turismo contemplativo em Bonito.....	47
Gráfico 8 – Médias das Avaliações dos turistas relativas aos diversos fatores ligados ao desenvolvimento turístico no município de Bonito.....	48
Gráfico 9 – Faixa etária e renda mensal dos turistas que visitam Bonito.....	49
Gráfico 10 – Formação escolar ou acadêmica e nível de renda mensal dos turistas que visitam Bonito.....	50
Gráfico 11 – Avaliação do poder público em relação à participação das ONGs na construção de políticas públicas (PP) em vários setores de Bonito.....	52
Gráfico 12 – Área de influência das ONGs com aumento de políticas públicas em Bonito, na ótica do poder público	53
Gráfico 13 – Forma de apoio do Poder Público para as ações e projetos das ONGs em Bonito.....	53
Gráfico 14 - Origem das pessoas e empresas que promovem o turismo de Bonito.....	56
Gráfico 15 - Apoio do <i>trade</i> turístico para as ONGs em Bonito.....	57
Gráfico 16 - Avaliação do <i>Trade</i> quanto à publicidade dos atos e da mensuração de resultados por parte das ONGs que atuam em Bonito.....	58
Gráfico 17 - Tempo de fundação das ONGs entrevistadas em Bonito.....	60
Gráfico 18 – Quantidade de projetos desenvolvidos pelas ONGs em Bonito nos últimos 5 anos, por fonte de recursos.....	61
Gráfico 19 – Utilização de indicadores de avaliação pelas ONGs nos projetos executados em Bonito.....	62
Gráfico 20 – Utilização dos diferentes critérios de avaliação da eficiência pelas ONGs em Bonito....	63
Gráfico 21 - Objetivos utilizados pelas ONGs de Bonito para seleção dos projetos executados.....	64
Gráfico 22 - Nível de formação acadêmica dos coordenadores de ações das ONGs em Bonito.....	65
Gráfico 23 – Médias de citações das áreas atendidas pelos projetos das ONGs em Bonito.....	66
Gráfico 24 - Forma de proposição de políticas públicas por parte das ONGs em Bonito.....	67

SUMÁRIO

I. Introdução	1
1.1. Hipótese e objetivo.....	5
1.2. Justificativa.....	5
1.3. Apresentação do Estudo	8
II. Revisão Bibliográfica	9
2.1. Nova Economia das Instituições (NEI)	9
2.1.1. Instituições	10
2.1.2 As Organizações.....	11
2.2. O Terceiro Setor	12
2.3. Medida de desempenho.....	18
2.3.1. Eficiência, eficácia e efetividade.....	19
2.3.2. Medida de desempenho nas atividades públicas	21
2.4. Desenvolvimento local	22
III. O Município de Bonito	26
3.1. Descrição de Bonito	26
3.2. O terceiro setor em Bonito	28
3.3. A importância do território no turismo de Bonito.....	30
IV. Metodologia:	32
4.1. Delimitações do Estudo.....	32
4.2. Base metodológica	32
4.3. Seleção de variáveis do estudo	37
V. Interpretações dos dados e análise	39
5.1 – População de Bonito.....	39
5.2 – Turistas	45
5.3 – Poder público.....	51
5.4 – <i>Trade</i> Turístico	55
5.5 – Organizações Não Governamentais – ONGs	59
5.6 – Análise Geral.....	69
VI. Conclusões e recomendações.....	74
VII. Referências Bibliográficas	76
Apêndice	81

I. Introdução

A busca dos governos em centralizar as políticas públicas, a fim de suprir as necessidades da sociedade, encontra cada vez mais dificuldades. Países europeus e os Estados Unidos da América vêm discutindo e avaliando impactos do chamado “*Welfare State*”, característico de um governo centralizado e burocratizado. O principal objetivo destes países é tornar seus governos mais ágeis, contemplando a população em suas necessidades mais emergentes. Neste contexto, caminha-se para a flexibilização do papel do estado e a ampliação do papel das entidades da sociedade civil.

As novas percepções do mercado, com aberturas comerciais e a globalização, influenciaram a concepção de novos comportamentos em empresas, poder público e sociedade civil. A exigência de maior qualificação de empresas e trabalhadores, com influências nas esferas governamentais relativas ao desempenho administrativo, apresenta sinais de intensificação nos últimos anos. Em paralelo a esta dinâmica, o apoio governamental em educação e políticas sociais em determinados países como o Brasil, tem propiciado condições de preparação insuficiente dos cidadãos, dificultando o acesso a oportunidades de trabalho que poderiam incrementar a qualidade de vida.

No Brasil percebem-se apontamentos relativos à baixa eficiência do Estado em programas sociais e na gestão de políticas públicas, o que contribui para as desigualdades. Parte desta conjuntura delineada pelo Estado pode ser atribuída às políticas econômicas de abertura de mercados adotadas, que expõem a sociedade civil a uma competição elevada. Para resolver a situação das desigualdades destacam-se ações lideradas pela sociedade civil em torno de questões voltadas à saúde, educação, meio ambiente, distribuição de renda, redução da criminalidade, apoio às necessidades especiais, micro crédito, desenvolvimento de setores produtivos com sustentabilidade, entre outros.

Torna-se cada vez mais freqüente a discussão em torno da participação da sociedade civil organizada na busca da minimização das diferenças, na melhor utilização dos recursos ambientais, econômicos e nas condições sociais, para que tanto as gerações atuais possam usufruir desta triade, assim como as próximas gerações às explorem em igual situação ou ainda melhores, consolidando a sustentabilidade. Destaca-se o aumento do senso de responsabilidade e a busca da convivência que cada ser humano tem em relação a outros seres

humanos e destes com os fatores necessários para o desenvolvimento com equidade, onde pode ser destacada a estreita relação do homem com os recursos naturais.

Segundo Coelho (2005), três setores desenvolvem atividades na sociedade, promovendo o uso organizado e articulado com a sociedade dos recursos humanos, materiais e ambientais, caracterizando-se o desenvolvimento local: o mercado (primeiro setor), o governamental (segundo setor) e o das atividades sem fins lucrativos (terceiro setor). Neste ultimo, a sociedade civil se fortalece por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs), ou outras entidades sem fins lucrativos, tais como Sindicatos, Associações de classe, Institutos educacionais e até mesmo partidos políticos.

A atuação da sociedade civil organizada ganhou importância em função das deficiências geradas pela conduta do poder público e pela busca por resultados conduzida pelo setor privado, que maximiza o lucro com reduzida preocupação nos aspectos sociais e ambientais. Por outro lado, foi intensificada a cobrança sobre as organizações pertencentes ao terceiro setor, no sentido de apresentar resultados baseados na racionalidade instrumental, que caracterizam meios e métodos de mensuração. Com isso, a atuação dessas organizações vem sendo questionada freqüentemente, principalmente sobre a legitimidade de seus atos, a real participação na definição de políticas públicas, a coerência na utilização de recursos públicos e, sobre tudo, em relação aos resultados das ações com o detalhamento e melhor uso dos recursos (eficiência), com a visualização dos resultados relativos aos objetivos traçados (eficácia), e na percepção das melhorias propiciadas na sociedade (efetividade).

A execução de serviços públicos por parte do terceiro setor em projetos e programas sociais, normalmente através de parcerias com o poder público ou com empresas privadas, esta transferindo responsabilidades e direcionando a atuação das ONGs para uma caracterização de mercado empresarial que busca resultados em todos os seus processos e por outro lado cumpre o papel do estado, executando atividades assistenciais e criando vínculos de dependência, reduzindo seu caráter de mobilização, reivindicação e proposição (THOMPSON, 1997 *apud* VIDAL et al., SD).

O fortalecimento do terceiro setor encontra muitas situações favoráveis de atuação, através de entidades de apoio, entre elas a Rede de Integração do Terceiro Setor – RITS, que propicia uma articulação importante entre as entidades. Neste conjunto de espaços de atuação, o turismo em ambientes naturais e o ecoturismo apresentam-se como importantes focos para as ONGs desenvolverem projetos.

Segundo Cunha & Cunha (2005), nos últimos 50 anos o turismo vem se destacando como atividade de grande crescimento e apresenta uma das maiores escalas de expansão em termos mundiais. O aumento do período de férias, a redução do custo e do tempo de viagens, e a maior intensidade das viagens de negócios têm promovido a aceleração do desenvolvimento do setor com geração de oportunidades para empresários e para a população que precisa de empregos e renda.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2006) apresenta considerações importantes quanto ao potencial do turismo em favorecer o desenvolvimento local. Muitas vantagens são percebidas nesse contexto, entre as quais a geração de empregos, a possibilidade de aumento de renda, novos investimentos, criação de novos negócios e de novas organizações, que impulsionam o processo de crescimento e desenvolvimento.

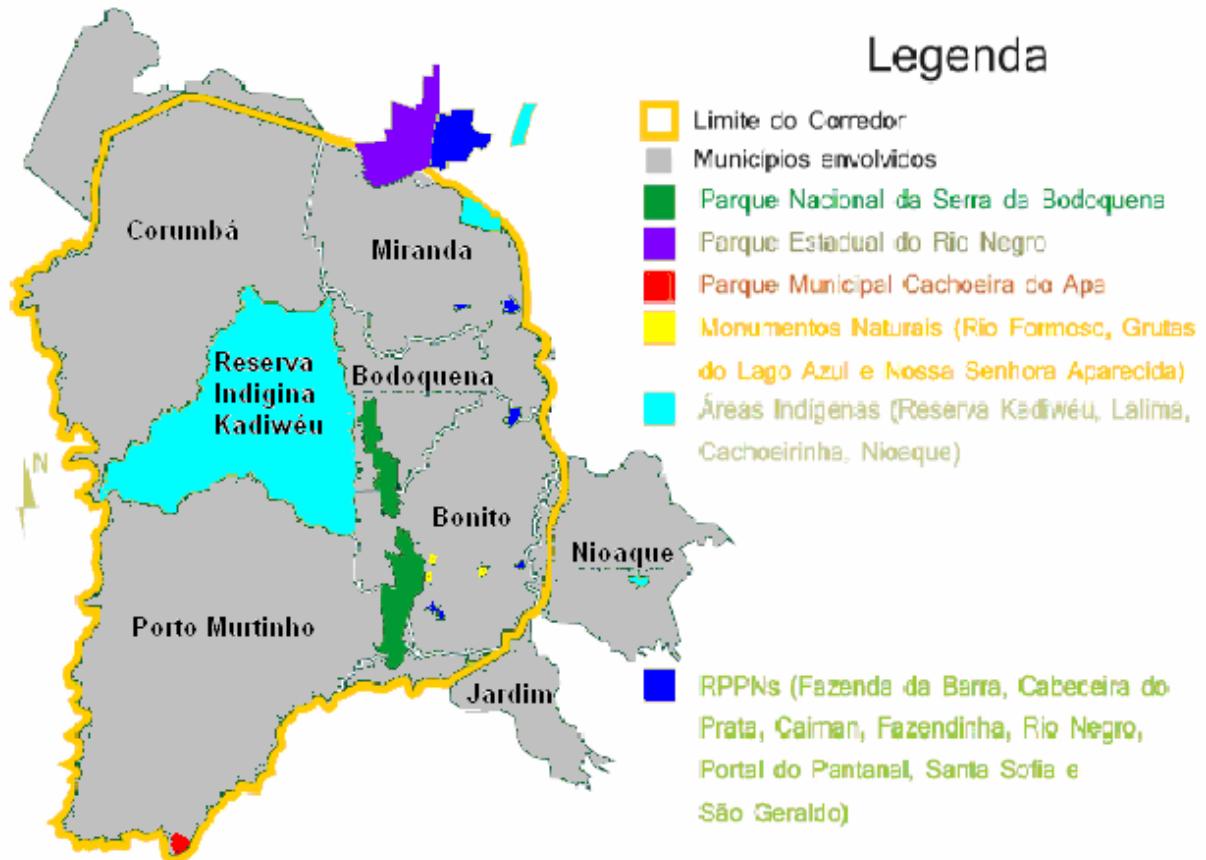
Lemos (1999) destaca que o turismo apresenta forte relevância, oscilando entre a terceira e quarta atividade econômica de maior relevância em geração de empregos no mundo. Para Trigo (1998) a atividade do turismo encontrou espaço de privilégio no setor terciário e propicia ocupações de destaque em suas atividades pela sofisticação que vem adquirindo e pelos benefícios proporcionados aos turistas e as comunidades em que se destaca.

Para Wilson (1993), citado por Kinoshita (2007) a relação do homem com a natureza está calçada na hereditariedade. O autor destaca o “amor pela vida” (biofilia), remetendo ao fato de que as pessoas buscam permanentemente a relação com a natureza e assim criam ambiência na preservação e no melhor uso de recursos naturais, buscas que podem ser obtidas através de projetos em ambientes tipicamente turísticos liderados por entidades tais como as ONGs.

Muitos fatores negativos podem ocorrer nos locais aonde o turismo vem crescendo, como poluições sonoras e visual, impactos com a poluição das águas, degradação ambiental, especulação imobiliária, violência, perda da identidade e cultura local, entre outros fatores determinantes (CUNHA e CUNHA, 2005). Neste conjunto de fatores, as ONGs encontram um ambiente importante para o desenvolvimento de seus projetos.

Quando se considera o ambiente do turismo de Mato Grosso do Sul, algumas regiões se destacam como o pantanal e a Serra da Bodoquena. O pantanal ocupa uma área de aproximadamente 600.000 km². O estado de Mato Grosso do Sul ocupa boa parte desta área. A Serra da Bodoquena, localizada dentro da área do pantanal, abrange principalmente os municípios de Jardim, Bonito, Porto Murtinho, Nioaque, Bodoquena, Miranda e Corumbá.

Esta região inclui o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, que atinge áreas dos municípios de Jardim, Porto Murtinho, Bonito e Bodoquena e apresenta inúmeras potencialidades turísticas (Mapa 1).



Fonte: Brambilla et al. (2006)

Mapa 1 – Mapa do corredor de biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena.

Com o avanço das empresas de turismo e das ações do terceiro setor em ambientes de ecoturismo, como em Bonito no Mato Grosso do Sul, o poder público tem focado muitas ações em processos regulatórios, com o intuito de reduzir as incertezas e normatizar às condutas do setor. Evidencia-se a importância da Nova Economia Institucional – NEI, que aborda as regras do jogo, que regulam as atividades de um setor ou país. A NEI permite analisar as instituições formais e informais, as relações humanas e organizacionais e sua aplicação no ambiente econômico. Essa teoria enfatiza a importância da abordagem referente ao papel das instituições e seu papel no desempenho das organizações, tais como as ONGs.

A existência de mais de 100 organizações do terceiro setor registradas em cartório no Município de Bonito (CARTÓRIO SENA MADUREIRA, 2007), remete a um questionamento quanto ao papel e desempenho destas organizações em ambiente tipicamente

turístico. Em municípios vizinhos, como Bodoquena e Jardim, essas organizações existem em número bem inferior. Além das ONGs originárias de Bonito, verificou-se a existência de outras de origem nacional e internacional, que desenvolvem atividades na região principalmente direcionadas às questões de defesa do meio ambiente, como a Fundação Boticário, a WWF e a Conservação Internacional - Brasil.

1.1. Hipótese e objetivo

Enfatizando que o Terceiro Setor é formado por entidades sem fins lucrativos e com caráter de Organizações Não Governamentais – ONGs, estes termos serão utilizados na pesquisa de forma sinônima, representando o mesmo significado em suas diferentes citações. Com isso destaca-se como hipótese que as organizações do terceiro setor, ligadas às questões ambientais e de fomento empresarial do turismo, contribuem através da execução de projetos e viabilização de políticas públicas, para a promoção do turismo e o desenvolvimento local de Bonito – Mato Grosso do Sul. Porém, essas organizações não possuem suficientes mecanismos de avaliação de desempenho de suas atividades e freqüentemente são questionadas quanto à visibilidade dos resultados e à legitimidade de seus atos, pela população e pelos parceiros.

A partir dessa hipótese, a pesquisa objetiva avaliar o desempenho das organizações do terceiro setor na promoção do turismo e do desenvolvimento local em Bonito – Mato Grosso do Sul, enfatizando os mecanismos utilizados para avaliar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade.

Como objetivo específico, a pesquisa se propõe em levantar os aspectos relevantes para a população, os turistas, os *trades* turísticos e o poder público, em relação às atividades das ONGs pesquisadas. Essa análise é indispensável para verificar o desempenho das ONGs e permite identificar alguns aspectos que poderiam ser considerados pelas organizações do terceiro setor para melhorar suas atividades.

1.2. Justificativa

O desenvolvimento local é objeto de discussão e análise em muitas localidades e organizações de ensino, entre as quais a Universidade Católica Dom Bosco, em seu Mestrado Acadêmico de Desenvolvimento Local. A importância do desenvolvimento local tem se

fortalecido em função da importância cada vez maior dada aos problemas de desigualdade econômica entre povos de países diferentes e entre pessoas de uma mesma comunidade.

Estudos sobre desenvolvimento local se intensificaram no final da década de 1980 e se tornaram mais freqüentes na década de 1990 (ZAPATA, 2000). Neste período, ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil passaram a ser referência, por exercerem suas atividades a partir de iniciativas da sociedade local, melhorando a qualidade de vida da população envolvida.

Com a ineficiência do poder público no atendimento das necessidades da sociedade, iniciativas da sociedade civil passaram a ter maior importância e visibilidade. Com isso, o próprio poder público passou a criar políticas consideradas indutoras do desenvolvimento local. Uma série de proposições metodológicas, cercadas de teorias e práticas que se aproximam das premissas do desenvolvimento local, foi e está sendo trabalhada. Casos como o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - e Agenda 21, entre outros, são propostas colocadas como indutoras do desenvolvimento local.

Estudioso do assunto, Ávila (2003) questiona estas metodologias considerando que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento local, por apresentar estrutura de pacotes governamentais. Neste caso, se considera a possibilidade de tratar em separado o desenvolvimento integrado e o desenvolvimento sustentável, o que para Ávila (2003) é impossível, por considerar que o desenvolvimento local já deve ser integrado e sustentável.

A conduta de processos de desenvolvimento com integração dos três setores da economia tem propiciado diversas discussões e pesquisas voltadas para a gestão das entidades, o impacto que suas ações propiciam no desenvolvimento, qualidade e desempenho de suas ações, entre outras. Sejam pela sociedade civil, pelas instituições e até mesmo pelas organizações de apoio, as condutas têm revelado comportamentos centralizadores e de pouco envolvimento da sociedade.

O poder público (federal, estadual e municipal) apresenta dificuldades de elaboração e execução de projetos, sobretudo aqueles de longo prazo que consolidariam o desenvolvimento local. Poucas iniciativas nas últimas décadas foram eficientes e eficazes ao ponto de atender as necessidades das comunidades através da caracterização endógena de suas atividades e sem ser de caráter impositivo. Muitos autores, entre os quais Diniz & Mattos (2002) e Rosa & Souza (2005), relatam que o crescimento da atuação das organizações do

terceiro setor, que são as entidades sem fins lucrativos, ocorre por lacunas deixadas pelo poder público e pelas empresas privadas, por seguir o caminho da tecnoburocratização caracterizada por procedimentos administrativos e gerenciais que dificultam os resultados práticos junto à sociedade.

Em muitos municípios com foco amplo em atividades turísticas, entre os quais o Rio de Janeiro e Bonito, existem organizações sem fins lucrativos que executam atividades em projetos de objetivos bastante variados, tais como defesa do meio ambiente, resgate cultural, defesa de direitos humanos, geração de emprego e renda, entre outros. Na prática, as ações são executadas com recursos privados e públicos.

Esclarecer a influência exercida e o papel das organizações do terceiro setor por meio da comprovação dos resultados efetivamente obtidos quando da execução dos projetos, torna-se cada vez mais importante para os financiadores de projetos, sejam públicos ou privados. Para as ONGs que buscam consolidar o seu papel junto à sociedade, esta é uma necessidade vital. Para a concretização do processo de desenvolvimento local a avaliação de desempenho das entidades torna-se determinante.

O turismo na natureza, sobretudo o ecoturismo, tem se tornado destaque nas projeções do desenvolvimento de Bonito, tornando-se referência nacional para práticas corretas de ecoturismo (SABINO e ANDRADE, 2003). Em paralelo ao avanço das atividades turísticas no município de Bonito, identificou-se um grande número de organizações do terceiro setor atuando nesta localidade (CARTÓRIO SENA MADUREIRA, 2007).

A realização de uma pesquisa neste município, avaliando o desempenho das organizações do terceiro setor na promoção do turismo e do desenvolvimento local, torna-se de grande importância diante da preocupação da sociedade com os recursos naturais, da ocorrência de condutas empresariais para reavaliar os processos conduzidos quanto ao meio ambiente e a atuação do poder público no sentido de melhorar as políticas voltadas ao setor. Na concepção de Lunas (2000), em Bonito encontra-se uma excelente ambiência para estudos deste fenômeno social, pelo envolvimento de organizações não governamentais e pela relação do poder público que amplia a preocupação de estabelecer políticas públicas adequadas aos anseios coletivos, com destaque para a conservação ambiental.

Esse cenário justifica a pesquisa e deverá propiciar uma elevada contribuição para o município de Bonito, principalmente para a sociedade local, suas organizações, empresas,

poder público e o conjunto de organizações que necessita de pesquisa para fundamentação de políticas públicas, sejam elas locais, nacionais ou internacionais.

1.3. Apresentação do Estudo

Estabelecidos o tema e a justificativa de pesquisa, apresenta-se no Capítulo 2 o referencial teórico, no qual se busca remeter ao estado da arte o papel das organizações do terceiro setor e a influência das mesmas na promoção do turismo e desenvolvimento local de Bonito. Neste capítulo são destacados aspectos determinantes para o desenvolvimento da pesquisa, abordando estudos e especificidades de outras organizações do terceiro setor, sua relação com outros setores da economia que influenciam o desenvolvimento local.

Após a descrição da literatura, no Capítulo 3 são abordadas as informações secundárias disponíveis sobre o turismo em Bonito. No Capítulo 4 estão detalhados os preceitos metodológicos adotados e sua forma de aplicação. No Capítulo 5 são apresentadas a análise e interpretação dos dados pesquisados seguidas das considerações finais.

II. Revisão Bibliográfica

Este capítulo aborda o arcabouço teórico que fundamenta a proposta do estudo. São apresentados documentos e pesquisas ligados com o tema abordado e que permitem gerar uma estrutura teórica de base para o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira parte da revisão destaca fundamentos sobre as organizações e as instituições. Nesta parte é apresentado o papel e as condutas das instituições e organizações do terceiro setor, utilizando a base teórica da Nova Economia das Instituições – NEI. Após a apresentação da NEI, das instituições e das organizações, o capítulo descreve os diferentes mecanismos de avaliação do desempenho, objeto principal da pesquisa. A terceira parte do Capítulo aborda os aspectos que consolidam as definições em torno do desenvolvimento local e territórios, permitindo caracterizar a região objeto de estudo.

2.1. Nova Economia das Instituições (NEI)

Segundo North (1993), a NEI busca incorporar as instituições à economia. O autor (NORTH, 1990, *apud* CALEMAN, 2005) considera que a teoria das instituições está baseada na combinação da teoria do comportamento humano com a teoria dos custos de transação. A NEI busca a compreensão do papel desempenhado pelas instituições no funcionamento das sociedades. Ao compreender o papel das instituições, é possível relacionar a evolução destas com o desenvolvimento das nações ou das sociedades.

Na abordagem de Caleman (2005), existem dois níveis analíticos na Nova Economia Institucional, o ambiente institucional (*Institutional Environment*) e as Instituições de Governança (*Institutions of Governance*). Os dois níveis apresentam como objeto de análise a economia dos custos de transação no contexto institucional. A primeira abordagem diz respeito ao macro ambiente institucional, como a legislação de uma nação. O segundo ambiente se refere às micro-instituições, baseado nos normativos internos das organizações, tais como os estatutos, regimentos, contratos e levando em consideração as regras da sociedade.

2.1.1. Instituições

Na visão de Caleman (2005) existe uma clara diferença entre as instituições e as organizações. As primeiras se reportam às regras do ambiente, enquanto as segundas se referem aos agentes que atuam neste ambiente. Segundo North (1995) *apud* Arend e Cario (2004), as instituições podem ser definidas como as regras do jogo de uma sociedade, elas são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma e incentivam a interação humana, seja na forma política, social ou econômica.

North (1990) considera que a estrutura institucional é formada por regras formais e informais que permitem a governabilidade das relações entre os indivíduos. As instituições informais são construídas nos ambientes de vivência das pessoas e se consolidam nestes ambientes. Permite-se afirmar que o papel das instituições é fundamental para que o desempenho das organizações do terceiro setor seja satisfatório para a sociedade, diante de seus territórios e para o desenvolvimento local.

As instituições interferem no desempenho da economia quando afetam os custos de transação e de produção. Neste sentido, elas propiciam condições favoráveis para as interações humanas na sociedade, onde a redução da incerteza torna-se o principal papel delas (CALEMAN, 2005). Segundo North (1990), as instituições contribuem para a definição e limitação do conjunto de escolhas dos indivíduos de uma sociedade. Nesta ambiência estão inseridas as organizações da sociedade civil ou ONGs.

Considerando a relação entre o Estado e o terceiro setor, percebe-se que as instituições exercem papel determinante nesta relação. Segundo Pereira (2005), as regras bem definidas permitem um bom estado e com este a garantia de que os objetivos básicos da sociedade sejam atingidos. Neste contexto, o autor considera que o estudo das instituições ganhou na atualidade uma importância maior, porque as pessoas perceberam que através delas podem alcançar resultados sociais e objetivos políticos desejados pelas sociedades modernas.

Segundo Conceição (2002), *apud* Arend e Cario (2004), as ambiências comunitárias estão envolvidas em instituições, sejam formais ou informais, moldando as ações do terceiro setor. As instituições informais podem determinar a configuração das instituições formais. Os comportamentos e aspectos culturais caracterizados como instituições informais, em ultima instância, viabilizam a legitimidade das instituições formais. Nas sociedades onde as regras estabelecidas por leis são ineficientes, a pirataria pode ser

compensatória. Neste caso esta conduta pode se tornar regra e determinar a adequação ou criação de instituições formais que sejam mais brandas em relação à pirataria.

As regras formais são normalmente estabelecidas de forma escrita, consideradas ordenamentos explícitos. Quanto mais organizado, maior a tendência de formalização e maior a probabilidade de um bom desempenho. As regras informais podem até ser determinadas por extensões de instituições formais. As sociedades mais complexas tendem a apresentar maior dificuldade de viabilizar regras informais, sobretudo pela necessidade de esforços para que as mesmas sejam cumpridas (LIMA, 2004).

2.1.2 As Organizações

Segundo Caleman (2005), as organizações podem apresentar vários direcionamentos, cada um com seus objetos específicos tais como: ordem política (partidos políticos, legislativos, prefeituras municipais, etc.), econômica (empresas privadas, cooperativas, propriedades agrícolas, empresas de turismo, etc.) e educacional (escolas, universidades, institutos de pesquisa e extensão, etc.). Apesar da diferença clara entre instituição e organização, é possível verificar uma confusão muito grande por muitos autores entre os dois termos. Sobottka (2002) classifica as organizações em três ambientes, empresariais, políticas e civis. É nesta ultima que está concentrado o objeto da pesquisa e onde a sociedade civil organizada (terceiro setor) consolida sua atuação.

As organizações estão direcionadas para o cumprimento de seus objetivos, que normalmente representam o interesse comum dos indivíduos que as compõem. Porém, em muitas organizações a realização desses objetivos é pouco mensurada, dificultando a visualização do cumprimento das atividades propostas. Segundo North (1990), uma diferenciação entre instituições e organizações vem do fato de que as primeiras são criadas e alteradas pelos seres humanos e as segundas são os agentes de mudanças institucionais, enfatizando que através delas são organizadas as criações ou adequações institucionais, que podem inclusive definir a mensuração de resultados e o seu desempenho. Para Sacconi (1996) os propósitos comuns são que definem as organizações.

Considerando que acima de tudo, uma organização representa um conjunto de indivíduos ou de contratos, diversos tipos de interesses estão em jogo. Neste caso, situações conflitantes tornam-se evidentes, podendo dificultar a avaliação da eficácia, que trata dos

resultados obtidos relacionados aos objetivos da organização. Será necessária uma conduta ética na estrutura organizacional para melhorar a resposta de indivíduos e contratos. Porém, a conduta ética no ambiente organizacional não é praticada pelas organizações, mas sim pelas pessoas que a representam (ZYLBERSTAJN, 2000).

As organizações são compostas por pessoas que praticam uma diversidade de atos que exigem a conduta ética para manter um desempenho pertinente junto à sociedade. Destaca-se que com o avanço da globalização, o comportamento ético das organizações passa por uma cobrança muito maior, pois as suas atuações possuem reflexos para além das fronteiras políticas e culturais das nações (ZYLBERSTAJN, 2000).

Conforme definições do Novo Código Civil (2004), as pessoas jurídicas de direito privado podem ser constituídas como sociedades, que tratam de atividades econômicas e partilham os resultados (lucro) ou como fundações, que normalmente atuam em caráter religioso, cultural, moral ou de assistência. Uma terceira forma de constituição prevista é de associações, que se organizam para fins não econômicos, ou seja, sem finalidades lucrativas. As entidades com esta forma de constituição jurídica compõem a maior parte das organizações do terceiro setor. As organizações objeto deste estudo se enquadram como associações.

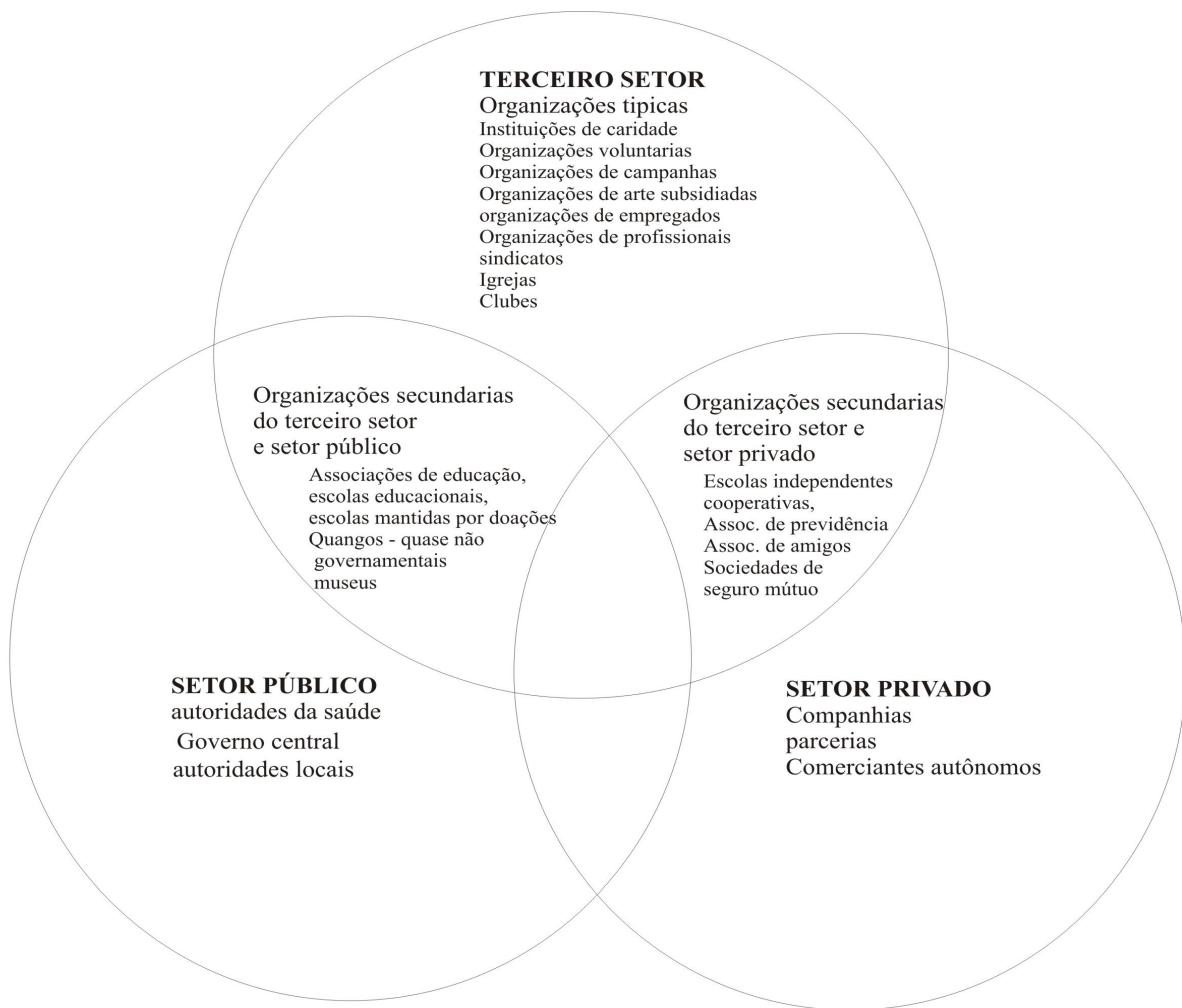
2.2. O Terceiro Setor

Para Silva (2004), o terceiro setor é uma dentre as várias denominações aplicadas num tipo específico de organização que surge para o desenvolvimento de atividades junto à sociedade. Dentre as nomenclaturas existentes destacam-se as organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs).

Segundo Fischer e Fischer (1994), *apud* Frasson (2001), a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a denominação de “ONG” na década de 40, para designar entidades que não eram oficiais, mas eram aptas a receber recursos financeiros. Estes recursos apresentavam como finalidade atender projetos de grupos ou comunidades.

Os exemplos citados por Hudson (1999), apresentados na Figura 1, oferecem uma clareza maior na definição do terceiro setor. A principal dificuldade é o sombreamento de

determinadas entidades constituídas pelo poder público e pela iniciativa privada, que deixam dúvidas quanto ao setor em que pertencem. Alguns exemplos são as entidades de educação, escolas mantidas por doações, museus, todas com ligação com o poder público. Por outro lado, as cooperativas, as associações de amigos, as sociedades de seguro mútuo, estão muito ligadas à iniciativa privada.



Fonte: HUDSON (1999).

Figura 1 – Fronteiras entre o Terceiro Setor, setor privado e setor público.

A caracterização das organizações do terceiro setor como sendo aquilo que não é governo revela a dificuldade do estado e da sociedade em definir e aprender sobre algo que tem origem fora da esfera estatal (OLIVEIRA, 1997 *apud* COELHO, 2002). Segundo Coelho (2002), baseando-se em Gohn (1997), algumas definições buscam melhorar esta

compreensão, com separação segundo as atribuições propostas. Entre essas atribuições é possível citar:

- a) *ONGs Caritativas*: voltadas para atuação em áreas específicas de menores, mulheres, idosos ou até mesmo de educação infantil. Ampliaram muito sua atuação na prestação de serviços.
- b) *ONGs desenvolvimentistas*: cresceram com maior ênfase a partir da ECO 92, principalmente apostando nas propostas de intervenção no meio ambiente.
- c) *ONGs Cidadãs*: atuam muito voltadas para o campo popular, com definição de redes de solidariedade e na reivindicação dos direitos da cidadania, propondo políticas públicas e campanhas voltadas à garantia dos direitos sociais. Atuam mais no espaço urbano.
- d) *ONGs ambientalistas*: têm grande visibilidade junto à opinião pública, atuando como entidades ecológicas. Buscam mudar o perfil das cidades brasileiras.

Segundo Diniz e Mattos (2002), nas décadas que precederam os anos oitenta, as entidades não governamentais apresentavam uma situação de estabilidade, com fontes de financiamento em abundância e muito pouca cobrança relativa aos resultados da aplicação destes recursos, o que reduzia as preocupações das entidades em gerenciar e definir estratégias organizacionais. Após as transformações relativas à abertura dos mercados na globalização, o redirecionamento do estado e os limites orçamentários devido ao acirramento da competitividade internacional influenciaram as receitas das empresas e demais organizações financiadoras de projetos. Com isso, as ONGs necessitaram de uma reengenharia interna e externa, com adequações significativas. Os autores enfatizam que se por um lado as entidades do terceiro setor se fortaleceram no cenário mundial, por outro lado tiveram de ajustar seus processos e seguir no sentido das modernas práticas administrativas.

O terceiro setor consolidou a sua existência em função de uma série de fatores, que conjuntamente foram construindo um ambiente favorável para suas atividades. Entre os fatores mais determinantes é possível citar o papel da Igreja na busca da justiça social e a ineficiência do poder público. Para Andrade (2002), a cultura européia, a participação da igreja católica e de outras religiões, o redirecionamento das ações do poder público com a

queda do *welfare state* (estado centralizador), o surgimento de entidades visando promover o bem estar social, influenciaram as organizações que compõem o terceiro setor.

Essas organizações atuam em diversas áreas, entre as quais atividades de cultura e de recreação, atividades de educação e de pesquisa, saúde, assistência social, meio ambiente, desenvolvimento, defesa dos direitos, religião, associações profissionais, além de muitas outras (Andrade, 2002). Menegasso (2000), *apud* Andrade (2002), aponta no sentido de que estudos relacionados às organizações do terceiro setor devem atentar a possibilidade de resultados diferentes da esfera pública, quando da avaliação de suas ações. Esta possibilidade se deve às condições estatutárias diferentes.

O Estado pode e deve participar do monitoramento e da regulação das relações entre as organizações, buscando propiciar condições de coerência e credibilidade nos projetos propostos pelas organizações do terceiro setor. Zylbersztajn (2000) considera que existe o risco de quebra de contratos de forma oportunística e que a resolução deste problema ocorrerá quando os agentes forem punidos nas quebras de contratos. Neste contexto, o autor destaca que o papel do estado é determinante na aceleração do processo de mudanças e adequações institucionais, permitindo assim as adequações de regras, normatizações e leis, seguindo as mudanças da sociedade. A necessidade da participação do estado nos ambientes de atuação das organizações do terceiro setor é fundamental para a conduta coerente dos processos.

Questionamentos quanto às instabilidades verificadas na sociedade são externalizados, principalmente quando se cobra atuações éticas por parte de organizações do terceiro setor. Neste sentido, verificam-se casos de conduta incoerente de organizações, que não atentam as questões éticas e permanecem atuando no mercado. Zylbersztajn (2000) afirma que as práticas de uma organização não ética, como a contratação de mão-de-obra informal ou infantil e a prática de evasão fiscal, podem garantir sua permanência no mercado, enquanto uma organização ética poderá sucumbir no longo prazo, demonstrando assim uma incoerência.

Procedimentos no ambiente organizacional têm determinado a imagem que muitas organizações apresentam à sociedade. A sociedade nem sempre questiona estes procedimentos quando as incoerências verificadas na aplicação das instituições ficam aparentes. Ressalta-se que alguns fatores contribuem para esta conduta, como o caso dos custos elevados de operação das instituições legais, permitindo desta forma que a impunidade

seja concretizada pela desobediência das normas que agentes oportunistas estabelecem (ZYLBERSZTAJN, 2000). Esta realidade pode determinar a conduta desaprovadora da sociedade em determinadas situações, quando sinalizam no sentido de que ONGs não fazem nada, ou não prestam conta dos recursos públicos que recebem em seus projetos.

Críticas quanto ao modelo de atuação do terceiro setor são apontadas, em que a atuação é destacada como uma forma disfarçada de privatização da ação do Estado, que assim se exime da execução de muitas tarefas de sua responsabilidade. Entre os críticos cita-se Montaño (2002), para quem o terceiro setor está equivocado em suas tarefas, sobretudo por executar atividades em substituição do Estado, quando deveria complementar as ações deste.

A participação do Estado na execução de serviços públicos e na definição das instituições é importante para a concretização de serviços essenciais à sociedade, seja na execução direta ou em parceria com o terceiro setor. Modesto (1998) aponta para a dificuldade de atuação do Estado, enfatizando que já não tem condição de atender todos os serviços essenciais, e que neste caso, vem contando com o apoio do terceiro setor que exerce papel de destaque, seja com financiamento do poder público ou não.

Torna-se evidente que o marco regulatório das ações do terceiro setor necessita de avanços, como também a desburocratização de procedimentos nas parcerias com o poder público. Alguns marcos burocráticos foram vencidos nos últimos anos, porém ainda persistem muitos aspectos (DROMI, 1995, p. 35, *apud* MODESTO, 2001). O autor destaca a chamada “máquina de impedir”, batizado também como “código do fracasso”, que apresenta como: “artigo primeiro: não pode; artigo segundo: em caso de dúvida, abstenha-se; artigo terceiro: se é urgente, espere; artigo quarto: sempre é mais prudente não fazer nada”.

Para Andrade (2002), as empresas movidas pela necessidade de apresentarem uma consciência de responsabilidade social, passam a considerar as organizações do terceiro setor como outros meios de promoção, ou seja, canais para viabilizar o investimento do setor privado na área social.

Os investimentos do terceiro setor são importantes e devem ser considerados como tal. Vários estudos já foram desenvolvidos para explicar o significado deste setor na promoção do desenvolvimento. Andrade (2002) demonstra que o volume de investimentos, baseando-se em estudos realizados pela John Hopkins University em 1999, era de

aproximadamente R\$ 12 bilhões/ano em um conjunto aproximado de 200 mil entidades. Esta participação correspondia a 1,2% do PIB.

Existem motivos justificáveis para que as organizações do terceiro setor estejam direcionando mais a sua busca de recursos junto às empresas privadas. O principal é que o governo não possui recursos suficientes para atender as demandas que existem no Brasil. Na mesma situação, as agências internacionais estão pulverizando seus recursos entre as diversas organizações em todo o mundo, enfocando mais as da área social (ANDRADE, 2002).

Destacado por Paiva (1995), *apud* Endres (2002), a atuação estatal em ambientes de turismo tem avançado no melhoramento da infra-estrutura básica, onde estão inseridas as atividades de saúde, educação, saneamento, estradas, pontes, iluminação, além do oferecimento de facilidades para o acesso empresarial, concedendo incentivos fiscais. A importância destas políticas públicas não é questionada, porém, percebe-se que esta conduta vai de encontro às atividades econômicas e na reprodução do capital, deixando de atender aspectos determinantes ligados à cultura e meio ambiente.

Determinadas mudanças de hábitos que envolvem aspectos de diversão da população residente, manutenção ou não dos valores locais tradicionais, da cultura e dos impactos no meio ambiente, fazem parte das preocupações nos locais onde o turismo acontece (FIGUEIREDO, 1999, *apud* ENDRES, 2002). Neste contexto, o papel do terceiro setor tem se destacado, buscando cobrir lacunas existentes.

Políticas públicas

Com referência as citações de Gama (SDI), as políticas públicas podem ser apontadas como ações de exclusividade do Estado que se direcionam para suprir às necessidades de toda sociedade a fim do bem comum. Deve-se ressaltar que a proposição e a execução de políticas públicas podem ser exercidas pela sociedade, porém são consideradas como um conjunto de ações de interesse público.

O estudo de políticas públicas no Brasil obteve maior ênfase somente em períodos mais recentes. Mesmo assim, a análise das estruturas institucionais e a caracterização dos processos de negociação de políticas setoriais foram priorizadas, destacando que o segundo ambiente carece de maior fundamentação (FREY, 2000). Para o autor, três dimensões

fundamentam às políticas públicas: dimensão institucional, que representa a ordenação do sistema, a dimensão processual, que diz respeito aos caminhos e objetivos pretendidos, e por fim a dimensão material, que se refere às situações concretas, aos problemas técnicos.

No setor turístico, onde um número significativo de ONGs atua, as políticas públicas são determinantes para a atual conjuntura. Um dos procedimentos importantes de política pública foi à criação da EMBRATUR em novembro de 1966 (SILVEIRA, PAIXÃO e COBOS, 2006). Apesar do momento político conturbado, a organização determinou a situação do setor turístico até a atualidade, em virtude da centralização de ações. Para os autores, esta centralização se destacava, principalmente por exigir o registro, a autorização de funcionamento e realizar a fiscalização.

Apesar das mudanças no sistema político nacional, o distanciamento da EMBRATUR com o realismo do turismo aumentou, dificultando ainda mais a definição de políticas públicas para o setor. Um marco importante ocorreu em 1994, quando a Organização Mundial do Turismo – OMT - estabeleceu a idéia de que o turismo ocorre efetivamente na municipalidade, onde estão os atrativos e onde se localizam os reais conhecedores das potencialidades locais (SILVEIRA, PAIXÃO e COBOS, 2006). Essa idéia constitui a base do plano nacional de municipalização do turismo – PNMT. A aproximação com o local onde ocorre o turismo permite maior eficiência das atividades realizadas e melhor acompanhamento e controle, principalmente quando estabelecidas às medidas de desempenho de cada atividade e das Organizações Não Governamentais.

2.3. Medida de desempenho

O desenvolvimento e a concretização de ações públicas, norteadas por projetos sociais, ambientais ou de geração de oportunidades econômicas, têm apresentado necessidades cada vez maiores de aplicação de medidas de desempenho. A compreensão das prioridades de atuação, usadas nos critérios de avaliação e o monitoramento dos processos e resultados, têm se tornado uma conduta cada vez mais exigida pelos financiadores de projetos (públicos e privados) e pela sociedade.

Segundo Guimarães et al. (2006), as medidas de desempenho devem ter como base os objetivos da organização e com isso a sua explicitação. Para os autores, as medidas de

desempenho são instrumentos que permitem o processo de avaliação, que em sua aplicação permitem julgamentos de valor. Disponibilizar instrumentos que propiciem a padronização de coleta de dados e o desenvolvimento de indicadores constitui-se numa atividade fundamental para assegurar, no parâmetro justo da medida técnica, que o processo de avaliação apresente transparência e seja o mais equitativo possível.

Segundo Cavalcanti (2004), a implantação de instrumentos medidores pode melhorar o desempenho da organização. O autor escreve que os reflexos da medição apontam para a identificação das capacidades e os níveis de desempenho que se esperam da organização, seja em processos ou em sistemas de organização.

Para Chiavenato e Cerqueira Neto (2003), a falta de mensuração de resultados dificulta a melhoria dos processos. Para os autores, a ausência de gerenciamento leva a falta de melhoramento. Segundo Cavalcanti (2004), o sistema de medição vem ampliando e mudando seu foco nas organizações, deixando de atuar exclusivamente no setor contábil, avaliando a área de recursos humanos e a satisfação de clientes, entre outros.

Segundo Guimarães et al. (2006), a condição de mensuração de resultados faz-se necessária pela escassez de recursos financeiros, em que a eficiência e eficácia são conceitos chave na produção de evidências para estabelecer a tomada de decisão. Apesar desta escassez, muitas organizações executam atividades e mantêm sua busca por novas fontes de recursos, reforçando a necessidade de estabelecer critérios de avaliação do desempenho de suas ações com foco na sustentabilidade da organização.

2.3.1. Eficiência, eficácia e efetividade.

As comunidades em geral se tornaram vitrines para a atuação de ONGs, trazendo a tona discussões de ações, políticas públicas, capacitação, que têm como propósito o desenvolvimento local. Entre estas comunidades destacam-se as de potencial turístico. Porém, as pesquisas que buscam identificar e detalhar a influência e o desempenho das ONGs são raras. Critérios de avaliação de organizações do terceiro setor necessitam de fundamentação, como no caso do MAQUATS – Modelo de Avaliação da Qualidade para Organizações do Terceiro Setor - desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina e fundamentado no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ. Neste modelo, Silva (2004) destaca que nas

organizações do terceiro setor devem ser discutidas diversas vertentes, entre as quais os objetivos, importâncias e contribuições, resultados, qualidade dos serviços que atendem as comunidades.

Na busca de melhor entendimento sobre o assunto, destacam-se os termos utilizados para avaliação de desempenho, onde a eficiência pode ser definida como o melhor resultado da aplicação dos recursos, relativo aos resultados alcançados pelo projeto. A eficácia indica a capacidade que o projeto apresenta em atingir os objetivos propostos e metas definidas previamente, enquanto a efetividade define-se como a capacidade de produzir mudanças junto ao público beneficiário, através dos resultados obtidos (FRASSON, 2001).

Segundo Frasson (2001), a verificação do ambiente do cotidiano, da realidade fundamental e os fundamentos teóricos relativos ao propósito estabelecido, conjugados com objetivos e metas bem definidas, podem permitir a melhor avaliação dos projetos. O autor enfatiza a importância da “avaliação de projetos sociais”, que representa o caminho por onde passa o projeto, buscando avaliar a sua eficiência, eficácia e efetividade.

Para Andrade (2002), o terceiro setor tem um novo desafio de gestão, sem estabelecer exatamente a lógica do mercado para este fim. A eficiência, eficácia e efetividade são atributos indispensáveis para que o desempenho seja otimizado, onde o melhor uso dos recursos disponíveis está associado à eficiência, a busca de atingir os objetivos reais da organização está ligada à eficácia e a efetividade está relacionada à capacidade de atender as expectativas da sociedade.

Para Ribeiro (2006), a efetividade em programas sociais está ligada com a implementação e o aprimoramento de objetivos traçados. Esta postura pode ser independente da pouca orientação ou falhas em relação ao entendimento destes objetivos.

As Organizações da sociedade civil necessitam melhorar a conduta quanto aos projetos sociais. Em outras épocas, o repasse de recursos financeiros era efetivado sem muita preocupação quanto aos resultados. Atualmente, esta situação não é mais permitida. Os projetos necessariamente devem apresentar o “mérito”, representado pela qualidade de realização de algo independente de seu valor (FRASSON 2001). Para o autor, baseado nas definições da ONU, os indicadores de insumos têm sua utilização voltada para avaliar a

eficiência e os indicadores de produtos avaliam a eficácia, enquanto os indicadores de efeito e impacto avaliam a efetividade dos projetos sociais que são de caráter público.

Rosa e Souza (2005) apontam para o fato de que uma nova configuração do terceiro setor ocorreu a partir do deslocamento de suas estratégias dos “meios” para os “fins”, sob as exigências dos financiadores para resultados. Este deslocamento provocou mudanças inclusive no caráter institucional-original das entidades, pela influência da lógica instrumental. Uma das discussões ocorre no sentido de definir teoria específica para o terceiro setor ou adequar às teorias administrativas já existentes.

2.3.2. Medida de desempenho nas atividades públicas

A profissionalização das ações no setor público, com a adoção de princípios de gestão empresarial, vem aumentando nos últimos anos. Segundo Chanlat (2002), pautado nas considerações de Petrella (1996), deve-se avaliar bem esta conduta, pois a natureza da empresa privada não é a mesma do serviço público.

No aporte de Stern (2001), da Fundação Peter Druker, a população não tem mais interesse em saber simplesmente se a atividade de uma organização sem fins lucrativos “é uma boa causa”. Quer ver os resultados do compromisso e da competência, em que se demonstra a realização, o progresso de uma organização responsável e eficaz. Desta forma a missão deve ser pensada em termos de resultados e a organização deve registrar os efeitos que está produzindo na sociedade e na vida das pessoas.

Outro aspecto importante é o fato do voluntariado apresentar novas configurações. Segundo Druker (1996), *apud* Diniz e Mattos (2002), um volume crescente de voluntários não encaram suas atividades como caridade, mas como profissionalismo, com carreiras paralelas ao seu meio de remuneração corriqueiro. Os grupos de voluntários buscam por capacitação e conhecimento de forma crescente, inclusive no sentido de medir resultados de suas atividades, propósitos de ascensão em novas carreiras e cargos diretivos nas entidades, entre outros aspectos. Com isso muitas entidades seguem no sentido de redução de quadros com caráter exclusivamente social, para aumentar as capacidades de captadores de recursos e gestores de áreas mais específicas das entidades, como a elaboração de projetos, gestão interna, etc.

O poder público avança na busca de implantar meios de atender melhor o “cidadão cliente”, onde a qualidade e a satisfação estão em destaque. Galvão (2002) indica que instrumentos como o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) contribuiu para que novas formas de condução fossem implantadas no setor público, entre elas o Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP). Apesar da implantação, este programa enfrenta dificuldades de aplicação, as principais sendo o baixo uso dos indicadores de desempenho pela alta administração pública no tocante às tomadas de decisão e a falta de monitoramento das metas estabelecidas.

A pouca aplicação destas ferramentas não tem ocorrido apenas na esfera pública, mas também no setor privado, onde a aplicação de instrumentos de medição é reduzida ou de qualidade inferior, não atingindo o desejável (GALVAO, 2002). Mas diante da busca de aprimoramento dos processos visando o desenvolvimento local, procedimentos de avaliação passam a ser necessários para a busca de melhores resultados.

2.4. Desenvolvimento local

Os conceitos relativos a crescimento e desenvolvimento são constantemente abordados em estudos e pesquisas. Para Milone et al. (1988), o crescimento se refere à melhoria do sistema produtivo onde se visualiza o crescimento do produto nacional globalmente avaliado ou *per capita*, ao longo do tempo. Já o desenvolvimento econômico trata de mudanças de caráter quantitativo no produto nacional, determinando o produto e a alocação de recursos dos diferentes setores da economia. No desenvolvimento econômico observa-se o crescimento do bem estar, a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdades e a elevação das condições de saúde, nutrição, educação e saúde. Em alguns casos pode ocorrer o crescimento econômico sem que se caracterize o desenvolvimento, principalmente quando se verifica o avanço dos indicadores relativos ao produto real ou *per capita* e não nos demais aspectos citados. Destaca-se também o desenvolvimento social, que busca a melhoria dos resultados de ações voltadas às necessidades da sociedade, em condições igualitárias de acesso aos direitos estabelecidos.

Para Souza (1993), o desenvolvimento deve apresentar crescimento econômico continuado em condições superiores ao crescimento demográfico, apresentando mudanças

estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais *per capita*, com fortalecimento da economia nacional e redução das desigualdades.

Em muitos casos, as políticas definidas pelos poderes públicos ditam o comportamento das comunidades. Em determinadas situações essas políticas dificultam a sustentabilidade do desenvolvimento em virtude da formatação dos processos adotados, que não envolve a sociedade e suas organizações sociais (ÁVILA, 2001).

Reforçando o fato de que as comunidades podem atuar pelas suas capacidades, articulações, potencialidades, estratégias e formas de cooperação na construção de uma nova realidade, Martin et al. (2001) destacam que o desenvolvimento com base local se caracteriza por estratégias adequadas à realidade de um território e o efetivo envolvimento da população que nele habita, permitindo a viabilização de formas sustentáveis de utilização integrada de recursos físicos, naturais e humanos na busca de melhoria da qualidade de vida.

Segundo Novoa (1992), *apud* Ávila (2001), a abordagem quanto ao desenvolvimento endógeno não caracteriza a necessidade de isolamento das comunidades aos processos exteriores. Ao contrário, elas devem estabelecer interações com o ambiente externo, apropriar-se de conhecimento e dar forma específica às características e as necessidades das populações locais.

Para Le Bourlegat (2000), a ordem local é imprescindível para o constructo e a evolução do desenvolvimento local, mas para isso é necessário ampliar o conhecimento do território e suas limitações. Para o autor, a ordem local transforma-se em força de desenvolvimento quando as relações de um lugar com o mundo, contempladas pela mediação do que ocorre no território, apresentam grande relevância.

Raffestin (1993, p. 162) afirma que a territorialidade pode ser entendida pela composição de três elementos, senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. A territorialidade é reconhecida pelas relações sociais existentes entre pessoas e delas para com os demais meios. No ambiente de um território reticulado, percebem-se as relações fortalecidas e a consolidação do papel das organizações do terceiro setor.

Entender o papel das organizações do terceiro setor na natural movimentação para o desenvolvimento do turismo não é possível sem a compreensão do território. Este território

não é apenas um espaço físico, mas um espaço vivido, seja no campo social e econômico, como também no político-institucional e ambiental. Por isso necessita ser estudado e entendido (CAMPOS, COSTA e SANTOS, 2005).

O território é visto como um espaço produzido onde o homem se relaciona com o meio ambiente e as inter-relações de grupos sociais tornam-se evidentes. Nesta vertente destaca-se Santos (2002), que aponta que o território comprehende formas, objetos e ações e é sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Essa abordagem reforça as considerações de Souza (1995, p. 78), onde “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. As relações de poder no espaço vivido criam um território pela apropriação do espaço. Destaca-se que se não existir o campo de força – poder, não se pode considerar o local como um território.

Buscando sintetizar as abordagens de diversos autores, Ávila (2003) aponta alguns princípios fundamentais que permitem uma maior compreensão sobre o desenvolvimento local, destacando separadamente o que é o “des-en-volver”. Para o autor “des” é ação contrária, tirar, reverte, o “en” refere-se a dentro e o “volver” trata de voltar-se, que representa a capacidade de transformação do ser humano pela endogenia, condição importante para o desenvolvimento local. O autor vai muito além do aspecto relacionado ao crescimento econômico, enfatizando fortemente a qualidade de vida por meio da inclusão social e outros aspectos, como a proteção à diversidade cultural, a utilização racional dos recursos da natureza, entre outros. Com isso a inversão de processos que contrariam a sustentabilidade e a criação de processos de dentro para fora nas comunidades, fortalece o princípio abordado.

No tocante ao ambiente turístico e seus territórios, Rodrigues (2000) aponta a necessidade de diferenciar o desenvolvimento do crescimento. A expressão “desenvolvimento com base local” reporta-se a necessidade de planejamento e gestão com fundamento nas condições reais das comunidades receptoras. O autor aponta que o capital utiliza-se de poder para viabilizar empreendimentos em áreas inexploradas com elevado nível de tecnificação, porém sem nenhuma vinculação com as características socioambientais territoriais, gerando distorções no processo de desenvolvimento local, sobretudo quanto à exclusão social.

Para Buarque (1999) o desenvolvimento local caracteriza-se pelo dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, caracterizando o processo endógeno, inclusive propiciando condições de integração regional e nacional. O

desenvolvimento local caracteriza-se pela elevação das oportunidades sociais, a melhoria das condições econômicas e a conservação dos recursos naturais.

Enfatizando a relação do desenvolvimento local e o turismo de Bonito, que está fortemente caracterizado pelo ecoturismo, torna-se importante apontar as definições das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR, 1994, p.19), que estabelece o conceito de ecoturismo como:

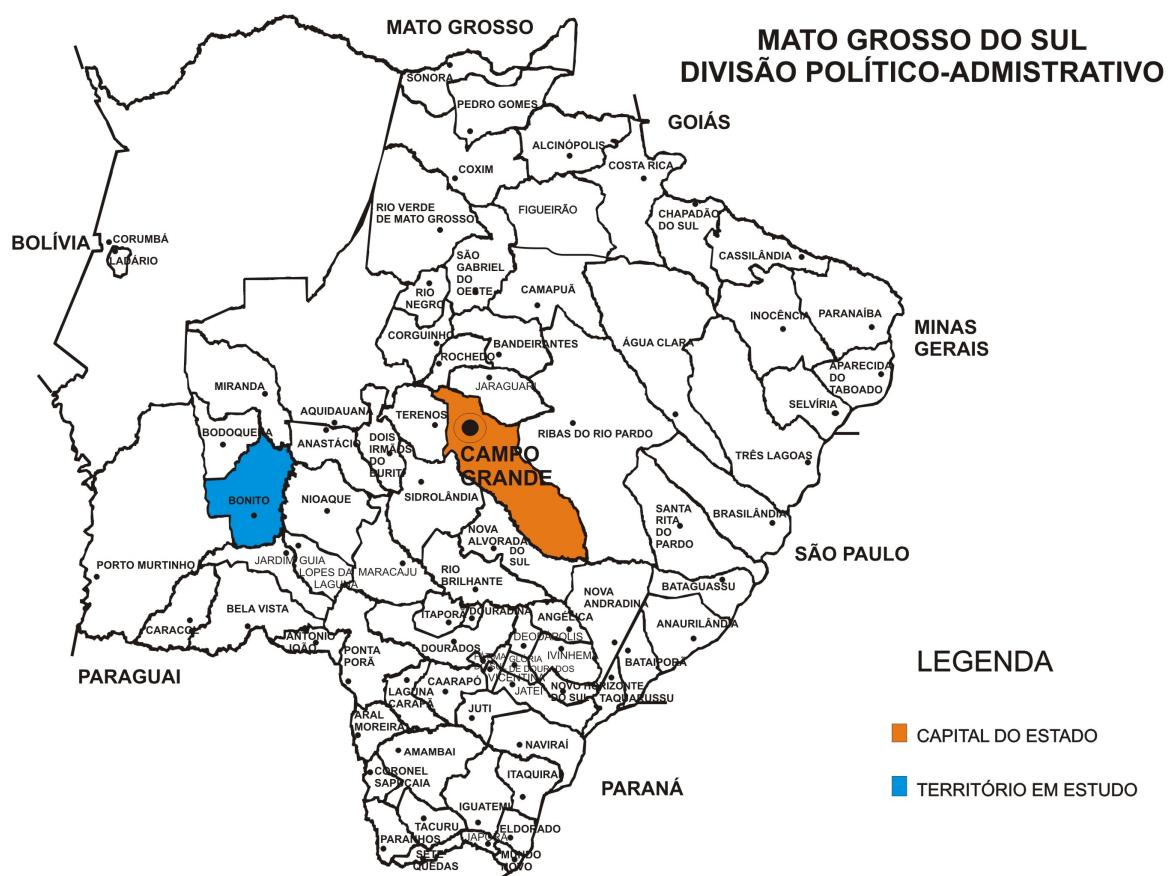
“o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”

III. O Município de Bonito

Neste capítulo apresenta-se a caracterização do município de Bonito, o território do turismo definido como recorte para a pesquisa e a participação das organizações do terceiro setor.

3.1. Descrição de Bonito

O município de Bonito está localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, nas proximidades da fronteira com o Paraguai e a 260 km de Campo Grande, capital do Estado. Os atrativos naturais da região são abundantes, sobretudo pela formação geológica da Serra da Bodoquena (Mapa 2). Essa serra é constituída de um maciço de rochas calcárias com paisagens de extrema beleza, entre as quais rios de águas transparentes, cachoeiras e grutas.



Fonte: SEPLANCT/MS (2007)

Mapa 2 – Localização do território do turismo de Bonito, Mato Grosso do Sul.

Na década de noventa, as atividades de pecuária e agricultura, tradicionais na região, entraram em crise. O turismo em Bonito e região passou a destacar-se como atividade promissora, com o setor sendo inserido no processo de desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul (BANDUTTI-JUNIOR & MORETTI, 2001).

Segundo Barbosa e Zamboni (2001), na década de setenta os recursos hídricos da região eram utilizados exclusivamente para recreação dos habitantes ou pescadores que obtinham autorização dos proprietários. Essa falta de tradição turística pode interferir no desempenho das empresas e das organizações do terceiro setor.

O maior impulso no desenvolvimento turístico de Bonito ocorreu após a expedição de um grupo de mergulhadores do Grupo Bambuí de Minas Gerais, que fez uma expedição apelidada de “Jaques Cousteau”. Este trabalho apoiado por universidades locais e pela Rede Globo, ganhou repercussão nacional e internacional pela visualização das potencialidades locais e até mesmo pela proximidade do período de realização da ECO – 92 (LE BOURLEGAT e ARRUDA, 2006)

Behr (2001) escreveu que a Prefeitura Municipal de Bonito editou o primeiro folheto identificando Bonito como município com atrações turísticas, no ano de 1983. Em 1986 foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Condema. Em 1995, através da Lei municipal 685/95, se tornou obrigatório o acompanhamento de guias nas visitações.

O turismo destaca-se como uma atividade que propicia condições de desenvolvimento em muitas regiões, entre as quais a Serra da Bodoquena e o município de Bonito. A partir da década de 1990, com um crescimento espontâneo, porém sem a organização adequada, o turismo avançou em conquistas de espaço. Nos últimos anos, com a influência crescente da sociedade pelo consumo do turismo, ampliaram-se as preocupações quanto à sustentabilidade deste processo (SABINO, 2002). Lunas (2000) cita que se por um lado existem as possibilidades econômicas geradas pelo crescimento da atividade, por outro a intensificação ecoturística agrava os riscos de impactos sócio-ambientais e pode trazer consequências de desequilíbrio na localidade.

A caracterização do município e as potencialidades aparentes colocam o município de Bonito em destaque quanto ao ecoturismo. Neste ambiente, as organizações do terceiro setor desenvolvem e buscam ampliar suas atividades, entre as quais o fomento ao turismo e a defesa dos recursos naturais que compõem o território.

3.2. O terceiro setor em Bonito

No aporte de Lunas (2000), o município de Bonito apresenta-se como um excelente espaço para estudos de fenômenos sociais, principalmente por apresentar significativo número de organizações não governamentais. Existe também uma preocupação do Poder Público em implantar políticas que venham ao encontro dos anseios coletivos, entre as quais se destaca a conservação do meio ambiente. Algumas ONGs possuem um foco de atuação que inclui as questões ambientalistas, pesquisas, projetos de monitoramento das atividades para minimização dos impactos sócio-ambientais, atividades de educação ambiental junto à comunidade local ou em programas de incentivo à criação de unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas. Outras atuam no fomento ao turismo, existindo ainda as entidades que têm maior atuação nas questões sociais e de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Dados obtidos em pesquisa exploratória entre os meses de Agosto de 2006 e Novembro de 2007, indicam que entre as entidades registradas em Bonito como organizações do terceiro setor, destacam-se as entidades voltadas para os aspectos ambientalistas e de fomento ao turismo. A SODEBON (Sociedade de Defesa e Desenvolvimento de Bonito), fundada em 1993, foi uma das pioneiras, mas permaneceu sem atuação por sete anos. Em 2000, os associados, motivados pela necessidade da atuação e pela crescente organização da sociedade civil, reativaram a entidade por iniciativa própria, mas as atividades não duraram mais de um ano.

Outras iniciativas foram surgindo envolvendo proprietários rurais, ambientalistas, empresários e representantes do sistema turístico. Estes criaram a associação Amigos do Mimoso, que inicialmente esteve voltada à conservação do Rio Mimoso. Com o fortalecimento da associação foi criado o Instituto das Águas da Serra da Bodoquena – IASB, ampliando a área de atuação para toda a bacia do rio Formoso, que é um dos principais rios de destino ecoturístico de Bonito. Outra entidade é a Associação Amigos do Brazil Bonito que surgiu em 2002, com o empenho de pessoas comprometidas com as questões ambientais, sociais e de fomento às manifestações culturais. O principal financiador desta entidade é empresário do setor de turismo e proprietário rural em Bonito.

Batarce & Moretti (2004) destacam que o anúncio pela imprensa em 1998 da assinatura do Presidente da República de um protocolo de intenções, que incorporava a

criação de Unidades de Conservação no país, entre as quais o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, causou muitas movimentações e expectativas. A ONG Ecologia e Ação (ECOA) buscou apoio em outras ONGs, como a WWF (Fundo Mundial pela Natureza), para defesa da implantação deste parque, que foi criado em 2000.

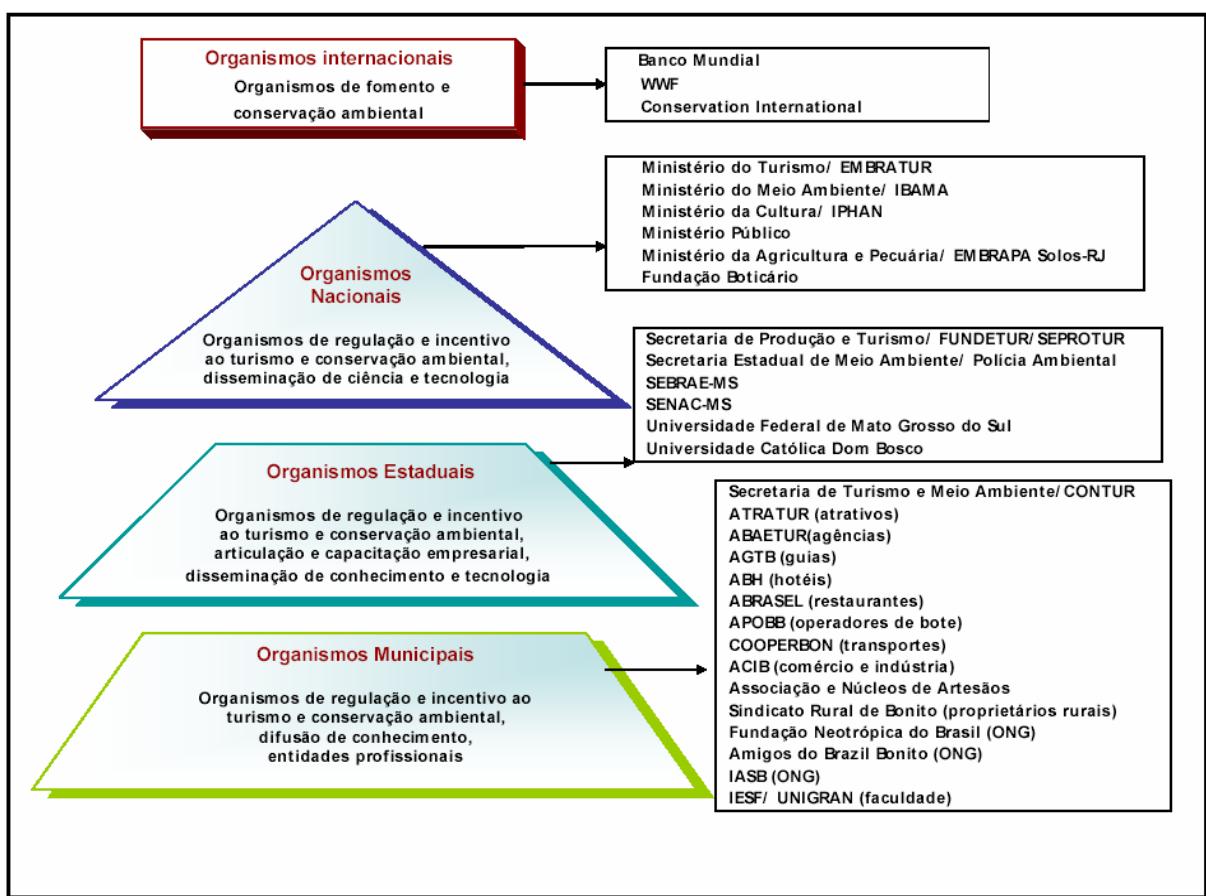
Outras ONGs ambientalistas atuam em Bonito e na região. A Fundação Neotrópica do Brasil, fundada em Campo Grande no início da década de 1990, tem sua sede no município de Bonito. Sua atuação está voltada para projetos de eco-desenvolvimento no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, programas de incentivo à criação de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e formação de corredores de biodiversidade. Com esta atuação, a ONG tem viabilizado parcerias e propiciado a atuação de outras organizações na região, como a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a Conservação Internacional - Brasil.

Conforme Brambilla et al. (2006), a Fundação Neotrópica do Brasil executou o Projeto “Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena: Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação”, com o apoio da Conservação Internacional – Brasil. As ações priorizadas neste projeto estão voltadas para a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade e sócio-economia da região, o incentivo à conservação de áreas públicas ou privadas, o incentivo à gestão de políticas públicas na área ambiental e a divulgação das ações de sensibilização para a conservação da natureza. Considerando a abrangência do corredor de biodiversidade, que envolve vários municípios da região (Mapa 1) é possível considerar que o território do turismo de Bonito está inserido neste corredor e que as ações destas ONGs sugerem correlação com o turismo, direta ou indiretamente.

Na abordagem de Barbosa e Zamboni (2001), apesar de desenvolver diversas ações, as associações locais têm obtido uma efetividade limitada mesmo com pressões e apesar de oferecer propostas ao poder público. Esta situação pode se explicar pela falta de coesão das ONGs dentro do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), ou também por elas não contar com uma militância capaz de gerar legitimidade e força política nestas reivindicações. Outro conselho de destaque em Bonito é o COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente), onde as ONGs têm representação, juntamente com o Ministério Público, a Polícia Militar Ambiental, IBAMA, IMAP-SEMA (Instituto de Meio

Ambiente – Secretaria de Meio Ambiente – Atualmente definido como IMASUL e SEMAC), Sindicato Rural, entre outros.

Para Le Bourlegat e Arruda (2006), o Arranjo Produtivo Local - APL de Bonito/Bodoquena conta com um amplo conjunto de organismos de apoio, sociais, políticos e ambientais, que se articula com o setor empresarial que tem maior ênfase econômica, formando um conjunto de atores, no exercício da cooperação e competição para o desenvolvimento local de Bonito. Este conjunto de atores organizacionais tem atuação internacional, nacional, estadual e municipal, conforme demonstrado na figura 2.



Fonte: Le Bourlegat e Arruda (2006)

Figura 2 - Organismos de apoio ao Arranjo Produtivo Local Bonito/Serra da Bodoquena.

3.3. A importância do território no turismo de Bonito

Estabelecendo uma relação entre a sociedade de Bonito, os turistas e as organizações do terceiro setor, percebem-se conjuntos de territorialidades diferentes. Considerando que no turismo a territorialidade se apresenta sob aspectos distintos, evidencia-se a territorialidade dos moradores com seu cotidiano (territorialidade sedentária) e a

territorialidade dos turistas (visitantes nômades) que somente passam por ali, mas criam relações sociais com as pessoas que estão no entorno e depois voltam para seus lugares. Esse deslocamento não impede o turista de territorializar em curto espaço de tempo. Segundo Souza (1995), os territórios são construídos e desconstruídos, dentro de diferentes escalas temporais. Cruz (2001, p. 23), baseado na idéia de Knafo (1996), descreve os territórios turísticos como caracterizados pela confrontação de características distintas, em que se visualiza a territorialidade sedentária das pessoas que ali vivem diretamente e a territorialidade nômade das pessoas que passam, mas que apresentam a necessidade de se apropriar de determinadas características locais.

As organizações do terceiro setor podem estar inseridas nas duas relações sociais, sedentária e nômade, pelo fato de existirem as ONGs locais e externas, todas realizando atividades no município. Elas possuem papel importante na consolidação dos processos de desenvolvimento local no território de Bonito, considerando a territorialidade sedentária e a nômade. Esta última poderá ocorrer na relação população local - turistas, mas também na relação ONGs – turismo e desenvolvimento local. Estas formatações podem representar as estruturas que propiciam o constructo social e a consolidação destes territórios.

IV. Metodologia:

Neste capítulo apresenta-se a metodologia adotada, detalhando os critérios de utilização, as etapas e as devidas fundamentações.

4.1. Delimitações do Estudo

O estudo é direcionado às organizações do terceiro setor. São abordadas as entidades que atuam nas questões ambientais e que fomentam empresas e demais organizações que desenvolvem atividades turísticas no município de Bonito, em Mato Grosso do Sul. O município de Bonito é localizado na região sudoeste do Estado, possui população estimada de 17.275 habitantes (IBGE, 2007) e é distante 260 km de Campo Grande.

As organizações do terceiro setor, objeto deste estudo, não necessariamente estão atuando apenas nas dimensões do território de turismo do município de Bonito. Porém, para a pesquisa são destacadas apenas atividades desenvolvidas individualmente ou em parceria neste município e ligadas de alguma forma ao setor de turismo. A delimitação é necessária em virtude da complexidade e diversidade do foco de atuação das organizações avaliadas, além do elevado número de organizações formais e informais encontradas com atuação na área objeto de estudo.

4.2. Base metodológica

A pesquisa apresenta uma estrutura disposta em duas partes: a estruturação e fundamentação das atividades e a fase de pesquisa de campo e análise.

A primeira parte de estruturação da dissertação é direcionada para o resgate de informações focadas no tema. Esta busca foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, importantes para a fundamentação dos dados secundários e de consolidação da proposta deste projeto (ANDRADE, 2002).

Destaca-se que em virtude dos procedimentos de aproximação do objeto de pesquisa, o trabalho possui uma abordagem quanti-qualitativa. Quanto ao objetivo, o

procedimento adotado foi o da pesquisa descritiva, buscando a identificação transversal única da amostragem (MALHOTRA, 2001).

Para a coleta de informações, dois tipos de dados foram priorizados: os primários ou dados de pesquisa de campo e os secundários ou dados já analisados. Segundo Richardson (1999) a fonte primária “é aquela que teve uma relação física direta com os fatos analisados, existindo um relato ou registro da experiência vivenciada”. A fonte secundária é aquela que teve relação com os acontecimentos que foram registrados através de elementos intermediários, como estudos realizados por outros pesquisadores, dados do IBGE, informações da Prefeitura Municipal, entre outros (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa buscou atender o distanciamento estratégico do objeto da pesquisa, visando à redução do envolvimento subjetivo do pesquisador com as variáveis (ROMERO MARQUES et al., 2006). Os questionários aplicados foram estruturados com perguntas fechadas dicotômicas do tipo “0” e “1”, ou “sim ou não” e de múltipla escolha, com foco nas informações de caracteres quantitativos e qualitativos. Os complementos de respostas, como o caso de “quais” e “quantos”, aplicados nas questões, permitiu respostas de caráter qualitativo por complementar à análise (ROMERO MARQUES et al., 2006).

Com o propósito de definição adequada dos itens a serem incluídos nos questionários das entrevistas, foi realizada uma pesquisa exploratória anterior à elaboração dos questionários. Esta pesquisa permitiu maior compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador e a identificação das opções a serem utilizadas nas perguntas de múltipla escolha (MALHOTRA, 2001). Nesta pesquisa foram identificados 5 segmentos importantes para a pesquisa com entrevistas e coletas de dados: a população local, os turistas, o *trade* turístico, o poder público e as próprias ONGs. No caso da população, evidenciou-se a necessidade de uma amostragem probabilística, principalmente pelas diferentes situações de qualidade de vida identificadas e pela presença de pessoas provenientes de outras regiões e que trabalham em Bonito.

Os turistas são importantes para o município, mas passam por lá de forma temporária e sazonal, com pouca influencia nos meses de inverno. O *trade* turístico vem se fortalecendo nos últimos anos e apresenta características de organização e crescimento, como a formação de entidades representativas de classe, a busca por acentos nos conselhos municipais e a discussão do planejamento do turismo de Bonito para novos nichos de visitação. No caso do poder público e das ONGs, percebe-se uma situação de “amor e ódio”,

onde em ambas as partes existem situações de apoio, enquanto em paralelo existem situações de contraposição, de desaprovação nas formas de atuação. A maior parte das ONGs definidas para as entrevistas atua em questões ambientais.

Os locais de visitação para pesquisa com a população foram definidos através da pesquisa exploratória e dados da Prefeitura Municipal. Na pesquisa exploratória, os dados sobre o *Trade* turístico e os turistas foram coletados junto ao COMTUR e as associações representativas, como a Associação Comercial e a ATRATUR. No caso do poder público foi visitada a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Meio Ambiente estadual. Já no caso das ONGs, as entidades visitadas na pesquisa exploratória foram a ATRATUR – Associação dos Atrativos Turísticos, IASB – Instituto das Águas da Serra da Bodoquena e a Fundação Neotrópica.

A pesquisa exploratória buscou dados preliminares relativos à amplitude de cada setor ou formas de atuação, como o caso dos órgãos públicos e ONGs. O histórico de cada setor pesquisado, situações de relacionamentos que identificassem aspectos político-institucionais ou até mesmo político-partidários e potenciais problemas de distorção das informações na pesquisa efetiva, foram identificados nessa fase da pesquisa. Buscou-se também identificar as lideranças de cada setor a ser pesquisado nas entrevistas e se existiam outras pesquisas e estudos com o mesmo tema ou similares.

No caso da pesquisa descritiva para a população de Bonito, a amostragem foi probabilística estratificada, onde a quantidade de pessoas entrevistadas foi dividida por bairro (MALHOTRA, 2001). A Caracterização dos bairros seguiu o mapeamento urbano do Bonito, que é dividido por 6 grandes bairros: Centro, Rincão Bonito, Vila Donaria, Vila América, Recreio e Vila Machado. A quantidade de pessoas entrevistadas por bairro foi proporcional à proporção de residências de cada bairro, baseada em dados da SEMAF (2007) e distribuídas conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Proporção de habitantes nos diferentes bairros do município de Bonito

	Habitações	% de habitações
Centro	1.190	32,77
Rincão Bonito	771	21,23
Vila Donaria	825	22,72
Vila América	447	12,31
Recreio	248	6,83
Vila Machado	150	4,13

Na pesquisa com os turistas e o *trade* turístico, foi priorizada a amostragem probabilística, aleatória ou ao acaso, por ter uma probabilidade conhecida, distinta de zero, onde a chance de escolha é igual para todos os elementos. Destaca-se que no caso dos turistas a amostragem probabilística foi aplicada considerando o período da pesquisa e não o ano todo. Esta abordagem foi adotada em função da exigüidade de tempo e de recursos para realização de uma amostragem probabilística o ano todo. Em consequência, apesar de fornecer uma boa idéia da realidade dos turistas, os resultados obtidos podem ser projetados apenas para o período das entrevistas, entre os meses de Outubro e Novembro.

As diferentes instituições do Poder Público e do *Trade* turístico foram definidas por coleta preliminar de universo feita no COMTUR (2007) e Prefeitura Municipal. O levantamento das ONGs que atuam em Bonito foi feito por pesquisa exploratória anterior nas próprias entidades.

No caso do poder público e das ONGs foram entrevistadas 100% das organizações identificadas e que possuem relação com o tema. Os entrevistados foram definidos por meio das informações obtidas na pesquisa exploratória, onde se identificou os responsáveis pelas ações das organizações ou pelas secretarias municipais diretamente ligadas ao tema da pesquisa.

Para a definição das amostras probabilísticas (turistas, população de Bonito e trades turísticos), foi utilizada a fórmula apresentada por Begin (2007):

$$n = \frac{Z^2(\pi(100\% - \pi))}{\delta^2}$$

, onde:

- N = tamanho do Universo
- Probabilidade π de uma determinada resposta: no caso da pesquisa foi considerado 50% , valor padrão quando não se tem informação sobre esse critério;
- Intervalo de confiança : no caso da pesquisa foram considerados 95% (população) e 90% (turistas e trades), ou que definiu valores de Z de 1,96 e 1,64, respectivamente;
- δ = margem de erro tolerada: na pesquisa, a margem de erro tolerada entre os resultados de pesquisa e o valor real da população foi de 10%.

Quando o tamanho n da amostra é superior a 10% do tamanho N da população, deve ser realizada a correção a través da formula $nc = nN/(N+n-1)$, onde nc é o tamanho da amostra corrigida. O tamanho das amostras selecionadas é apresentado no Quadro 2.

Tabela 2 - Definição de amostragem de pesquisa segundo universo identificado

Critérios	Trade Turístico	População	Turistas
População (N)	134 ¹	17.275 ²	120.000 ³
Nível de confiança (%)	90	95	90
Intervalo de confiança/margem de erro (%)	10	10	10
Amostra	45	96	68

1 - Dados do COMTUR de Bonito 2007; 2 - IBGE (2007); 3 - Bourlegat (2007) – Projeto de Pesquisa, Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas. REDESIST e SEBRAE.

O intervalo de confiança de 90% para as amostras de turistas e do “trade” turístico foi adotado considerando a dificuldade da realização das entrevistas. Os principais problemas se referem à dificuldade de encontrar os turistas durante o dia, pois participam de passeios na região, e a falta de vontade destes em responder as perguntas durante o seu período de descanso. A mesma dificuldade foi verificada com os responsáveis pelo *trade* turístico, pela falta de tempo em razão do envolvimento direto com os turistas.

Para assegurar a minimização de erros nas entrevistas, foram realizados pré-testes, com questionários pré-elaborados e entrevistas no mesmo ambiente a ser pesquisado em definitivo. No caso das ONGs e do poder público o pré-teste foi realizado com uma organização de cada. Para a população e os turistas foram feitas 10 entrevistas de pré-teste e 5 para o *trade* turístico. No caso dos turistas, habitantes de Bonito e *trade* turístico, as pessoas

entrevistadas nos pré-questionários foram eliminadas da população, para evitar novo sorteio na pesquisa final.

Na ocasião da aplicação definitiva das entrevistas, definiram-se como períodos de aplicação três situações distintas, períodos diurnos de dias úteis, finais de semana e feriados e períodos noturnos de dias úteis. A definição foi adotada buscando aperfeiçoar a amostragem, principalmente em relação à população, ao *trade* turístico e aos turistas, que apresentam movimentações distintas em cada universo, podendo ocorrer de não encontrar as pessoas selecionadas no momento da entrevista. As pessoas da amostragem ausentes no momento das entrevistas foram substituídas por outras com características similares. Para o poder público e as ONGs foram realizadas as entrevistas em períodos de horário comercial em dias úteis. Os questionários aplicados para a coleta de dados encontram-se no apêndice 1 desta pesquisa, com os diferentes formatos aplicados.

As atividades de levantamento de dados bibliográficos e avaliação de projetos executados foram conduzidas paralelamente à aplicação dos questionários no município. Estas atividades compreenderam a coleta de dados documentais “in loco”, como também pesquisas bibliográficas externas ao ambiente objeto desta pesquisa. Para tabulação dos dados foi utilizado o programa estatístico Survey 4.0.

4.3. Seleção de variáveis do estudo

Foram destacados as formas de visitação e os pontos turísticos preferidos por turistas e população local, além dos aspectos culturais e as preferências de atividades que a população apresenta.

A característica dos entrevistados foi levantada, tal como formação, origem, nível salarial e idade, para evidenciar a influência desses fatores sobre as variáveis de desempenho.

As variáveis dependentes são aquelas relacionadas ao desempenho das ONGs, que são ligadas a eficiência, eficácia e efetividade.

Para a identificação da eficiência foram apresentados questionamentos relacionados aos recursos aplicados por beneficiário direto nos projetos, recursos por metas atingidas, sobras de recursos por meta cumprida, volume de recursos para atender os objetivos e mudança na qualidade de vida das pessoas após a aplicação de recursos em ações das

entidades. Para a identificação da eficácia, foram apresentados questionamentos quanto ao tempo gasto para atingir os objetivos propostos, percentual de objetivos e metas atingidos, amplitude de resultados em relação aos objetivos propostos e facilidade da comunidade replicar os resultados relativos aos objetivos dos projetos.

No caso da efetividade buscou-se identificar pontos avaliados com relação à urgência das ações para a sociedade, relevância das ações para as comunidades beneficiárias, possibilidades de a sociedade desenvolver outras ações, visualização de mudanças na qualidade de vida das pessoas e capacidade de mobilização da sociedade através das ações e projetos executados.

V. Interpretações dos dados e análise

Neste capítulo são abordados os aspectos relevantes das etapas de tabulação, análise e interpretação dos dados coletados. Os resultados são divididos entre os 5 grupos de entrevistados, a população, os turistas, o *trade* turístico, o poder público e as ONGs de caráter ambientalista e de fomento ao turismo.

5.1 – População de Bonito

Foram aplicados 93 questionários, conforme critérios metodológicos apontados. Como a amostragem foi probabilística, é possível afirmar que as características da população entrevistada se assimilem aos da população total de Bonito.

A análise permitiu destacar que a população local apresenta hábitos culturais voltados às atividades turísticas de grandes movimentações, como o Festival de Inverno, Festa da Guavira, Carnaval Eco-folia, semana do saco cheio em Outubro, entre outros. A população local demonstra que estes eventos têm maior satisfação cultural (Gráfico 1).

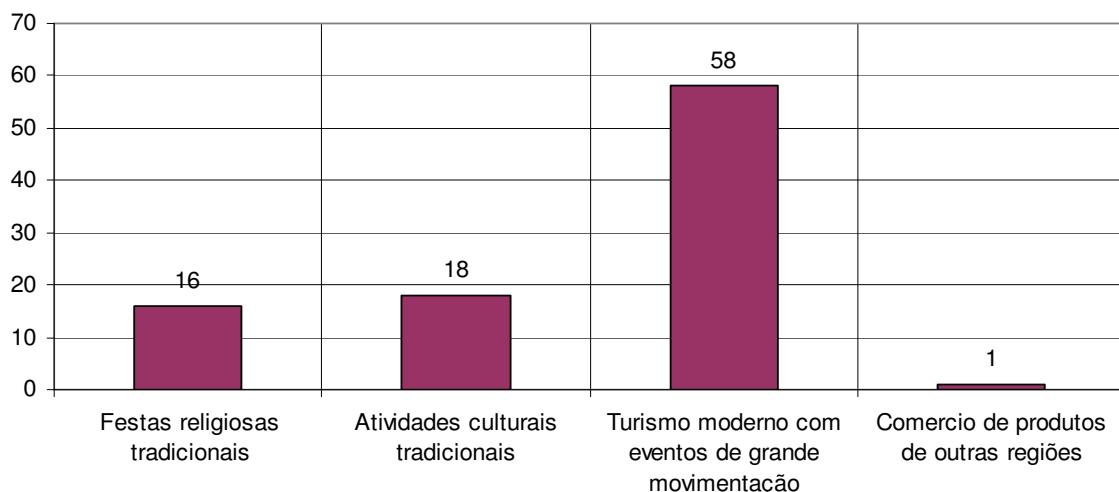


Gráfico 1 – Citações para eventos de maior satisfação cultural para a população de Bonito.

A satisfação cultural voltada aos eventos de turismo moderno e de grande movimentação foi verificada tanto entre as pessoas que nasceram em Bonito quanto entre as que residem, mas não nasceram em Bonito. 57% das pessoas que nasceram em Bonito têm a percepção de que os grandes eventos apresentam maior satisfação cultural, enquanto 29% preferem os eventos tradicionais locais, como as festas do peão de boiadeiro, rodeios, festas

juninas, entre outras. Das pessoas que residem, mas não nasceram em Bonito, 67% tem maior satisfação cultural com os eventos de maior movimentação (Festival de Inverno, Festa da Guavira, etc.), enquanto 22% preferem as festas religiosas locais, como a festa do padroeiro ligado à igreja católica. Os eventos objeto da análise fazem parte do calendário de eventos do município. Os eventos tradicionais apresentam organização local e divulgação local e regional (Sudoeste de Mato Grosso do Sul), enquanto os eventos de maior movimentação de público local e de turistas apresentam divulgação intensa, inclusive com abrangência internacional e significativa presença de público de fora do município.

A população também foi questionada sobre o conhecimento de outros locais de turismo além de Bonito. Percebeu-se que 42% da população do município não conhecem outros locais de turismo. Das pessoas com conhecimento de turismo fora de Bonito, a maior parte (55%) possui conhecimento de locais apenas no estado de Mato Grosso do Sul. O principal ponto de turismo freqüentado pela população em Bonito refere-se ao balneário municipal, com 72% da população que o indicou como local de maior visitação. Cabe ressaltar que a sociedade bonitense demonstra para este atrativo uma identificação com a possibilidade de descanso, lazer, baixo custo e fácil acesso, fatores identificados na pesquisa exploratória. Os demais locais como: Gruta do Lago Azul, Aquário Natural, Balneário do Sol, Praia da Figueira e a Ilha do Padre, também foram apontados como espaços visitados pela sociedade local, mas em menor proporção.

A preferência de visitação da sociedade local está voltada aos locais públicos (Balneário Municipal, Gruta do Lago Azul), ou particulares com maior proximidade da cidade (Aquário Natural, Balneário do Sol, Ilha do Padre e Praia da Figueira).

Quando perguntada sobre meio ambiente, a população de Bonito indica que este aspecto é determinante para o município, principalmente pelas belezas naturais existentes. Para as pessoas entrevistadas, o meio ambiente deve ser classificado como importante ou muito importante (Gráfico 2), destacando o reconhecimento deste recurso para o desenvolvimento local.

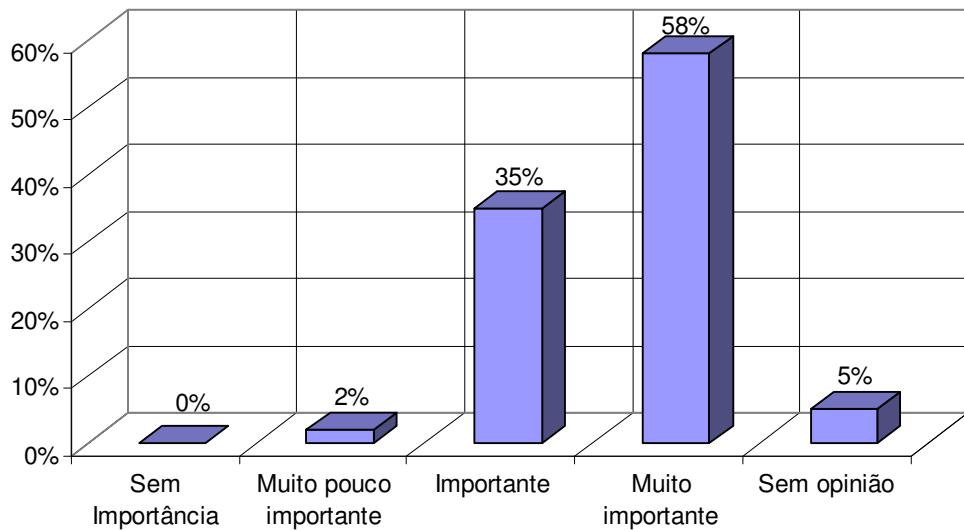


Gráfico 2 – Importância do meio ambiente para o município de Bonito na ótica da população.

A percepção da população relativa aos principais promotores do turismo em Bonito revelou que 35% das pessoas entrevistadas avaliam que o turismo local é desenvolvido por pessoas e empresas de fora do município. Deste percentual, apenas 42% já visitaram locais de turismo fora de Bonito, o que representa em torno de 15% do total da população. Outros 29% da população citam que o turismo local é promovido por pessoas e empresas de fora, mas apoiadas por pessoas e empresas locais, na forma de parcerias. No total, 64% da população entendem que a influência das pessoas e empresas de fora de Bonito na promoção do turismo local ocorre de forma direta ou através de parcerias com empresas locais.

Buscando estabelecer a relação do turismo com as organizações do terceiro setor, sob a ótica da sociedade local, a pesquisa demonstra que 83% da população consideram importante o apoio das ONGs para o turismo e o Desenvolvimento Local de Bonito. No entanto, apenas 59% das pessoas entrevistadas sabem o que é uma ONG. Os resultados indicam que 31% das pessoas que consideram importante o apoio das ONGs para a promoção do turismo e no desenvolvimento local de Bonito não sabem o que é uma ONG. Esses dados podem refletir o desejo da população local de apoio para a promoção do turismo, mesmo de organizações que não conhecem e das quais não sabem o papel que exercem.

A formação escolar e acadêmica da população de Bonito apresenta significativa participação das pessoas com formação de nível fundamental. A formação de nível médio também apresenta forte influência, enquanto que os habitantes que possuem nível superior e pós-graduação atingem menos de 17% da população (Gráfico 3).

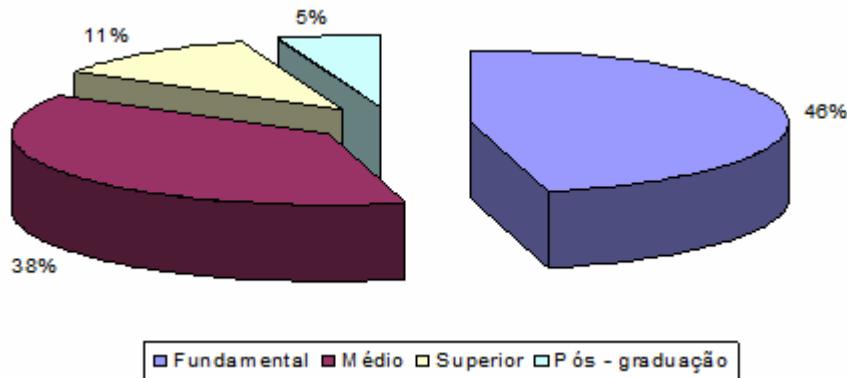


Gráfico 3 – Formação escolar e acadêmica da população de Bonito.

O entendimento da população sobre o trabalho das ONGs e o crescimento do turismo no município é fortemente influenciado pelo grau de formação da população (Gráfico 4). A pesquisa demonstra que das pessoas com nível fundamental, 91% não têm nenhuma expectativa em relação às atividades do terceiro setor. Já nos grupos de população com formação de nível médio e superior as expectativas em relação ao trabalho destas entidades existem para 36% e 40% da sociedade local respectivamente. O maior percentual de expectativas foi encontrado com as pessoas que possuem formação em nível de pós-graduação, onde 80% apresentam expectativas em relação ao trabalho das ONGs em Bonito. Esses resultados indicam que a formação escolar ou acadêmica determina diretamente a percepção e a intensidade das expectativas relacionadas aos projetos e atividades desenvolvidas pelas ONGs.

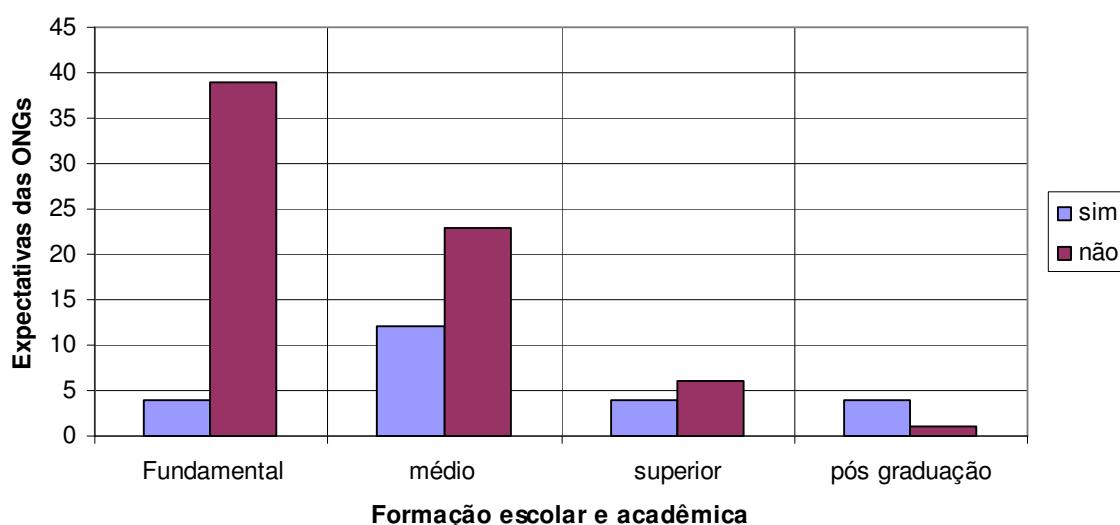
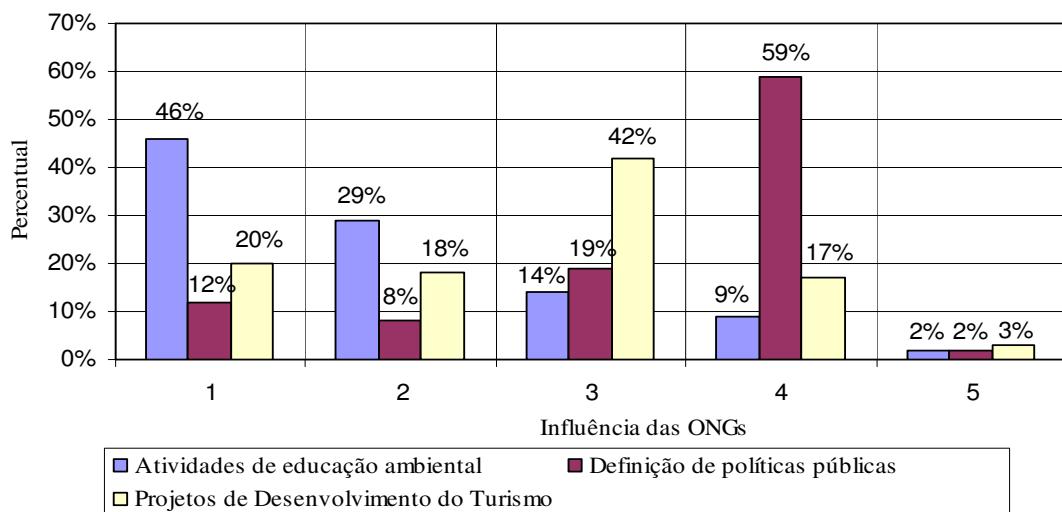


Gráfico 4 – Formação escolar da população de Bonito relacionada com as expectativas que possuem do trabalho das ONGs no município.

Quando perguntadas sobre as atividades das ONGs, 66% das pessoas entrevistadas consideram que suas expectativas não estão sendo atendidas, contra apenas 19% que consideram o contrário. Os demais (15%) preferiram não opinar. Na opinião da população, a área de maior influência para as entidades desenvolverem seus projetos está ligada à educação ambiental, com 46% da população apontando neste sentido. 59% da população consideram que as ONGs não devem influenciar as políticas públicas (Gráfico 5). Grande percentagem da população considera também que a participação das ONGs no desenvolvimento do turismo não é importante.



Legenda: 1: maior influencia, 4: menor influencia. 5: sem opinião.

Gráfico 5 – Percepção da população de Bonito quanto ao nível de influência que devem ter as ONGs em função do tipo de atividade realizada no município.

A pesquisa buscou identificar o período de moradia da população em Bonito e sua origem. Identificou-se que 45% da população nasceram em Bonito, enquanto 55% são originários de fora do município. 32% da população entrevistada estão originários de outros estados e 23% de outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, metade deles em municípios do entorno de Bonito que pertencem à região sudoeste do Estado.

Apenas 20% da população entrevistada têm menos de 10 anos de residência no município, o que permite a padronização cultural da sociedade bonitense. Nos aspectos de faixa etária e renda foi identificado que 37% da população encontram-se na faixa de 15 a 30 anos. Nesta faixa etária 97% das pessoas possuem renda de 1 a 4 salários mínimos. 81% da população total encontram-se nessa faixa de renda, faixa na qual se concentram a maior parte da população que considera que a atuação das ONGs em Bonito influencia mais nas áreas de meio ambiente e apoio a criança e ao adolescente (52%).

Análise da percepção da população de Bonito em relação ao turismo e as atividades das ONGs

Pouco se percebe de relação entre os eventos culturais de preferência da população, com os recursos naturais ou os atrativos turísticos que têm as maiores preferências de visitação turística da sociedade de Bonito. Os eventos apontados como de maior preferência pela sociedade local apresentam caracterização de grandes aglomerações, similares a eventos de outras regiões do estado e do Brasil. Cabe destacar que na pesquisa exploratória identificou-se que ocorre movimentação nos atrativos durante os eventos considerados grandes para Bonito, mas não foi identificada relação com o meio ambiente.

As atividades das ONGs não apresentaram ligação com a realização dos eventos de maior preferência para a população. Os projetos destacados pelas pessoas entrevistadas como de maior importância para atuação das ONGs estão relacionados principalmente as questões de educação ambiental, seguido pelo desenvolvimento do turismo. Porém o turismo na natureza apresenta baixa relação com as preferências culturais da população e com os locais de maior freqüentação.

Aponta-se a elevada preferência de visitação da população no balneário municipal de Bonito (72%). Desta forma, a execução de projetos e atividades por parte das entidades neste atrativo elevará a percepção da população quanto a sua atuação. Os demais atrativos como a Gruta do lago Azul, a Ilha do Padre, o Aquário Natural, o Balneário do Sol e a Praia da Figueira, apesar de citados, são menos utilizados pela população. O nível de renda da população, em sua maioria de 1 a 4 salários mínimos, pode influenciar na escolha da população pelo balneário municipal, por representar baixo custo.

A percepção da existência das ONGs em Bonito e de sua importância para a promoção do turismo e o desenvolvimento local, revelou falta de informações sobre o assunto. Várias pessoas que consideram importante o apoio das entidades para o desenvolvimento local no Município, ainda não sabem o que é uma ONG. Com isso as atividades relativas à sensibilização da sociedade de Bonito e o fortalecimento de informações que demonstram a função das ONGs e seus resultados revela-se frágil, necessitando reavaliação de atividades por parte das entidades do terceiro setor para maior percepção da população quanto aos seus projetos e a utilidade dos mesmos.

A abordagem revela pouca preocupação da sociedade bonitense em relação ao turismo na natureza, ou ecoturismo. A preferência por eventos de grande movimentação de

pessoas, como o festival de inverno, festival da guavira, carnaval eco-folia e pouco pelo ecoturismo, demonstra pouca preocupação no sentido de fortalecer o turismo em ambiente natural, que poderia aproveitar melhor as potencialidades locais existentes.

A movimentação que o comércio apresenta durante estes eventos é importante para os negócios e para a população local, pela geração de renda no comércio local e a possibilidade de locação das casas aos turistas. Apesar de considerar que o meio ambiente é determinante para o município, a população vem demonstrando pouca relação entre o que propicia maior satisfação cultural e a importância que aponta para o meio ambiente do município.

A melhoria do nível de formação favorece o conhecimento sobre o papel das ONGs no turismo e aumenta as expectativas. Com mais educação as pessoas são mais exigentes e cobram maiores resultados. Outro fator relevante na população de Bonito é o forte vínculo com o local, o que facilita a existência de uma cultura comum. A homogeneidade da população poderá facilitar as atividades de fomento e de divulgação das ONGs. Outros pontos também podem determinar maior percepção da realidade de Bonito, como a ampliação da visitação em outras regiões de turismo, do país ou fora dele. Destaca-se este ponto pela pouca experiência da população com outras regiões turísticas.

5.2 – Turistas

Em função da dificuldade de realizar uma amostragem probabilística, os resultados da pesquisa sobre os turistas em Bonito apresentam apenas o comportamento das pessoas entrevistadas, mas podem facilitar a compreensão da população total de turistas que visitam o município.

Dos turistas entrevistados, 41% realizam viagens uma vez por ano (Gráfico 6). Quase 29% apresentam freqüência de uma viagem a cada seis meses e 10% viajam uma vez por mês. Os dados obtidos com os turistas demonstram uma grande freqüência de viagens das pessoas entrevistadas e com isso boa visualização de diversidades turísticas dos locais por onde passam

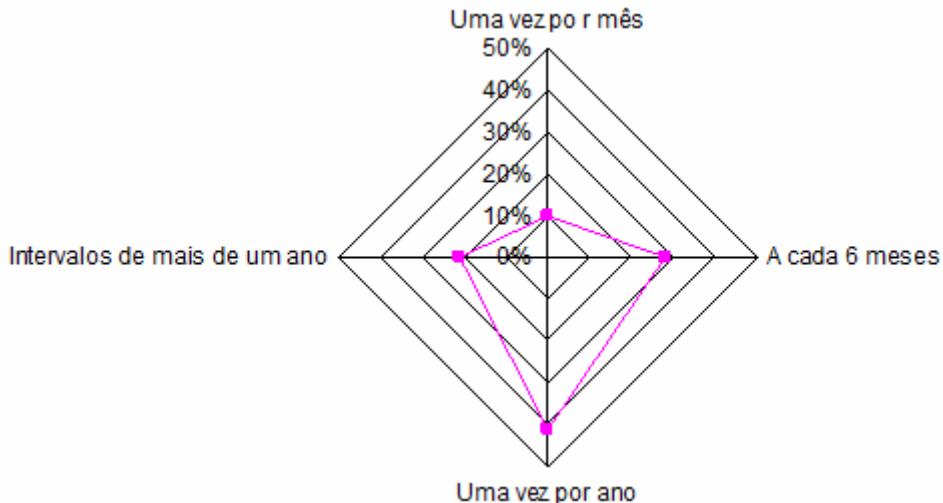


Gráfico 6 – Freqüência das viagens turísticas para qualquer destino, dos turistas entrevistados em Bonito.

Enfatizando as visitas ao município de Bonito, 72% dos turistas entrevistados afirmaram que vem para o Município com uma freqüência de intervalos maiores de um ano. 66% dos turistas entrevistados visitam Bonito buscando principalmente o turismo contemplativo, que se refere ao turismo da apreciação, do reconhecimento de detalhes nos atrativos, que possui relação direta com o turismo na natureza praticado na região. Os demais turistas destinam-se para Bonito para o turismo de aventura, turismo de negócios, estudos e pesquisas. Verificou-se que 47% dos visitantes entrevistados são de outros estados do Brasil, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Os turistas provenientes do estado de Mato Grosso do Sul, exceto a região que compreende os municípios vizinhos de Bonito, representam 41% da amostra entrevistada. 6% do total de turistas que visitam a localidade de Bonito são provenientes dos municípios vizinhos, que pertencem à região sudoeste de Mato Grosso do Sul e 6% vêm do exterior.

Fazendo o cruzamento de informações relativas à origem dos turistas que vem para Bonito com a busca pelo turismo contemplativo, verificou-se que pouco mais de 44% são provenientes de outros estados do Brasil, enquanto 38% são provenientes de outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul, exceto a região sudoeste do estado, que foi separada na coleta de informações (Gráfico 7). Estes dois grupos de origem dos turistas representam pouco mais de 54% do total de turistas entrevistados, sendo que os demais representam os turistas de fora do Brasil e do Sudoeste de Mato Grosso do Sul,

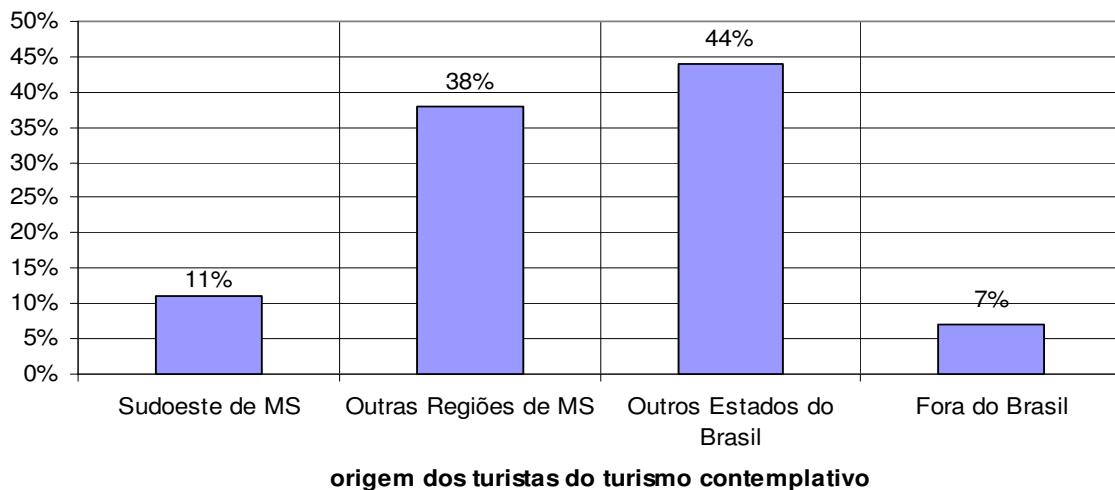
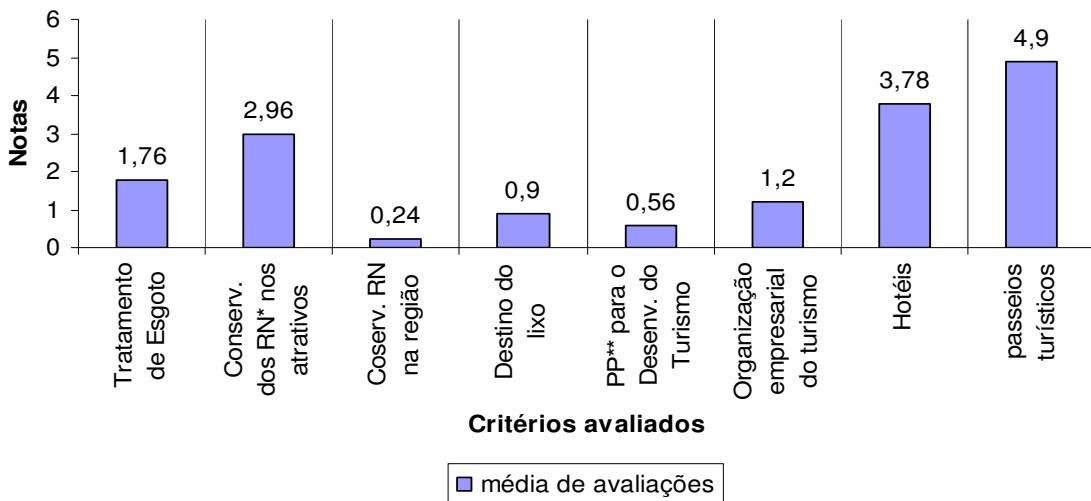


Gráfico 7 – Origem dos turistas que procuram o turismo contemplativo em Bonito

Entre os turistas entrevistados, 6% vêm do exterior, principalmente da Europa e Estados Unidos. Todos os turistas entrevistados que são de fora do Brasil afirmam ter sido atraídos pelas belezas naturais existentes no município. Destes, 75% afirmam praticar o turismo contemplativo, os demais buscam o turismo de aventura e de negócios.

Na avaliação dos aspectos mais importantes de Bonito, os atrativos onde ocorrem os passeios turísticos apresentaram média de notas 4,9, sobre um máximo de 5. Já a conservação dos recursos naturais nos atrativos turísticos apresentou média de notas de 2,96, nota média, mas atrás apenas dos passeios e dos hotéis (Gráfico 8). A percepção dos turistas em relação à preservação dos Recursos Naturais em Bonito e região (municípios vizinhos), apresentou a menor avaliação, com média de 0,24, seguido das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento do turismo, com 0,56. Esta percepção demonstra que as políticas públicas voltadas ao setor e as atividades de preservação na região do entorno de Bonito necessitam de maior preocupação.



* RN= Recursos Naturais, ** PP= Políticas Públicas

Gráfico 8 – Médias das avaliações dos turistas relativos aos diversos fatores ligados ao desenvolvimento turístico no município de Bonito.

Os passeios e atrativos turísticos apresentaram melhor avaliação, principalmente pela preocupação em melhoria dos critérios de preservação nestes ambientes turísticos. Estes procedimentos de conservação recebem apoio por parte do poder público, do COMTUR, do CONDEMA e das participações de entidades do terceiro setor nas ações de fiscalização. A visitação dos turistas nos atrativos permite maior facilidade em avaliar as condições destes ambientes em virtude da visitação localizada e de permanência nos locais normalmente orientados por guias turísticos. Situação similar relativa à permanência dos turistas é verificada nos hotéis que receberam avaliação média de 3,78 em máximo de 5.

No entanto, ações sobre o meio ambiente em geral, e não apenas nos lugares de visitação, e a infra-estrutura, tais como tratamento de esgoto e do lixo, parecem necessárias e poderiam ser objetos de atividades mais dinâmicas das ONGs.

Apesar da atuação de várias ONGs de Bonito na preservação ambiental e no fomento ao turismo, destaca-se que 65% dos turistas consideram que não existe nenhuma influência das ONGs no turismo e desenvolvimento local. Ressalta-se que 88% dos turistas entrevistados revelam saber o que é uma ONG e têm opinião formada sobre o assunto.

Apesar de considerar a influencia das ONGs no desenvolvimento do turismo de Bonito como baixa, 84% dos turistas consideram que a promoção do turismo e o desenvolvimento local de Bonito devem ser apoiados por elas.

A avaliação relativa à baixa influência do terceiro setor em diversas áreas de atuação está relacionada com a pouca capacidade dos turistas em identificar em quais áreas as ONGs apresentam maior influência. Apenas 40% dos turistas se manifestaram, 16% considerando que as atividades de educação ambiental apresentam maior influência das ONGs e 13% considerando que essa influencia é maior na defesa e recuperação dos recursos naturais. Na ótica dos turistas, a influencia das ONGs na melhoria dos atrativos é baixa e foi citada por apenas 3% dos entrevistados. Este mesmo percentual foi indicado para as atividades de capacitação para o desenvolvimento do turismo. A capacitação e gestão de recursos naturais atingiram o percentual de 5%.

Os dados da pesquisa demonstram que o nível de renda de 4 a 8 salários mínimos foi o mais citado para os turistas pesquisados. A faixa etária de 30 a 45 anos foi a mais representativa na amostragem dos turistas que visitam Bonito (Gráfico 9).

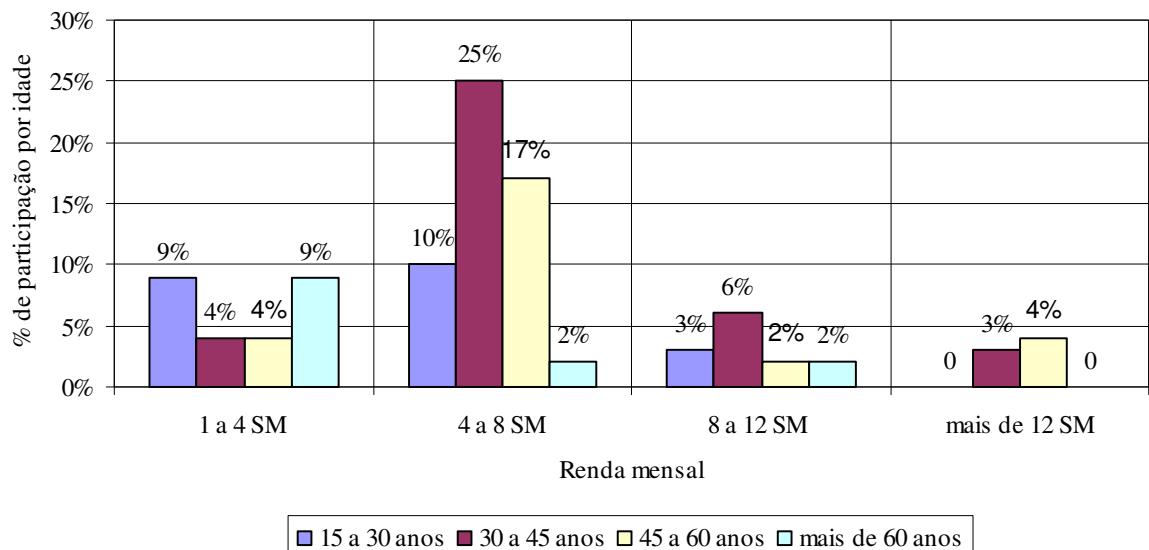


Gráfico 9 - Faixa etária e renda mensal dos turistas que visitam Bonito.

Enfatizando as condições de renda dos turistas em relação à formação escolar e acadêmica, identificou-se que a maioria (49%) possui no mínimo nível superior e que o nível de renda apresenta maior participação na faixa de 4 a 8 salários mínimos (Gráfico 10).

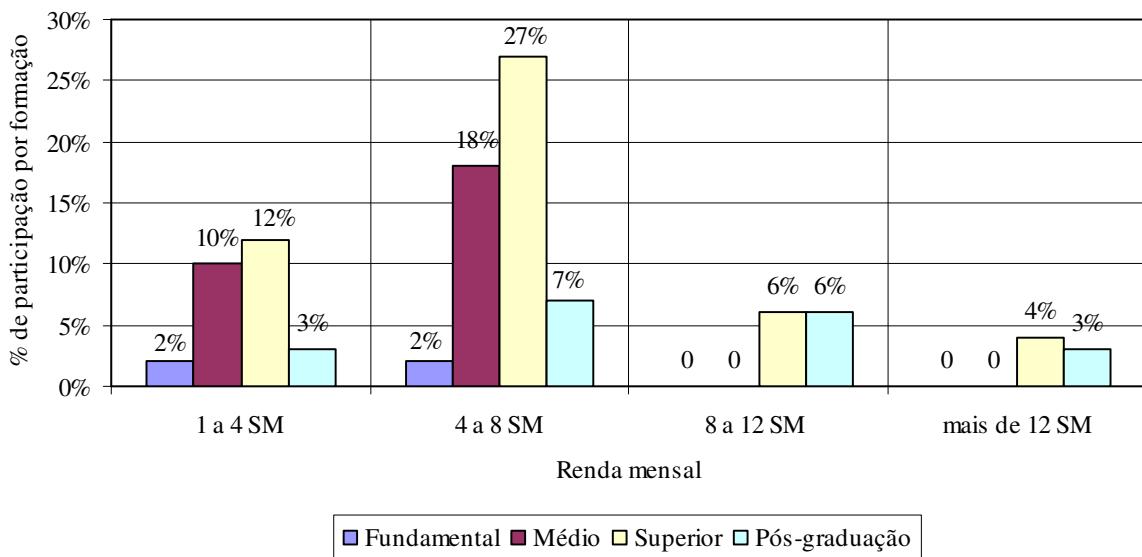


Gráfico 10 – Formação escolar ou acadêmica e nível de renda mensal dos turistas que visitam Bonito.

Avaliação da percepção dos Turistas quanto ao turismo e as atividades das ONGs em Bonito.

Verificou-se uma relação importante dos turistas com os recursos naturais, principalmente pela importância do turismo contemplativo, que em Bonito ocorre principalmente nos atrativos que se caracterizam pelo ecoturismo (Gruta do Lago Azul, Aquário Natural, Abismo Anhumas, Nascente do Sucuri, etc).

A percepção negativa ou insuficiente dos turistas sobre as atividades das ONGs e da influência que exercem na promoção do turismo, demonstra que estes não percebem a atuação destas entidades. A grande maioria dos turistas entrevistados sabe o que é uma ONG, o que reforça o resultado da avaliação. Outros fatores contribuem para a importância da avaliação apresentada pelos turistas, entre eles o conhecimento de outros locais de turismo, com grande freqüência de viagens, conjugado com o melhor nível de formação escolar da maioria dos turistas, comparado com a população de Bonito.

A ampla maioria dos turistas afirma ser determinante o papel das ONGs na promoção do turismo e no desenvolvimento local de Bonito, mas conforme citado, não percebe esta atuação. Esse resultado demonstra que estas organizações necessitam rever seus modelos de atuação no município, ou com uma melhor divulgação das atividades realizadas, ou em focalizando suas atividades em projetos que correspondem às expectativas dos turistas, que estão voltadas principalmente na preservação do meio ambiente em geral, e não apenas

nos atrativos, na melhoria da infra-estrutura (lixo e esgoto) e na qualificação do atendimento nos empreendimentos do *trade*.

5.3 – Poder público

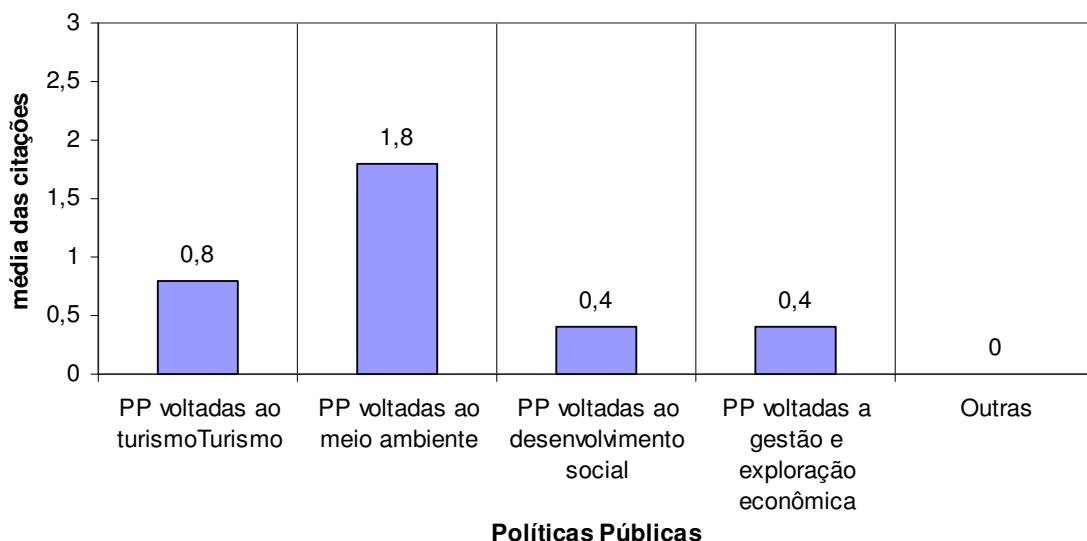
O poder público apresenta participação importante na relação com as ONGs e na promoção do turismo em Bonito. Buscou-se uma amostragem probabilística na coleta de informações entre as diversas esferas públicas presentes no município (federais, estaduais e municipais). O sucesso na coleta de informações foi maior nos organismos públicos municipais e estaduais. Apesar de participar de ações em Bonito, os responsáveis dos organismos da esfera federal não foram encontrados. No entanto, na pesquisa exploratória foram identificados vários projetos com aporte de recursos federais.

No poder público, 60% das pessoas entrevistadas afirmam que as atividades das entidades do terceiro setor que atuam em projetos ambientalistas influenciam para a promoção do turismo de Bonito, enquanto que 40% consideram a inexistência desta influência. A mesma avaliação foi obtida quando perguntado sobre as ONGs que atuam com projetos de fomento ao turismo e de ações sociais.

Percebeu-se na pesquisa exploratória que o contingente político partidário e o negativismo relativo à sigla “ONG” nos ambientes do poder público, podem ter contribuído para que 40% considerassem a inexistência de influência das ONGs na promoção do turismo em Bonito. Foram identificadas algumas citações verbais como “não fazem nada”, “são extremamente fechadas, não apresentam os resultados”. Porém, nas entrevistas vários líderes do poder público afirmaram que as ONGs apóiam o turismo e desenvolvem ações relativas ao meio ambiente. O fato de vários projetos serem financiados por organismos internacionais ou pelo governo federal pode ter influenciado para esta visualização do poder público municipal, pois este é pouco informado do que está acontecendo.

A pesquisa revelou que 60% dos entrevistados de organizações do Poder Público enfatizaram a melhoria no desempenho do turismo e do meio ambiente a partir das políticas públicas definidas com a participação das ONGs, que apoiaram as ações nos conselhos de turismo e meio ambiente do município. Em compensação, essa mesma proporção considerou que as ONGs não prestam conta dos projetos e ações que realizam. Com isso, o desempenho das entidades deixa a desejar. Apesar da afirmação de melhoria das políticas públicas, na avaliação das pessoas entrevistadas do poder público, as ONGs pouco participam na

construção destas políticas no município de Bonito. Os entrevistados enfatizaram as áreas do turismo, meio ambiente, desenvolvimento social, exploração econômica, ou outras áreas com possibilidades de definição de políticas públicas, mas que possuem baixa participação das ONGs. O setor que apresentou maior participação dessas organizações foi o de meio ambiente, porém com pontuação média (Gráfico 11).

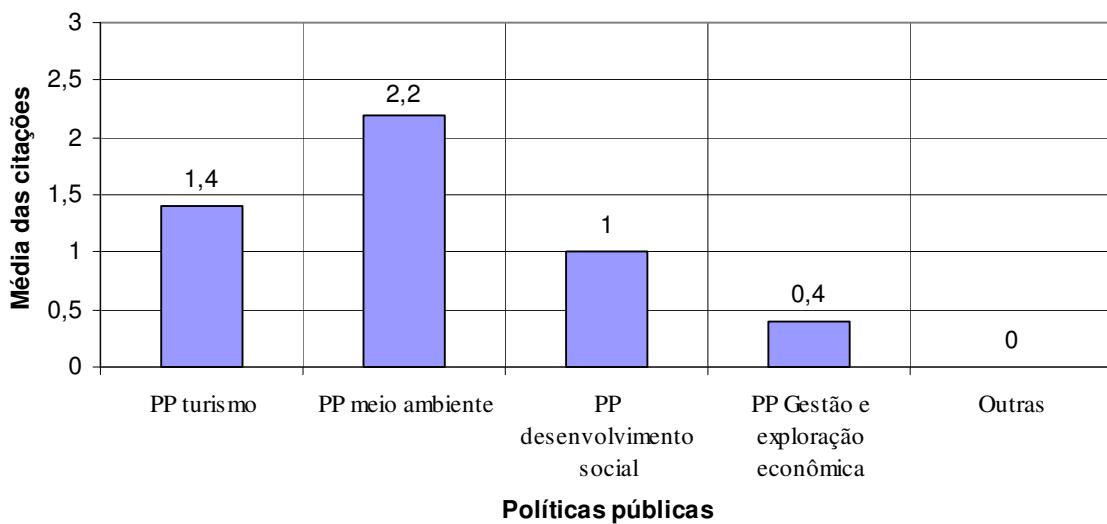


Legenda: 0= nenhuma participação; 3 = participação elevada.

Gráfico 11 – Avaliação do poder público em relação à participação das ONGs na construção de políticas públicas (PP) em vários setores de Bonito.

A participação das ONGs nos dois principais conselhos municipais relativos ao meio ambiente e ao turismo, CONDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) e COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), demonstra que a representatividade das organizações nos conselhos está mais fragilizada no COMTUR, onde nenhuma das entidades possui participação com direito a voto. Já no CONDEMA existe participação com acento de algumas entidades, enquanto as demais se consideram como representadas.

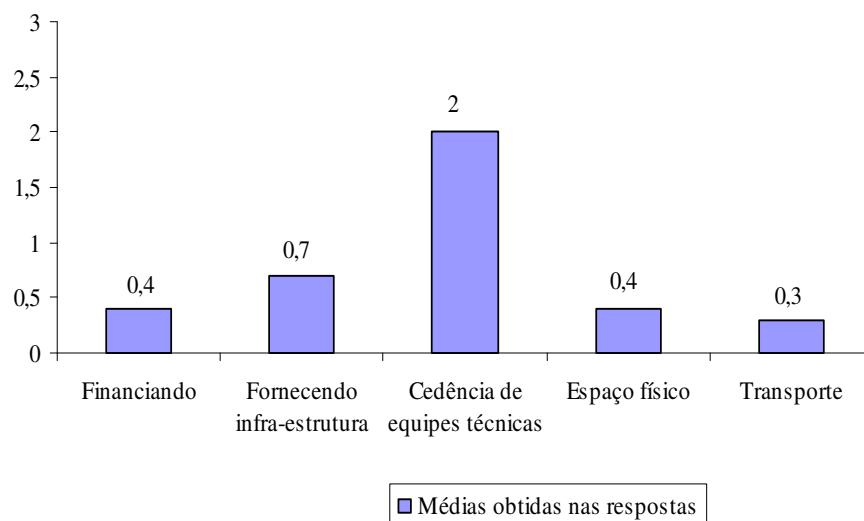
A pesquisa exploratória identificou que a disputa de vagas para compor os conselhos tem propiciado situações de disputa de espaço entre as ONGs, o que indica uma falta de coesão entre elas. Todas as pessoas entrevistadas do poder público consideram que as ONGs participam do CONDEMA, permitindo a participação destas entidades nas discussões de políticas públicas e de ações relevantes para o município de Bonito. Para os entrevistados, ocorreram avanços no sentido de aumentar o número de políticas públicas em Bonito (Gráfico 12). A área de políticas públicas que apresentou maior visualização foi do meio ambiente, que é o principal setor de atuação das ONGs.



Legenda: 0= nenhuma influência; 3 = Elevada influência.

Gráfico 12 – Área de influência das ONGs com aumento de políticas públicas em Bonito, na ótica do poder público.

Identificou-se pouca clareza por parte do poder público quanto ao financiamento de ações das ONGs no município, principalmente na esfera municipal. O apoio principal se focaliza na disponibilização de equipes técnicas para atuação nas entidades (Gráfico 13). Esta ação representa importante parceria entre o terceiro setor e o poder público.



Legenda: 0: sem apoio; 3: muito apoiado.

Gráfico 13 – Forma de apoio do Poder Público para as ações e projetos das ONGs em Bonito.

O financiamento das ações e projetos das ONGs apresentou pouco apoio do poder público. O fator que pode ser determinante neste contexto está voltado ao fato de que boa

parte dos projetos das entidades do terceiro setor, que são financiados pelo poder público, ocorre com a esfera federal (Ministérios, Fundações,...), onde os organismos do estado e do município entram apenas com apoio não financeiro.

A pesquisa exploratória demonstrou que projetos destas entidades realizados no município de Bonito são desenvolvidos na região da Serra da Bodoquena. As principais entidades que atuam neste sentido são: Fundação Neotrópica, Conservação Internacional – Brasil e o IASB. A Conservação Internacional – Brasil, não utiliza recursos públicos em seus projetos.

Para 60% dos entrevistados do poder público, as ONGs em Bonito têm apresentado suas ações para a sociedade através da publicidade de seus atos. No entanto, 40% afirmam achar que elas não fazem essa publicidade. A percentagem elevada dos representantes do poder público que apontam à inexistência de publicidade demonstra que as organizações do terceiro setor ainda não conseguem atingir boa avaliação relativa à publicidade de seus atos.

Para todos os entrevistados do poder público, a formação acadêmica influencia diretamente no desempenho das atividades das ONGs. Permite-se com isso estabelecer relação com os posicionamentos da população e dos turistas, confirmando os apontamentos anteriores de que a formação escolar e acadêmica influencia na visualização mais específica da atuação do terceiro setor.

Avaliação da percepção do Poder Público quanto ao turismo e as atividades das ONGs

As avaliações do poder público apresentam importância significativa, por representar uma fonte de apoio direto na execução de projetos das ONGs. Os dados da pesquisa revelaram que os órgãos públicos municipais e estaduais pouco financiam projetos, mas participam de ações em parcerias, sobretudo no fornecimento de recursos humanos e materiais, para as entidades do terceiro setor ampliar sua atuação.

Percebe-se que a relação entre os dois setores existe e tem tendência a se ampliar, principalmente pelas afirmações de que as entidades do terceiro setor são importantes na busca do desenvolvimento de Bonito. Os apontamentos que ocorrem no sentido da falta de publicidade, da insuficiência de prestação de contas e na falta de cooperação entre as ONGs, influenciam no desempenho das entidades. A avaliação apresentada pelo poder público pode

ser comparada com os demais grupos pesquisados (população, turistas e *trade* turístico), revelando a necessidade de melhoria no uso ou na forma de aplicação dos critérios de avaliação, que permitirão demonstrar o desempenho das ONGs

A influência das ONGs no turismo e desenvolvimento local de Bonito vem ocorrendo segundo a avaliação da maioria dos representantes do poder público, porém de forma pouco clara e sem a percepção dos parceiros diretos (empresas de turismo, Poder Público e beneficiários dos projetos). Com isso, considera-se que as parcerias poderiam ser melhoradas através de critérios que propiciem condições de maior clareza sobre as atividades das ONGs. Estes critérios podem estar relacionados à publicidade, fiscalização dos mesmos e apresentação dos resultados de forma mais participativa junto à sociedade e aos turistas, entre outros aspectos.

A tendência de financiamento do terceiro setor por parte do poder público não foi avaliada, mas percebe-se a possibilidade de ampliação, caso melhore o desempenho das entidades. Evidenciou-se também que na relação poder público - ONGs, o baixo desempenho na atuação das entidades e a falta de comunicação interna dos órgãos do poder público geram informações contraditórias e pode prejudicar a avaliação do desempenho das entidades.

5.4 – *Trade* Turístico

A pesquisa realizada com as empresas do *Trade* Turístico (conjunto de empresas que desenvolvem atividades diretas com os turistas e objetivam o lucro) foi aplicada através de uma amostragem probabilística, o que possibilita a extensão dos resultados obtidos à totalidade do universo pesquisado.

Destaca-se que a população de Bonito prefere os eventos de grande movimentação e turismo moderno. 67% dos empresários entrevistados apontam para esta caracterização cultural da população local. As festas religiosas e tradicionais de Bonito, como a Festa do Peão, Festa do Padroeiro – São Pedro (evento religioso da igreja católica), apontadas por 22% dos responsáveis de *Trades* turísticos entrevistados, foi considerado como o segundo fator de maior satisfação cultural da população. Esses dois tipos de eventos pouco se relacionam com o turismo em ambientes naturais ou com o meio ambiente, informação similar àquela apontada nas entrevistas com a população.

Quanto à visualização da promoção do turismo no município, 40% das empresas entrevistadas considera que são pessoas e empresas de fora apoiadas por pessoas e empresas de Bonito que mais promove o desenvolvimento do turismo. 22% dos *trades* entrevistados apontam apenas pessoas e empresas de fora de Bonito como promotoras do turismo local (Gráfico 14).

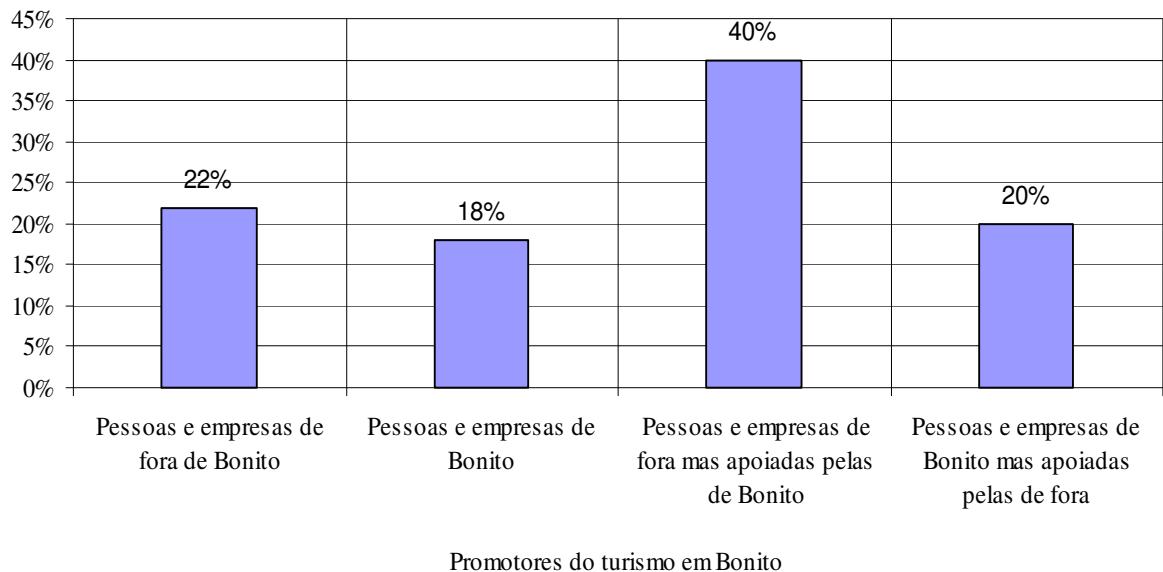
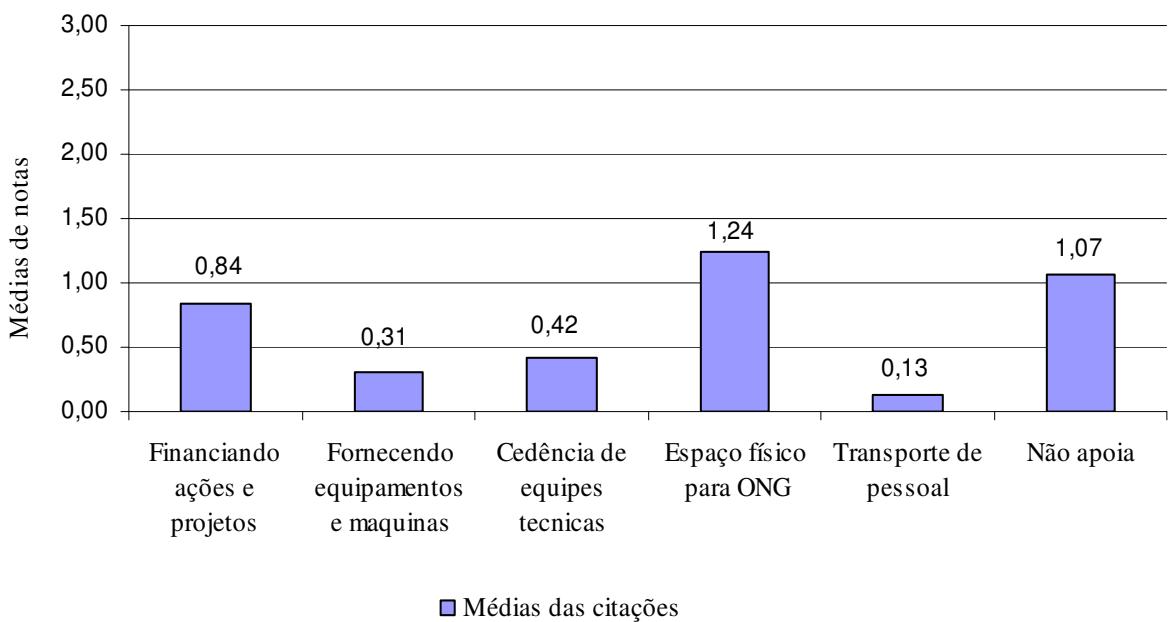


Gráfico 14 – Origem das pessoas e empresas que promovem o turismo de Bonito.

As empresas entrevistadas do *trade* turístico indicam saber, com 89% das respostas, que as ONGs atuam em Bonito, o que demonstra conhecimento da atuação destas entidades. As empresas entrevistadas indicam que o que elas mais apóiam para que as ONGs façam suas atividades é o “fornecimento de espaço físico” (Gráfico 15). No entanto, muitos *trades* turísticos indicaram que não apóiam as ONGs.



Legenda: 0: não apóia; 3: apóia bastante.

Gráfico 15 – Apoio do *trade* turístico para as ONGs em Bonito.

As respostas obtidas indicam que existem algumas relações do setor empresarial com as entidades do terceiro setor. Grande parte dos *trades* apresenta ligação com os atrativos turísticos que estão diretamente ligados aos recursos naturais, principal ambiente de atuação das ONGs. Parte do pessoal que atua nos quadros de pessoal das ONGs é proveniente do próprio meio empresarial ou do poder público, estabelecendo assim uma relação de dependência que pode prejudicar as atividades das entidades no curto prazo, caso este quadro de profissionais se desligar das entidades. Com esta relação de cedência poderão ocorrer também aspectos de favorecimento empresarial na atuação das entidades do terceiro setor.

A atuação das ONGs representa importante influência no *trade* turístico, onde 58% das empresas entrevistadas afirmam que essas organizações apóiam os *trades* com suas ações. Este apoio, conforme resultados da pesquisa exploratória, foi visualizado principalmente com as atividades das ONGs ambientalistas, que buscam sensibilizar turistas quanto ao melhor uso de recursos naturais e em projetos e diagnósticos que identificam potencialidades e estrangulamentos no município de Bonito.

No total, 76% dos responsáveis de *trades* entrevistados moram em Bonito há mais de 5 anos, período que coincide com o crescimento mais intenso do turismo neste município e 22% nasceram no município.

Como 78% dos dirigentes das empresas entrevistadas são provenientes de outras regiões, podem ocorrer influências nos aspectos culturais e na relação com as ONGs, sobretudo pela possibilidade de conhecimento de outras experiências turísticas, de atuação de ONGs e de desenvolvimento. Esta realidade pode interferir também na relação destes dirigentes com a população local por apresentarem culturas e visões diferentes. Em várias ocasiões das entrevistas e na pesquisa exploratória ocorreram comentários similares a “o povo daqui não tem esta visão”. No critério de formação escolar ou acadêmica, ocorre um equilíbrio entre as formações de nível médio e nível superior, com 44% dos dirigentes para cada nível.

Das empresas entrevistadas, 82% consideram que as entidades do terceiro setor que desenvolvem ações com foco ambientalista e de fomento ao turismo não realizam publicidade sobre suas atividades. No tocante a mensuração dos resultados de seus projetos, 42% afirmam que as ONGs fazem a mensuração, enquanto que 58% dos empresários consideram que as entidades não mensuram seus resultados (Gráfico 16). Esse resultado confirma que a efetividade e a eficácia das entidades do terceiro setor ainda são insuficientes. A população, os turistas e o poder público também apontaram para esta conclusão.

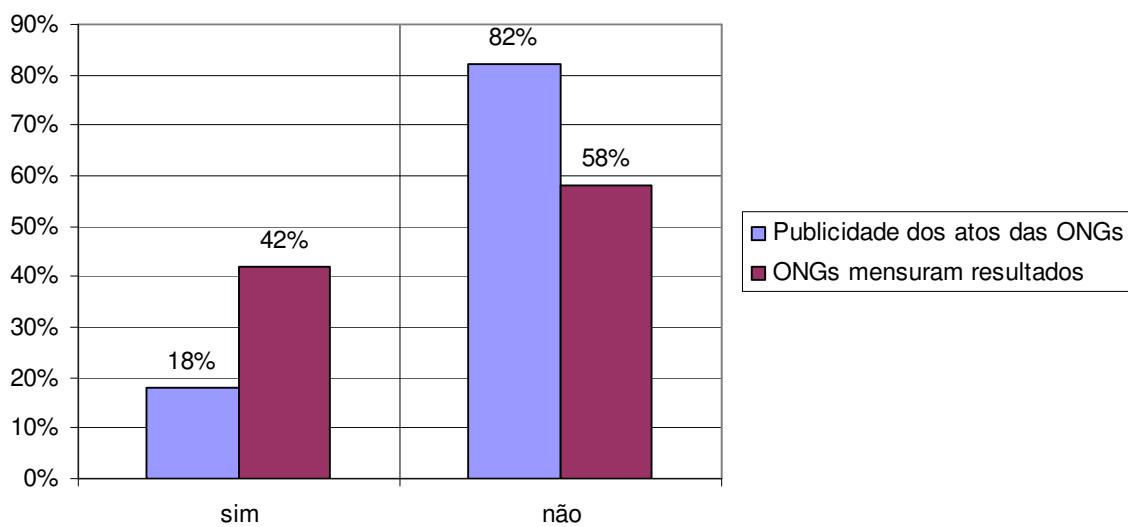


Gráfico 16 – Avaliação do *Trade* quanto à publicidade dos atos e da mensuração de resultados por parte das ONGs que atuam em Bonito.

Avaliação da percepção do *Trade* Turístico quanto ao turismo e as atividades das ONGs

A pesquisa demonstrou que existe significativa relação deste setor com as ONGs em Bonito. Um dos fatores que pode influenciar esta percepção é a estreita relação existente entre alguns empresários e as entidades do terceiro setor, entre elas a ATRATUR (Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região) e o IASB (Instituto das Águas da Serra da Bodoquena). Outras entidades que não compõem o objeto desta pesquisa, mas que na pesquisa exploratória foram identificadas, também apresentam relação com o *trade*, como o Sindicato Rural Patronal, que para o objeto desta pesquisa não foi considerado como ONG, mas como organismo de apoio setorial, e que apresenta aparente influência em vários ambientes relativos ao turismo de Bonito, inclusive participando com acento no COMTUR.

O apoio das empresas para as atividades das ONGs e a influência destas sobre o *trade* turístico representam vínculos que se não coordenados adequadamente podem gerar a dependência das entidades. As empresas locais apesar de apoiarem as ONGs, ainda o fazem de forma tímida e mais ligada às entidades de fomento ao turismo do que as entidades ambientalistas. A ampliação do apoio das empresas para as ONGs não será um aspecto prejudicial, desde que seja pertinente ao financiamento de ações e projetos, sem atrelamento.

A insuficiente apresentação de resultados e de publicidade apontada pelos empresários demonstra que o desempenho das organizações neste ambiente ainda é frágil, mas que as parcerias ocorrem mesmo assim, como o caso de apoio na cedência de espaço físico em campanhas das ONGs para arrecadação de recursos.

Destaca-se que a cedência de profissionais de boa formação, por parte das empresas e do poder público, propicia um ambiente favorável para que as entidades do terceiro setor intensifiquem o uso de ferramentas gerenciais, entre eles a possibilidade de elaboração do planejamento estratégico. Combinado com as exigências do poder público em apresentar resultados, o *trade* intensifica a cobrança por avaliação de resultados por parte das ONGs, intensificando a necessidade de mudanças das entidades no sentido de avaliar o seu desempenho.

5.5 – Organizações Não Governamentais – ONGs

As atividades de coleta de dados através de entrevista permitiram maior entendimento da dinâmica de ações que ocorre no ambiente das Organizações Não

Governamentais que atuam em Bonito, MS. Representantes de todas as ONGs ligadas diretamente ou indiretamente ao turismo e que atuam no município de Bonito foram entrevistados.

Das entidades pesquisadas, 43% foram criadas a menos de 5 anos (Gráfico 17). O fato de aproximadamente metade das ONGs ser relativamente jovem pode explicar parte dos problemas de propaganda e de controle identificados nas entrevistas com os outros atores do sistema. Apenas uma das sete organizações pesquisadas afirma definir projetos e ações gerenciais através um planejamento estratégico.

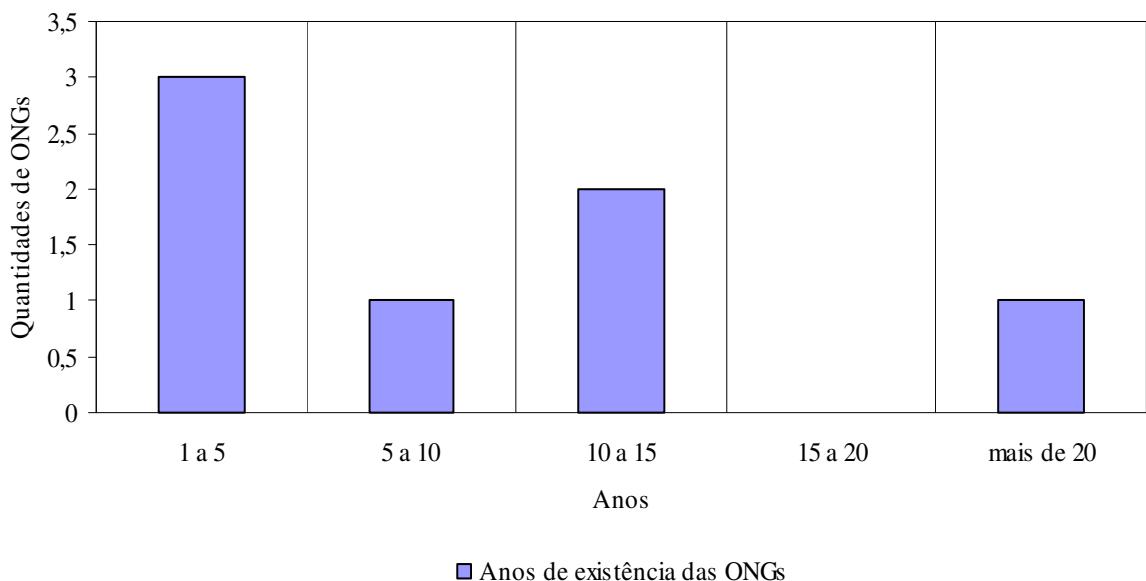


Gráfico 17: Tempo de fundação das ONGs entrevistadas em Bonito.

O desenvolvimento das atividades ocorre através de projetos que são definidos por metodologias diversas, as principais sendo a participação em eventos promovidos por outras organizações e levantamento de demandas em reuniões nas comunidades. Outras metodologias apontadas, porém com pouca aplicação, são o zopp/metaplan (metodologia participativa, com princípio de causa e efeito) em oficinas participativas, seminários com atividades em grupo e priorização de ações e oficinas de planejamento estratégico.

Verificou-se que todas as organizações possuem projetos em execução ou executados. Estes projetos, considerando os últimos 5 anos, podem estar em desenvolvimento através de parcerias privadas ou totalmente financiados pelo poder público. As entidades que aplicaram recursos próprios em projetos neste mesmo período representam 71% do total das ONGs. Nestas entidades, os recursos próprios têm financiado de 1 a 5 projetos nos últimos 5

anos. Esses recursos são provenientes de realização de eventos e comercialização de artesanato e brindes produzidos.

No município, as organizações do terceiro setor afirmaram que a maioria dos projetos são desenvolvidos a partir de recursos públicos. Como levantado na análise do poder público, existe desencontro de informações relativas ao financiamento de projetos das ONGs. As diferenças podem ser explicadas pelo financiamento dos projetos em entidades federais, que não foram entrevistadas na pesquisa.

Das entidades que atuam nas atividades ambientalistas e de fomento ao turismo, 86% afirmaram ter desenvolvidos de 1 a 5 projetos com recursos provenientes do poder público nos últimos 5 anos. 57% desenvolveram projetos com a iniciativa privada neste mesmo período. Apenas uma ONG, que representa 14% das entidades entrevistadas, não utiliza recursos públicos nos projetos que desenvolve. Destaca-se que esta organização realizou mais de 10 projetos nos últimos 5 anos, todos com recursos do setor privado provenientes de empresas. Neste caso, as empresas financeiradoras não fazem parte do *trade turístico* de Bonito (Gráfico 18).

Verificou-se que uma das entidades não possui projetos desenvolvidos nos últimos 5 anos, atuando apenas na sensibilização voltada para políticas públicas em parcerias com outras entidades e com o poder público local. Apesar de todas as fontes de recursos colocadas na pesquisa (recursos próprios, públicos e privados) existem entidades que não estão captando recursos em projetos, avaliando-se as diferentes áreas de captação.

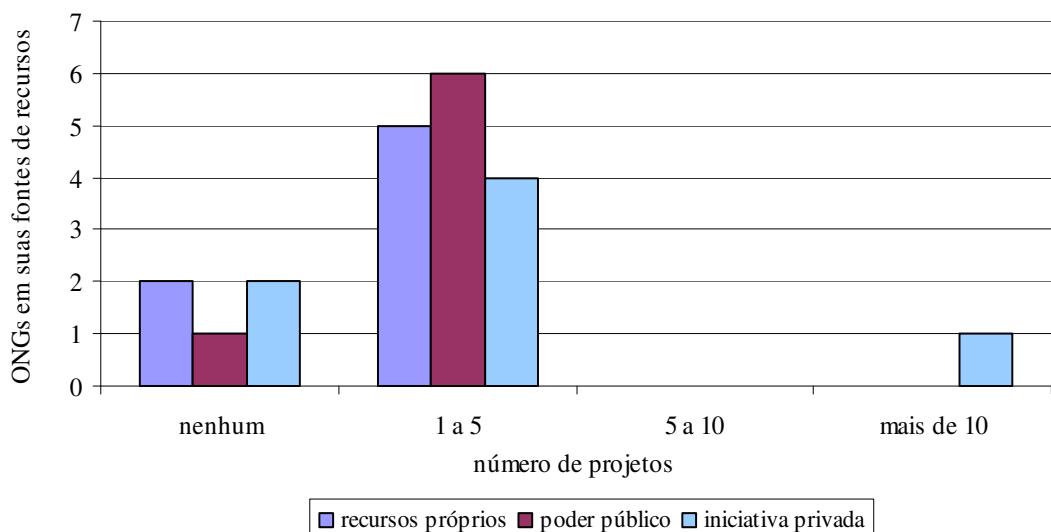


Gráfico 18: Quantidade de projetos desenvolvidos pelas ONGs em Bonito nos últimos 5 anos, por fonte de recursos.

As entidades objeto da pesquisa demonstraram que a aplicação de indicadores de desempenho é executada conforme suas próprias definições, ou de acordo com as exigências dos financiadores. Não existe uma padronização entre as entidades entrevistadas quanto a critérios de aplicação de indicadores de desempenho. 43% das organizações aplicam indicadores nas etapas dos projetos que desenvolvem outras 14% ao final do projeto e 14% uma vez por ano (Gráfico 19).

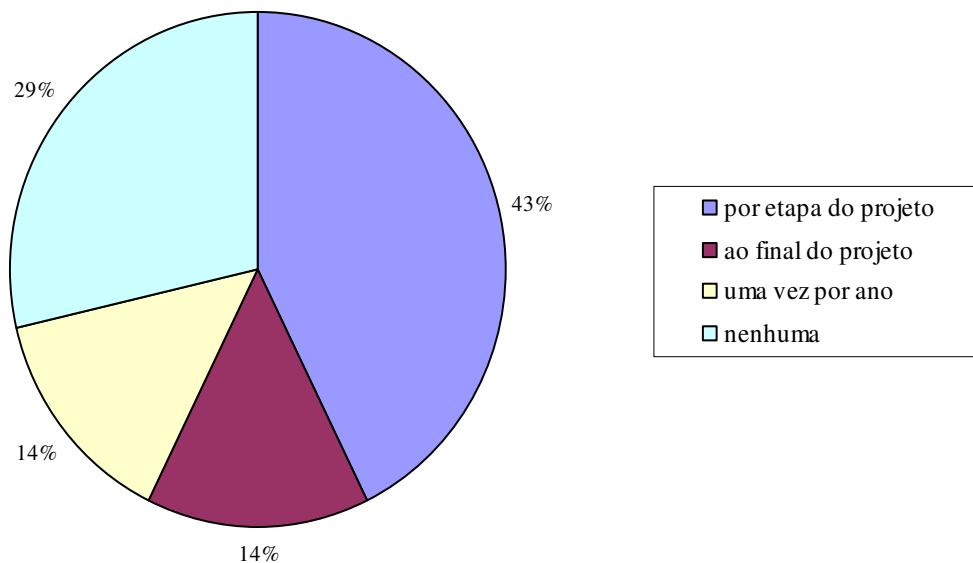


Gráfico 19: Utilização de indicadores de avaliação pelas ONGs nos projetos executados em Bonito.

A insuficiente avaliação do desempenho confirma os resultados obtidos nos outros setores. Enfatizando a avaliação voltada para a eficiência, que trata do uso dos recursos para a realização das atividades, verificou-se que as ONGs aplicam um percentual pequeno de cada indicador pesquisado, apesar de 100% delas utilizarem pelo menos um dos critérios avaliados (Gráfico 20). O critério de avaliação que permite visualizar os recursos gastos por beneficiário do projeto é aplicado por apenas 7% das entidades, enquanto que os recursos totais gastos por meta são mensurados por 21% das organizações. Os critérios mais utilizados pelas ONGs, com 36% cada, são os que mensuram as sobras de recursos por meta cumprida na íntegra e a avaliação do impacto sobre as condições de vida dos beneficiários em função dos recursos investidos.

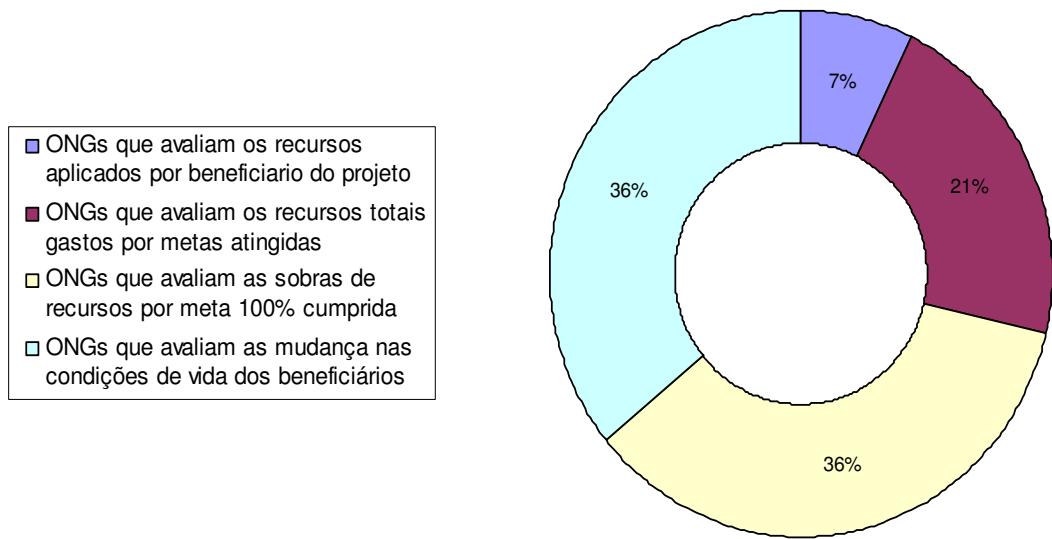
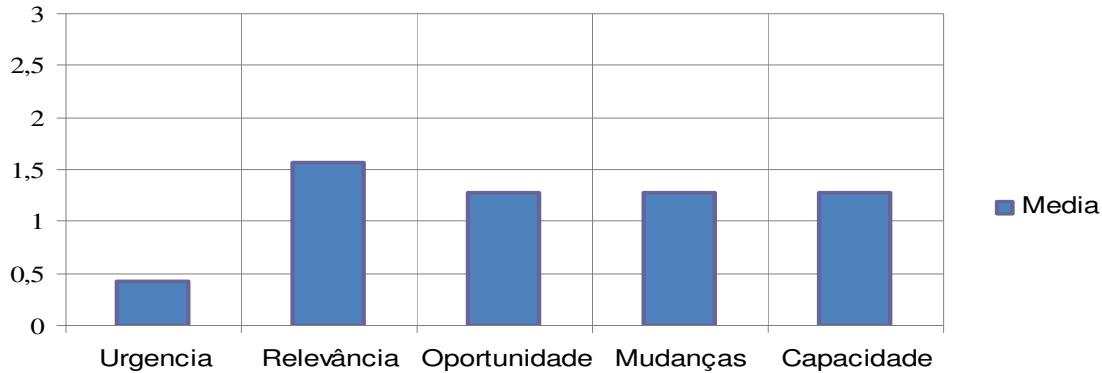


Gráfico 20: Utilização dos diferentes critérios de avaliação da eficiência pelas ONGs em Bonito.

Os indicadores de eficácia sugeridos na pesquisa foram colocados no sentido de relacionar o ambiente de execução dos projetos com os objetivos propostos. Os objetivos levantados pelas ONGs foram: urgência na execução das ações para a sociedade, relevância das ações no ambiente de realização do projeto, oportunidade para a sociedade desenvolver outras ações a partir das metas cumpridas do projeto, realização de mudanças na vida das pessoas e a capacidade de mobilização da sociedade a partir da execução das metas do projeto. A avaliação do critério de urgência para a sociedade relacionado aos objetivos da organização foi apontado por 29% das entidades entrevistadas e com baixa freqüência de aplicação (média de 0,5 em mensuração de 0 a 3) (Gráfico 21). Os demais critérios apresentaram realidades distintas, sendo aplicados com grande intensidade em algumas ONGs, enquanto outras não os utilizam. Verificou-se que os projetos elaborados para captação de recursos normalmente apresentam metas e objetivos. Internamente as entidades ainda utilizam pouco o planejamento estratégico o que pode propiciar situações de pouca precisão em seus objetivos e metas.



Legenda: 0: não aplicada; 3: alta aplicação.

Gráfico 21 – Objetivos utilizados pelas ONGs de Bonito para seleção dos projetos executados.

Enfatizando as ações realizadas através dos projetos, buscou-se a visualização do impacto destas atividades na promoção do turismo em Bonito. 100% das entidades afirmam influenciar na promoção do turismo e no desenvolvimento local de Bonito. Percebe-se um desencontro de informações com a população e os turistas, que apontam para a pouca influência das ONGs e não percebem as mudanças ou a importância das atividades dessas entidades, o que indica a falta de eficácia. No entanto, as entrevistas indicam que 43% das organizações realizam pesquisas de satisfação das atividades das ONGs junto à população, o que indica uma preocupação em relação à eficácia e efetividade, que aborda a satisfação da população atendida.

A disponibilização de instrumentos para que a sociedade possa verificar a execução dos projetos e assim perceber os resultados da atuação das ONGs também pode influenciar sobre a percepção da população e dos turistas, e por consequência sobre a eficácia. A publicidade sobre as atividades realizadas junto à população é realizada por apenas 14% das organizações.

Terceiro fator de medida do desempenho, a efetividade demonstra a capacidade do projeto ou ações em gerar mudanças no sentido de melhorias junto à sociedade. Esta avaliação consiste em verificar se as atividades das ONGs podem permitir melhorias na sociedade.

As atividades utilizadas pelas ONGs e que podem influenciar a efetividade foram a avaliação da satisfação da sociedade quanto às atividades executadas pelas ONGs e melhorias

obtidas e a realização de planejamento estratégico com destaque para aspectos de satisfação da sociedade.

A pesquisa de satisfação das atividades das ONGs junto à população é executada por 43% das organizações, o que indica a preocupação de parte das ONGs com critérios de efetividade.

O planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, com a preocupação da satisfação da sociedade, foi apontado por 71% das entidades como de elevada importância para execução nas organizações. Apesar das citações relativas à importância do planejamento estratégico nas entidades, 29% destas não utilizam esta ferramenta de planejamento.

No critério pesquisado de verificação da satisfação da sociedade quanto às melhorias obtidas pela atuação das entidades, ficou caracterizado que as mensurações são executadas por apenas 36% das entidades e não permitem a verificação da eficácia e da efetividade sob a ótica deste critério no contexto geral da atuação do terceiro setor em Bonito.

A avaliação da formação escolar e acadêmica das pessoas que atuam na coordenação das ONGs revelou profissionais com formação acima da média da população. 85% das pessoas que atuam na execução das ações das entidades possuem no mínimo nível superior. Destes profissionais, 50% possuem especialização, com os níveis de mestrado e doutorado que apresentam percentuais próximos de 17% do total (Gráfico 22).

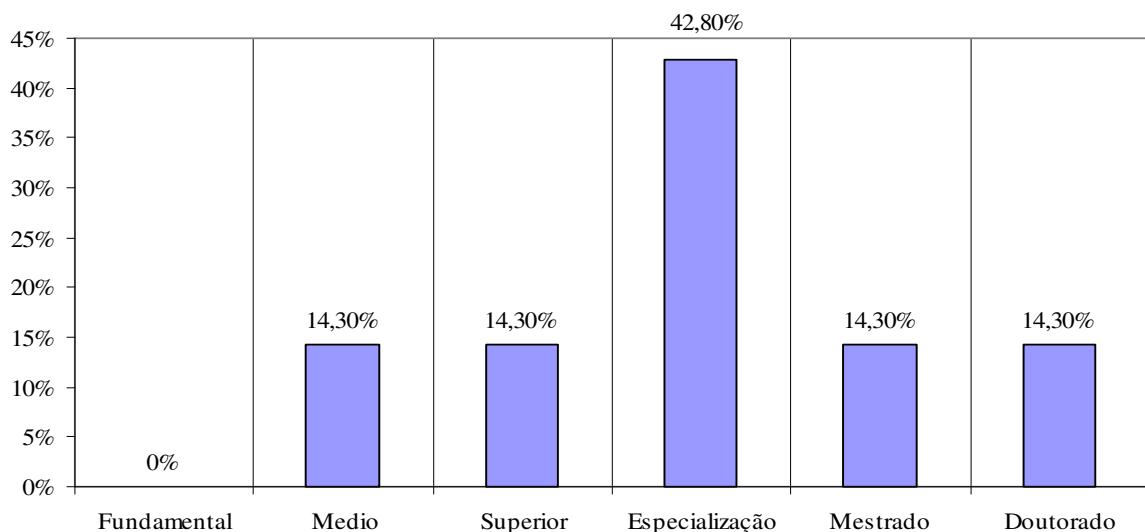
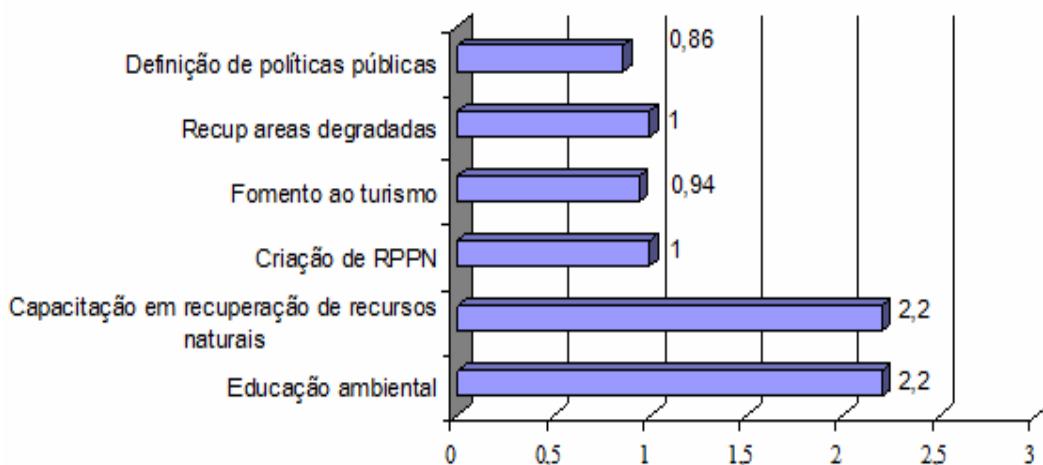


Gráfico 22 – Nível de formação acadêmica dos coordenadores de ações das ONGs em Bonito.

A pesquisa revelou a percepção pelas ONGs de grande influência nas áreas de educação ambiental e de capacitação para o melhor uso dos recursos naturais. 86% das

organizações afirmaram atuar nessas áreas e destas, 71% afirmam exercer forte influência nestes critérios (Gráfico 23). As entidades que destacaram não possuir nenhuma ação de educação ambiental e de capacitação empenham-se mais especificamente na viabilização de políticas públicas.



Legenda: 0 – nenhum atendimento, 3 – elevado atendimento.

Gráfico 23: Médias de citações das áreas atendidas pelos projetos das ONGs em Bonito

Cinquenta e sete por cento das entidades do terceiro setor afirmaram participar de ações na viabilização de políticas públicas. Dessas ONGs, 75% consideram este um dos fatores de maior influência nos objetivos da organização.

Evidenciou-se que a forma de participação nas instâncias de debate e construção das políticas públicas é bem definida no CONDEMA, onde 86% das entidades afirmaram participar com representante nas reuniões ou demais atividades. Nenhuma das entidades pesquisada tem representação no COMTUR, mas 57% das ONGs afirmam participar neste conselho como ouvinte, onde buscam o acompanhamento das definições e articulam proposições através dos representantes com poder de voto.

A participação nos conselhos não é a principal forma para propor políticas públicas (Gráfico 24). O critério mais importante para as ONGs é a atuação em parceria, revelando a articulação das entidades neste contexto. Esta articulação, apesar de ocorrer entre as ONGs pesquisadas ou com outras entidades locais, como as entidades de representação setorial: Associação dos donos de botes, guias de turismo, bares e restaurantes, hotéis, entre outras, ainda é frágil e não elimina determinada individualidade de pensamento e certa disputa de espaço nas vagas dos conselhos. A proposição de políticas públicas de forma isolada, onde as ONGs fazem sua defesa junto ao Legislativo e o Executivo é o método menos utilizado.

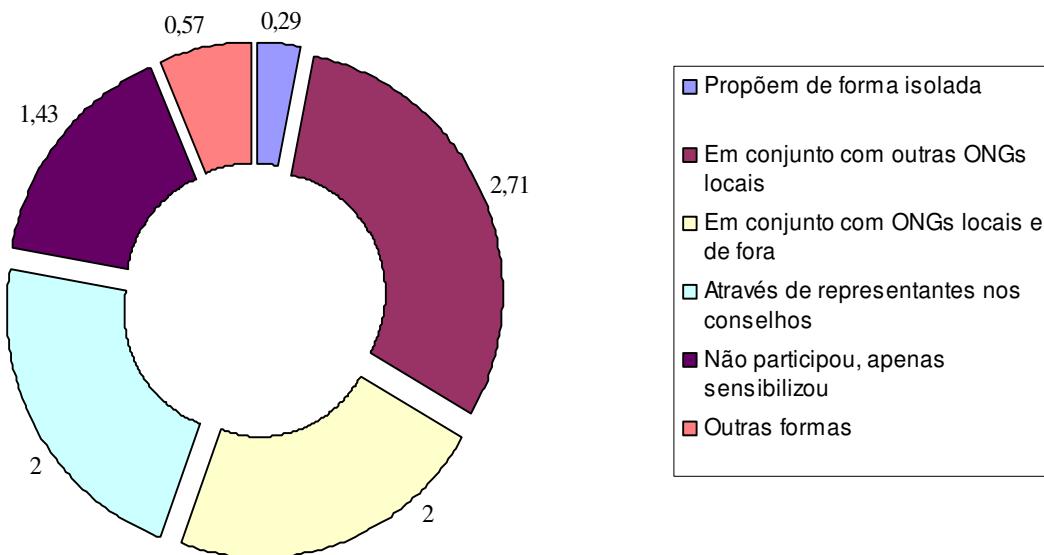


Gráfico 24: Forma de proposição de políticas públicas por parte das ONGs em Bonito.

A definição de acentos nos conselhos normalmente é formalizada pelo poder público municipal, regulamentando as vagas e os participantes representativos setoriais.

As atividades nas ONGs estão sob a responsabilidade de gerentes ou coordenadores. As 14% das organizações que têm coordenadores com formação de nível médio apresentam a menor amplitude de atuação, enfocando principalmente a articulação para proposição de políticas públicas. Este percentual representa apenas uma das entidades pesquisadas. As demais entidades possuem profissionais com nível de graduação, mestrado e doutorado.

A entidade sob responsabilidade de um gerente de nível médio de formação apresenta menor grau de avaliação de desempenho. Nas demais entidades, apesar da dificuldade na aplicação de indicadores voltados à avaliação da eficiência, eficácia e efetividade, percebem-se algumas avaliações. A tendência natural é de ampliação da aplicação de indicadores para avaliação do desempenho. Setenta e um por cento (71%) das entidades com coordenadores que possuem pelo menos nível superior na formação acadêmica, afirmam que o planejamento estratégico é de grande importância.

Avaliação da percepção das ONGs quanto ao turismo e a sua própria atuação

As ONGs afirmam possuir muitas relações com os demais atores sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais de Bonito. Com a sociedade local, existem atividades

executadas e o envolvimento de vários cidadãos em atividades destas organizações. Esta relação pode ser ampliada e poderá permitir maior percepção da atuação das entidades do terceiro setor.

O período de fundação das entidades não é muito longo, as ONGs ainda não organizaram seus processos adequadamente, inclusive com os primeiros planejamentos estratégicos em fase inicial ou em intenção de implantação. O número de projetos desenvolvidos pelas entidades nos últimos 5 anos indica alguns aspectos importantes. O principal deles se relaciona ao quadro limitado de profissionais que as entidades possuem, apesar de boa formação acadêmica dos mesmos. Outro aspecto que pode influenciar no número de projetos em execução diz respeito à amplitude de áreas de atuação existentes no município, dificultando a definição, com exatidão, das linhas estratégicas prioritárias.

Nos critérios de avaliação de desempenho, seguindo as considerações das entidades, percebe-se uma atuação ainda insuficiente para uma boa mensuração de resultados. Apesar do alto nível de formação acadêmica dos coordenadores das ONGs, a aplicação dos indicadores não atende plenamente a avaliação da eficiência da eficácia e da efetividade dos atos destas organizações. Vinte e nove por cento (29%) das entidades não aplicam nenhum indicador, e nas outras, apesar da definição de objetivos claros, os efeitos não são percebidos pela população.

Os aspectos relativos à eficiência das ONGs demonstram que a utilização dos recursos é monitorada principalmente na relação com as exigências dos financiadores, que normalmente exigem informações relativas à aplicação dos recursos. No tocante às definições da própria organização no sentido de melhorar a eficiência, as entidades estão pouco estruturadas.

Na avaliação da eficácia, as ONGs em Bonito também apresentam baixa mensuração. Mesmo com o estabelecimento de objetivos em seus projetos, a mensuração relativa ao atendimento dos mesmos não demonstra aspecto seguro de que estas entidades estão sendo eficazes em sua atuação. Menos de 1/3 das ONGs aplicam determinados critérios de avaliação e a mensuração da realização dos objetivos e metas de projetos é pouco praticada.

Os critérios que buscam efetividade na atuação das ONGs apresentaram certa utilização por parte das entidades, porém não são avaliados satisfatoriamente. Como a aplicação de critérios de mensuração do desempenho é frágil e a publicidade dos atos das

entidades ainda é insuficiente, a sociedade tem dificuldade de verificar as atividades executadas e se estas atividades estão influenciando na mudança da realidade.

A atuação das entidades mais voltada para a educação ambiental e ao mesmo tempo a baixa intensidade de atuação das mesmas no fomento ao turismo e na definição de políticas públicas, demonstra que apesar do envolvimento nestas áreas ainda não se verificam os reflexos de planejamentos estratégicos que possam estabelecer a relação entre a atuação das entidades e o seu impacto no turismo local.

5.6 – Análise Geral

A insuficiente mensuração do desempenho das entidades do terceiro setor com atuação ambientalista e de fomento empresarial ao turismo, em Bonito, apresenta uma tendência em melhorar no decorrer do tempo. Pela avaliação atual, o desempenho das ONGs não atinge melhores resultados principalmente por realizar poucos planejamentos atrelados a indicadores que possibilitem a percepção da eficiência, eficácia e efetividade. A definição de metas em função de objetivos definidos em projetos contribui para a verificação de possíveis resultados, porém esta prática ainda deixa a desejar no território pesquisado.

Concluir que este resultado significa a ineficiência das atividades das ONGs seria incorrer ao erro, pois a pesquisa demonstrou que as relações destas com atores da sociedade local, como proprietários de empresas do *trade*, servidores públicos e demais dirigentes públicos ocorre normalmente. Esta relação é efetivada pela presença de cidadãos locais nos quadros das entidades, pela cedência de servidores públicos e de quadros técnicos de empresas do *trade* turístico atuando nas atividades das ONGs. Outro aspecto determinante no tocante a estas parcerias relaciona-se com o fato de que os profissionais cedidos apresentam bom nível de formação acadêmica. Esta realidade foi apontada como de grande influência para a melhoria no planejamento de ações, na aplicação de recursos e no atendimento dos objetivos das organizações. Os resultados apresentados na tabela 3 demonstram a maior percepção do desempenho das atividades das ONGs pelos *trade* e poder público.

Tabela 3 - Percepção das atividades das ONGs pelos setores entrevistados na pesquisa.

Critérios pesquisados	População	Turistas	Trade Turístico	Poder Público
Participação em projetos de educação ambiental	+++	+	+	++
Influência sobre as atividades turísticas	+	+	+++	++
Prestação de contas	Ø	Ø	++	++
Participação nas Políticas públicas	+	Ø	Ø	++
Apoio às ONGs	Ø	Ø	+	+
Expectativas em relação às atividades das ONGs	+	Ø	+	+
Importância para o meio ambiente do município	+	+	+	++

Legenda: Ø: Nenhuma evidência; +: Poucas evidências; ++: Algumas evidências; +++: Muitas evidências

A maior percepção das atividades das ONGs relaciona-se principalmente ao aumento das exigências do poder público e das empresas do *trade* quanto à aplicação de indicadores de desempenho e de controles relativos aos recursos disponibilizados para as entidades. Porém esta prática ainda apresenta fragilidade, pela percepção baixa ou inexistente em determinadas atividades pesquisadas, apesar da relação de cedência de profissionais por parte do poder público e de dirigentes das entidades que fazem parte das empresas privadas. Os controles verificados regularmente nas parcerias com o poder público são relativos às prestações de contas e a comprovação de aplicação dos recursos nas metas propostas nos projetos. Já a participação das ONGs em projetos de educação ambiental foi percebida em todos os setores pesquisados, o que demonstra melhor desempenho das ONGs nesse tipo de atividade.

Os controles citados pelas ONGs, entre eles a contabilidade, os recursos por meta executada, os indicadores de desempenho das ações junto à sociedade, ainda são aplicados em pequena escala e ficam prejudicados pela pouca divulgação por parte das entidades. As atividades que podem justificar este desempenho insuficiente estão ligadas à influência de outras culturas, que apresentou muitas evidências na pesquisa. A percepção do apoio das entidades ao setor turístico e a mensuração efetiva dos resultados dos projetos apresentaram baixo nível de percepção por parte dos entrevistados, o que demonstra a fragilidade na atuação das ONGs.

Reportando-se a North (1993), que considera que a NEI estabelece a relação de incorporação das instituições à economia, permite-se apontar que o turismo de Bonito busca o

fortalecimento das instituições através dos conselhos locais, minimizando os problemas do setor através a normatização da atuação das organizações partícipes deste processo.

A participação das ONGs neste conjunto de relações estabelece elos com o *trade*, o poder público, os turistas e a sociedade local, com foco no melhor uso dos recursos naturais, apoiando a promoção do turismo e incentivando o desenvolvimento local de Bonito. Essas relações podem ser visualizadas através da rede entre os atores, onde participam a sociedade, as empresas, os atrativos, o *trade* turístico, o poder público e demais atores (Figura 3). Apesar de ser uma relação ainda fragilizada pela baixa representatividade das entidades no COMTUR, alguns destes elos entre as ONGs e outros atores (turistas e população) encontram-se mais enfraquecidos, por apresentarem menor aderência ao trabalho executado pelas entidades do terceiro setor. Essa pouca participação pode ser influenciada pelo baixo conhecimento da população, pelo curto período de permanência dos turistas em Bonito, mas principalmente pela falta de divulgação das atividades das ONGs, que tem apresentado insuficientes níveis de eficácia e efetividade.

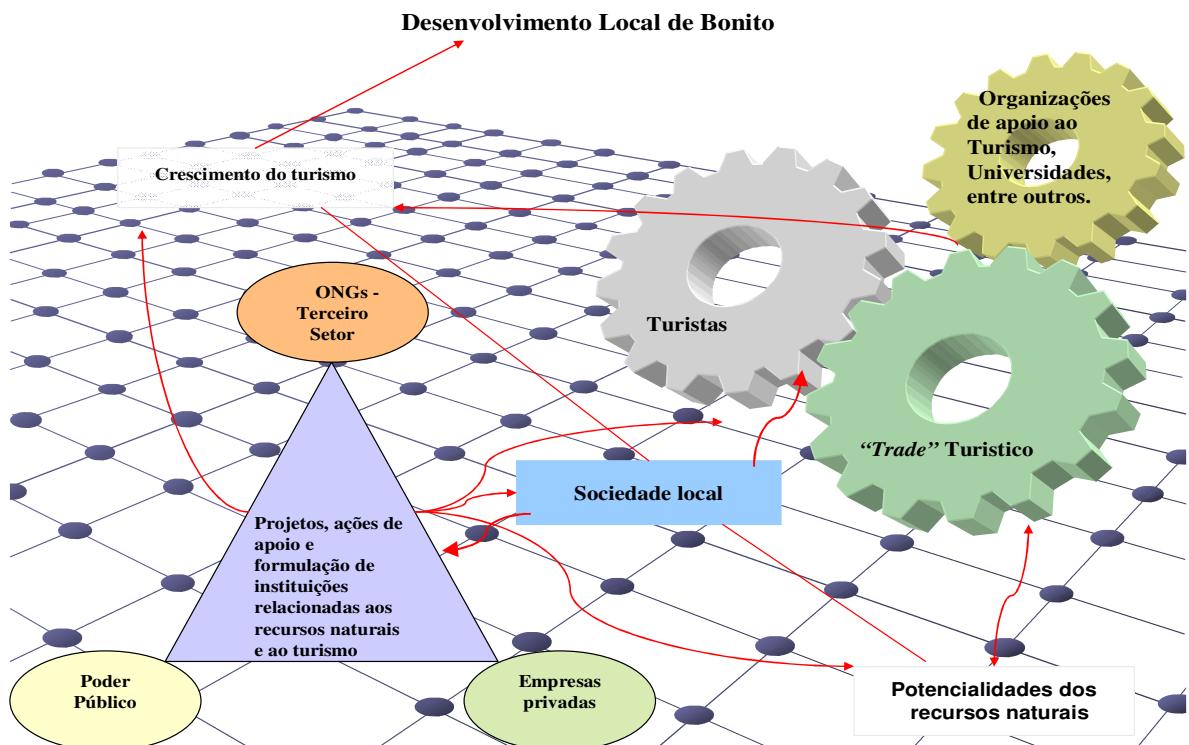


Figura 3 – Demonstração das relações de promoção do turismo e de incentivo ao desenvolvimento local de Bonito.

Seguindo o aporte de Conceição (2002), *apud* Arend e Cario (2004), no sentido de que as instituições informais podem determinar a configuração das instituições formais, é possível

concluir que a participação da sociedade civil e das ONGs foi muito importante para a formalização de regras formais no território objeto da pesquisa.

Evidenciou-se na pesquisa que a configuração dos três setores apontados por Hudson (1999), primeiro, segundo e terceiro setores, ainda causa muita confusão para as autoridades, pesquisadores, entidades da sociedade civil e principalmente para a população em geral, que não discernem o que é público, privado ou sem finalidades lucrativas.

Alguns fatores podem melhorar a relação das ONGs com a sociedade. Seguindo Zylbersztajn (2000), o estado pode acelerar o processo de mudanças e adequações institucionais, permitindo a instrumentalização da fiscalização, do monitoramento, seguindo as mudanças freqüentes na sociedade e permitindo a atualização destes processos, melhorando as relações entre as organizações que atuam localmente.

Cabe ressaltar que o fato da sociedade bonitense demonstrar pouco conhecimento e reconhecimento no tocante ao que as ONGs fazem remete ao papel do poder público, que não exige a divulgação para a sociedade dos resultados obtidos por estas entidades.

É possível destacar a não participação de ONGs ambientalistas no COMTUR em Bonito. Frey (2000) aponta para o fato de que as disputas políticas sempre deixarão suas marcas, devido às relações de poder que são evidenciadas na construção de políticas públicas. Torna-se importante ressaltar que em Bonito, o COMTUR já contou com a participação de entidades objeto desta pesquisa. A pesquisa exploratória identificou uma disputa de poder entre as próprias ONGs para obter vaga nos conselhos municipais.

A busca para melhorar a atuação das organizações pesquisadas foi evidenciada tanto na pesquisa exploratória como na pesquisa descritiva, que demonstraram a preocupação em avaliar melhor os resultados. Seguindo a citação de Chiavenato e Cerqueira Neto (2003), que afirmam que sem medir não existe base para melhorar, a avaliação do desempenho pela aplicação de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade é fundamental e em Bonito e necessita de maior preocupação por parte das ONGs.

Frasson (2001) destaca que as organizações não governamentais devem apresentar o mérito de suas ações e neste sentido avaliar os insumos, os produtos e os efeitos. A avaliação de desempenho não é somente papel das empresas, mas o poder público e as entidades do terceiro setor (ONGs) devem seguir o mesmo caminho. Os resultados desta pesquisa demonstram que as ONGs em Bonito já executam alguma avaliação de desempenho, porém os avanços ainda são muitos para que seja atingida uma avaliação efetiva.

A abordagem desta análise, que busca identificar o desempenho das organizações do terceiro setor através da efetividade no contexto do desenvolvimento local e da territorialidade, remete a considerar as abordagens de Novoa (1992), *apud* Ávila (2001), que estabelece que para ser endógeno, o desenvolvimento não deve caracterizar o isolamento do ambiente externo, mas sim interagir, apropriando-se de conhecimento. Os resultados demonstram que esta interação com os ambientes externos em Bonito vem ocorrendo (LE BOURLEGAT e ARRUDA, 2006) e permite o fortalecimento das ONGs.

Além da demonstração de relações entre as organizações locais com organizações internacionais, evidenciaram-se inter-relações com o poder público da esfera federal e estadual, empresas privadas nacionais e internacionais que financiam projetos, que apresentam influência pela participação de gestores de outras regiões na coordenação de ONGs pesquisadas.

A atuação das entidades em regiões vizinhas ao município de Bonito e a parceria com entidades de fora do território, permite a apropriação do conhecimento e o fortalecimento de redes de cooperação entre os diversos atores envolvidos neste processo. Com isso poderão ocorrer melhorias nas formas de atuação das entidades e propiciar condições de resultados que melhoram a qualidade de vida para a população local e caracterizem o desenvolvimento com base local. O território das ONGs não está igual ao território físico (institucional) de Bonito. Portanto, muitas ações podem ocorrer fora do recorte pesquisado. Esta verificação não descaracteriza o estudo realizado, mas fortalece a busca de melhorar a atuação e as relações com os demais setores (público e privado). Le Bourlegat (2006) demonstra que o Arranjo Produtivo Local (APL) na região da Serra da Bodoquena, na qual Bonito pertence, conta com o apoio de um conjunto de organismos de caráter internacional, nacional, estadual e local.

O desempenho das organizações do terceiro setor no município de Bonito, que atuam com foco ambientalista e de fomento ao turismo, necessita ser avaliado com maior freqüência, através de indicadores que permitam a verificação real dos impactos gerados pelos recursos gastos, pelos objetivos e metas executadas e pela satisfação da sociedade em relação aos resultados das ações das ONGs. Vários projetos foram executados, outros estão sendo executados, cada um deles com sua importância particular e que pode propiciar um avanço nas condições de desenvolvimento de Bonito. Mas para que seja confirmada esta situação, os indicadores deverão apontar o desempenho obtido.

VI. Conclusões e recomendações

Aponta-se para a importante participação das organizações do terceiro setor, caracterizadas como ONGs ambientalistas e de fomento ao turismo, na promoção destes segmentos e no desenvolvimento local de Bonito. Apesar das pontuações de insuficiência relativa à avaliação de desempenho, principalmente nos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade, estas organizações já configuram papel importante no conjunto de atores que executam projetos, articulam a sociedade e facilitam o desenvolvimento com base local, respeitando o meio ambiente.

Considerando que a população apresenta pouco conhecimento sobre estas entidades e suas atividades, influenciado pela baixa formação escolar e frágil nível de informação complementar, ainda não existe uma relação suficientemente fortalecida entre as ONGs, poder público e sociedade. A execução de atividades de sensibilização junto à população, independente de sua relação com as atividades turísticas, as atividades de capacitação executadas nas escolas e na sociedade local, as atividades de divulgação para os turistas e para a população sobre o que as ONGs fazem e a ampliação das parcerias locais focadas para a formação da população, podem mudar esta realidade.

A atuação das entidades direcionadas as políticas públicas tem sido bastante comentada pelos entrevistados do poder público, tanto na pesquisa exploratória, como na pesquisa de campo. Esse resultado evidencia a relação necessária destes dois setores nos debates junto aos conselhos. As informações coletadas demonstram também que as entidades do terceiro setor necessitam de maior organização entre elas e com isso maior participação no COMTUR e em outros conselhos representativos. Este procedimento poderá melhorar a avaliação apresentada pelos turistas e pela população quanto à participação das ONGs nas políticas públicas.

A análise identificou outras áreas de pesquisa importantes e que podem ser desenvolvidas no futuro. Uma área de destaque está relacionada ao papel e aos interesses dos dirigentes empresariais e do poder público em participar das entidades do terceiro setor, inclusive como gestores, com a necessidade de avaliar o impacto dessa relação sobre os atores e o desenvolvimento local de Bonito.

As avaliações realizadas demonstram que a hipótese estabelecida para esta pesquisa foi confirmada. As ONGs contribuem para o desenvolvimento do turismo, porém

ainda com baixa avaliação de desempenho de suas ações, conjugado com a inadequação de atividades realizadas sem planejamento.

As organizações do terceiro setor no município de Bonito, que representam papel importante no território do turismo e no desenvolvimento local, por representar a sociedade civil, necessitam de melhor definição de seus direcionamentos estratégicos. Elas precisam de muitas atividades com o poder público e as empresas privadas em prol da qualidade de vida para a sociedade bonitense, principalmente na formulação de políticas públicas e em ações que complementem as ações públicas e privadas, sem assistencialismo e com indicadores da sustentabilidade das ações. Para que este propósito de representação da sociedade civil e apoio à mesma sejam atingidos, as entidades deverão fortalecer as parcerias com as universidades, com entidades de fomento ao turismo e com organizações do terceiro setor nacionais e internacionais, para novas pesquisas, processos de capacitação técnica e em gestão, aplicação de indicadores de mensuração de desempenho das entidades e na elaboração de projetos de captação de recursos baseados em diagnósticos que representem as necessidades reais da população e não apenas sugestões de lideranças locais.

VII. Referências Bibliográficas

- AMATO NETO, João. **Redes de Cooperação produtiva e clusters regionais:** oportunidades para as pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas: Fundação vanzolini, 2000.
- Aminoácidos** / Agência de Educação para o Desenvolvimento. - nº 1 (nov 2001)- Brasília: A Agência, 2001.
- ANDRADE, Mirian G. V. de. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas** – 2002, 146 f. Dissertação(Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2002.
- ARENDA, Marcelo. CÁRIO, Silvio A. F.. **Instituições, inovações e desenvolvimento econômico.** Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia – MG, 2004.
- ÀVILA, Vicente Fideles de. **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos/Coordenação e responsabilidade técnica. 2. Ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- ÀVILA, Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação. In: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local – UCDB, 2003.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; MORETTI, Edvaldo C.; **Qual é o paraíso?** turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. Campo Grande: Chronos/UFMS, 2001.
- BARBOSA, Maria A. C.; ZAMBONI, Roberto A.; **Formação de um Cluster em torno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito – MS.** Brasília, 2000.
- BATARCE, Ana Paula A.; MORETTI, Edvaldo C.; **A implantação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – MS: embate no território e pelo território.** Revista de Geografia, Campo Grande: UFMS, n. 20, p. 45-51, jul./dez., 2004.
- BEGIN, J. **Analyse quantitative em psychologie.** Curso de estatística descritiva oferecida na Universidade de Quebec. Disponível em: <http://www.er.uqam.ca/nobel/r30574/PSY1300/plan.html>, em 13/12/2007.
- BEHR, Miguel F. V.; **Serra da Bodoquena: história, cultura, natureza.** Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo. Campo Grande., 2001.
- BRAMBILLA, Márcia; PELLIN, Ângela (Org). **Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena: Ações Prioritárias do Plano de Conservação e Implementação; Relatório Técnico Final; Volume I - Ampliação do Conhecimento sobre a Biodiversidade e Sócio-economia.** Fundação Neotrópica do Brasil. Bonito, 2006.
- BUARQUE, Sérgio C.; **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal Sustentável.** Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília-DF. 1999.
- CALEMAN, Silvia M.Q. **Algumas Considerações: Nova Economia Institucional (NEI) – Economia dos Custos de Transação (ECT).** Campo Grande – MS; 2005.
- CAMPOS, T. S.; COSTA, E. A.; SANTOS, J. **Plano Diretor: Capacitação núcleo gestor e equipe**

técnica. UCDB, 2005.

CARTAS DE DLIS: **Coletânea das 22 primeiras "cartas DLIS"** / Agência de Educação para o Desenvolvimento. - v. 1(nov. 2002) - Brasília: A Agência, 2002.

CARTÓRIO SENA MADUREIRA. **Relatório de registros de entidades não governamentais.** Bonito-MS, 2007.

CAVALCANTI, Rosa F. V. **Uma investigação sobre medidas de desempenho utilizadas pelas empresas de construção civil, sub-setor edificações, na região metropolitana de recife.** Recife. UFPE, 2004.

CHANLAT, Jean-François. **O Gerenciamento e a Ética do Bem Comum: A Questão da Motivação para o Trabalho nos Serviços Públicos.** VII Congresso Del CLAD. Lisboa. Portugal, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto; CERQUEIRA NETO, E.P. **Administração Estratégica: Em busca do Desempenho Superior, Uma Abordagem Além do Balanced Scorecard.** São Paulo. Saraiva, 2003.

COELHO, Henrique Ruas Pereira. **Guia de Campo de Bonito.** Bonito-MS, 2005.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado entre Brasil e Estados Unidos.** 2 Edição. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo. **Estrutura da cidade de Bonito.** Bonito. 2007. informação disponível no site: www.bonito-ms.com.br.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo.** São Paulo. Rocca, 2001.

CUNHA, S. K. da. CUNHA, João C. da. **Competitividade e Sustentabilidade de um Clusters de Turismo: Uma proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local.** 2005.

DINIZ, João H.; MATTOS. Pedro L. **Organizações não governamentais e gestão estratégica: desfiguração do seu caráter institucional original?** In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração; XXVI ENANPAD. Salvador, 2002.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Coordenação de Sílvio Magalhães Barros II e Denise Hamú de La Penha. Brasília, 1994.

ENDRES, Ana V.; **O planejamento como instrumento de condução política do Estado: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste.** Revista Turismo em Análise, v.13. n.1 maio 2002.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável -** Segunda edição. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local;** Tradução de Maria Mercedes Quihilaboeada Mourão, Susie Casement Moreira. - Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FRASSON, Ieda. **Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade dotados pelos Avaliadores de Instituições Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais.** Florianópolis, 2001. UFSC

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil.** Planejamento de Políticas Públicas, n 21. Jun/2000.

GAMA, Gheysa L. G.; **Turismo e políticas públicas: uma análise do poder público municipal no desenvolvimento turístico de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, MG. UFJF, Sem Identificação de Data.

GALVÃO, Lavinia de L. **Medidas de desempenho organizacional em organizações públicas brasileiras.** Congresso Internacional del CLAD. Lisboa. Portugal, 2002.

GUIMARÃES, Maria C. S.; et. al. **Indicadores de Desempenho de Bibliotecas no Campo da Saúde: Relato de Estudo Piloto na Fiocruz.** Disponível no site: www.scielo.br. Acesso em 2007.

HUDSON. M. **Administrando Organizações do Terceiro Setor.** São Paulo. MAKRON Books, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados. **População enviada para o TCU em 14/11/2007.** Encontrado no site www.ibge.gov.br em 20/11/2007. 2007.

LEMOS, L. de. **Turismo que negocio é esse:** uma análise econômica do turismo. Campinas: Papirus, 1999.

LÊ BOURLEGAT, Cleonice A.; **Ordem local como força de desenvolvimento.** Interações. UCDB. Campo Grande, n. 1 vol.1, p.13-20, set.2000.

LÊ BOURLEGAT, Cleonice A. & ARRUDA, Nelly R. de. **Arranjo Produtivo local de Turismo de Bonito/ Serra da Bodoquena. Relatório Preliminar do sub-projeto integrante do Projeto Red Sist “Mobilizando Conhecimentos para Desenvolver Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas no Brasil”.** Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia/RedSist, 2006.

LIMA, Tatiana de Macedo Nogueira. **GATT/OMC: Uma Análise Institucional.** USP. São Paulo. 2004.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald. **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. São Paulo, Senac, 1995.

LUCHIARI, M. T. D. P. **Turismo e território: sustentabilidade para quem?** In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. (org.) **Redescobrindo a ecologia no turismo.** Caxias do Sul: Eudes, 2002.

LUNAS, José R. da Silva. **Turismo sustentável: descrição e avaliação da Gestão do Turismo de Bonito – MS.** 2000. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada.** Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIA, A.A. de., 3^a edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001. p. 720.

MARTELETO, Maria R.; SILVA, Antonio B. de O.; **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.** Brasília. Distrito Federal. CI. Inf. V33. N.3. 2004.

MARTÍN, José Carpio, et all.. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul:** Reflexões e perspectivas. Campo Grande: UCDB, 2001. 284p.

MILONE, Paulo César, et al. **Manual de Economia. Teoria do Desenvolvimento Econômico e Social.** São Paulo: Saraiva, 1988.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MODESTO, Paulo E. G. **Revista Diálogo Jurídico.** Ano 1 n. 9. Salvador. Bahia. 2001.

_____. **Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil.** Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro: Renovar, Out/Dez.1998.vol 214.

NORTH, D. C., **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVO CÓDIGO CIVIL. Senado Federal. Brasília-DF. 2004.

OMT. **Guide for local authorities on developing sustainable tourism. A tourism and environment publication.** Madrid: Organización Mundial Del Turismo. 1998. Disponível em <<http://www.would-tourism.org/publications/PR>>. Acesso em 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Instituições, bom estado, e reforma da gestão pública.** Revista eletrônica sobre a reforma do estado, n. 1. Salvador – BA. 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993, 269 p.

RIBEIRO, Augusto W. **Eficiência, Efetividade e Eficácia do Planejamento dos Gastos em Saúde.** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Jun/2006.

RICHARDSON, Jerry Roberto, e colaboradores. **Pesquisa Social – métodos e técnicas.** 3^a edição. São Paulo. Atlas. 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.) **Turismo e desenvolvimento local.** 2.ed. São Paulo, Hucitec. 2000.

ROMERO MARQUES, Heitor, et al. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico.** Campo Grande: UCDB, 2006.

ROSA, Alexandre R.; SOUZA, Vanessa A. de. **Estado, Mercado e Sociedade Civil: Conversações em Torno da Responsabilidade Social.** VIII SEMEAD. Agosto de 2005.

SABINO, Jose; ANDRADE, Luciana P. de. **Uso e Conservação da Ictiofauna no Ecoturismo da Região de Bonito, Mato Grosso do Sul: O Mito da Sustentabilidade Ecológica no Rio Baís Bonita (Aquário Natural de Bonito).** 2003. Acesso <http://www.biota-neotropica.org.br>. 2007.

_____. **Monitoramento e Conservação no Rio da Baía Bonita, região de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil.** Anais do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Rede pró-unidades de conservação, Fundação Boticário de proteção a Natureza e Associação Caatinga. Fortaleza, Ceará. 2002.

SABINO, Jose. **Planalto da Bodoquena: Natureza em Estado de Graça.** Revista os Caminhos da Terra. 2002.

SACCONI, Luiz A. **Minidicionário Sacconi de Língua Portuguesa.** São Paulo. Atual. 1996.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Território: Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 2002.

SEMAC-Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia. **Arquivos de Mapas.** Campo Grande. 2007. **CD ROM.**

SEMAF - Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Bonito. **Totalização de Residências por setor de Bonito.** Bonito. Prefeitura Municipal. 2007.

SILVA, Elisandra da. **Modelo de avaliação da qualidade para organizações do terceiro setor.** Florianópolis, 2004, 202 p. Dissertação (Mestrado em engenharia da produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVEIRA, Carlos E.; PAIXÃO, Dario, L. D.; COBOS, Valdir J. **Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: Singularidades e (des)continuidade.** Revista Ciência & Opinião. Curitiba. Vol 3, n 1, Jan/jun. 2006.

SOBOTTKA, Emil A. **Organizações Sociais: Buscando uma definição para além das ONGs e “terceiro setor”.** Civitas – Revista de Ciências Sociais. Ano 2. n.1. 2002.

SOUZA, M. J.de. **O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. Org.). **Geografia: conceito e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo. Editora Atlas. 1993.

STERN, G. J.; **Terceiro setor – Ferramentas de auto-avaliação para empresas.** In. Peter Drucker Foundation. Tradução Syntia Azevedo. São Paulo. Futura. 2001.

TRIGO, L. G. G.; **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo.** São Paulo: Papirus, 1998.

VIDAL, Francisco A. B., FARIA, Maria V. C. M., COSTA, Denise P. B. **Terceiro Setor à Luz da Teoria Crítica: Racionalidade da Gestão de ONGs.** SD – Sem Data.

WILSON. Edvard. O.(1993) **Biophilia and the conservation.** Citado por KINOSHITA, luiza S. UNICAMP. Acesso em <http://www.holoseditora.com.br/detalhes.asp?Id=31> acessado em 2007.

ZAPATA, Tania, et al. **Gestão Participativa para o desenvolvimento Local** - Projeto de cooperação Técnica -BNDES/PNUD. Recife: BNDES, 2000.

ZYLBERSZTAJN, Decio. **A organização ética: um ensaio sobre as relações entre ambiente econômico e o comportamento das organizações.** FEA – USP. São Paulo. 2000.

Apêndice

Entrevistas com a População

ENTREVISTA POPULAÇÃO

Nº

1. A população de Bonito tem maior satisfação cultural com:

- a) Festas religiosas e culturais tradicionais ()
- b) Atividades culturais tradicionais ()
- c) Atividades culturais e de turismo moderno ()
- d) Cultura e comércio de produtos de outras regiões ()

2. Classifique a importância do meio ambiente para o município de Bonito

1) Sem importância 2) muito pouco importante 3) importante 4) Muito importante 5) sem opinião

1 | 2 | 3 | 4 | 5

3. Você Já foi visitar locais turísticos fora de Bonito: () sim () não

4. Em caso de resposta “sim”, em quais destas localidades

- a) Da região sudoeste de MS ()
- b) Do estado de MS ()
- c) Em outras regiões do Brasil ()
- d) No exterior ()

5. Qual é o passeio turístico de Bonito que você visita com maior freqüência em Bonito

6. Quais destes passeios turísticos de Bonito você visita pelo menos uma vez por ano

- a) Balneário Municipal ()
- b) Gruta do Lago Azul ()
- c) Nascente do Sucuri ()
- d) Abismo Anhumas ()
- e) Aquário Natural ()
- f) Cachoeiras do Rio Mimosa ()
- g) Fazenda Cachoeira ()
- h) Outros (), Qual _____

7. Qual a percepção sobre a promoção do turismo de Bonito atualmente

- a) () desenvolvido por pessoas e empresas de fora
- b) () desenvolvido por pessoas e empresas locais
- c) () desenvolvido por pessoas e empresas de fora e apoiado por pessoas e empresas locais
- d) () desenvolvido por pessoas e empresas locais e apoiado por pessoas e empresas de fora

8. Você sabe o que é uma ONG? Sim () Não ()

9. O desenvolvimento de Bonito deve ser apoiado por ONGs: Sim () Não ()

10. Para você em Bonito as ONGs influenciam :

- a) Defesa do Meio ambiente ()
- b) Apoio a criança e ao adolescente ()
- c) Incentivo ao desenvolvimento do turismo ()
- d) Não existe influência ()

11. Você tem expectativas em relação a atuação das ONGs em Bonito () sim () não.

12. As expectativas em relação a estas ONGs, estão sendo atendidas ?

Sim ()

Não (), por que? _____

13 As ações mais importantes das ONGs deve ser em projetos de:

(classifique sua resposta com pesos de 1 a 4)

- Atividades de educação ambiental
- Projetos de recuperação de áreas degradadas
- Projetos de definição de políticas públicas
- Projetos de fomento para desenvolvimento do turismo

14. Nome: _____

Sexo: M() F()

15. Bairro (residência): _____

16. Faixa etária:

- 15 a 30 anos
- 30 a 45 anos
- 45 a 60 anos
- mais de 60 anos

17. Escolaridade:

- Fundamental
- Médio
- Superior
- Pós- graduação

18. Nasceu em Bonito: () sim () não

19. Caso seja não, em quais destas regiões você nasceu.

Na região Sudoeste de MS () no estado() no Brasil() fora do Brasil()

20. A quanto tempo mora em Bonito

- até um ano
- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10n a 15 anos
- mais de 15 anos

21. Atividade principal que desenvolve: _____

22. Nível de renda

- a. Entre 1 e 4 salários mínimos ()
- b. Entre 4 e 8 salários mínimos ()
- c. Entre 8 e 12 salários mínimos ()
- d. Mais de 12 salários mínimos ()

Bonito – MS, ____ de Outubro de 2007

 **Entrevistas com o Poder Público**

ENTREVISTA PODER PÚBLICO

Nº _____

1) Os recursos naturais em Bonito interferem no desempenho do Turismo e no Desenvolvimento Local do Município

() sim () não

2) As atividades das Organizações do Terceiro Setor (ONGs), que atuam em projetos ambientalistas influenciam para a promoção do turismo em Bonito.

() sim () não

3) Na ótica do Poder Público, as atividades das Organizações do Terceiro Setor (ONGs), que atuam em projetos visando o fomento ao turismo e de ações sociais influenciam para a promoção do turismo em Bonito.

() sim () não

4) Em quais destas áreas as ONGs participam na construção de políticas públicas referentes ao município de Bonito? Classifique (0,1,2,3)

- () Políticas públicas voltadas ao turismo
- () Políticas públicas voltadas ao meio ambiente
- () Políticas públicas de desenvolvimento social
- () Políticas públicas voltadas á gestão da exploração econômica
- () Outras

5 A formação acadêmica dos membros das organizações não governamentais é determinante para o melhor desempenho de execução de projetos em parceria com o poder público?

() sim () não

6) As ONGs que atuam em Bonito participam com representação em quais destes conselhos municipais

- () COMDEMA
- () COMTUR

7) Houve aumento das políticas públicas voltadas ao turismo e meio ambiente em Bonito nos últimos 10 anos.

() sim () não

8. Houve melhoria no desempenho do turismo e do meio ambiente, a partir das políticas públicas definidas com a participação das ONGs. () sim () não

9) Em quais destas áreas houve aumento de políticas públicas em Bonito? Classifique (0,1,2,3)

- () Políticas públicas voltadas ao turismo
- () Políticas públicas voltadas ao meio ambiente
- () Políticas públicas de desenvolvimento social
- () Políticas públicas voltadas á gestão da exploração econômica
- () Outras, quais

10) As políticas públicas voltadas ao turismo e ao meio ambiente, mudaram a realidade de Bonito a partir de quando?

- () últimos 20 anos
- () últimos 15 anos
- () últimos 10 anos
- () últimos 5 anos
- () ultimo ano

11. O poder público apóia as atividades das ONGs ambientalistas e de fomento ao turismo em Bonito, nestas áreas (Classifique de 0,1,2,3)

- () Financiando ações e Projetos
- () Fornecendo equipamentos e máquinas para execução das ações das ONGs
- () Com a cadencia de equipes técnicas para a execução de atividades

- () Com o fornecimento de espaço físico para a execução das ações das ONGs
 () Com o fornecimento de transporte de pessoal na realização das atividades

12. As ONGs que atuam em Bonito tem prestado contas dos projetos e ações realizados no município
 () sim () não

13. As ONGs que atuam em Bonito tem apresentado resultados a sociedade, das ações realizadas no município () sim () não

14. Nome: _____ *Sexo:* () M () F

15. Faixa etária:

- () 15 a 30 anos
 () 30 a 45 anos
 () 45 a 60 anos
 () mais de 60 anos

16. Formação escolar

- () Fundamental
 () Médio
 () Superior
 () Pós- graduação

17. Nasceu em Bonito () sim () não

18. Você nasceu - Na região Sudoeste de MS () no estado() no Brasil() fora do Brasil()

19. A quanto tempo mora em Bonito

- () até um ano
 () 1 a 5 anos
 () 5 a 10 anos
 () 10n a 15 anos
 () mais de 15 anos
 () não mora em Bonito

20. Atividade principal que desenvolve no poder público: _____

21. Nível de renda

- a) Entre 1 e 4 salários mínimos ()
 b) Entre 4 e 8 salários mínimos ()
 c) Entre 8 e 12 salários mínimos ()
 d) Mais de 12 salários mínimos ()

Bonito – MS, ____ de Outubro de 2007


Entrevistas com o Trade Turístico
ENTREVISTA TRADE TURISTICO

Nº _____

1. A população de Bonito tem maior satisfação cultural com:

- a. Festas religiosas e culturais tradicionais ()
- b. Atividades culturais tradicionais não religiosas ()
- c. Atividades culturais e de turismo moderno ()
- d. Cultura e comércio de produtos de outras regiões ()

2. Classifique a importância do meio ambiente para o município de Bonito

- 1) Sem importância
- 2) muito pouco importante
- 3) sem opinião
- 4) importante
- 5) Muito importante

1-	2	3	4	5
----	---	---	---	---

3. Qual a percepção da promoção do turismo de Bonito atualmente

- e) () desenvolvido por pessoas e empresas de fora de Bonito
- f) () desenvolvido por pessoas e empresas locais
- g) () desenvolvido por pessoas e empresas de fora e apoiado por pessoas e empresas locais
- h) () desenvolvido por pessoas e empresas locais e apoiado por pessoas e empresas de fora

4. Existe a percepção de que ONGs atuam em Bonito, ligadas ao meio ambiente, ao turismo e em ações sociais

- () sim
- () não

5. A atuação das ONGs em Bonito tem apoiado o Trade turístico na promoção do turismo?

- () sim
- () não

6. Para você em Bonito as ONGs influenciam mais : Classifique (0,1,2,3)

- e) Defesa do meio ambiente ()
- f) Apoio a criança e ao adolescente ()
- g) Incentivo ao desenvolvimento do turismo ()
- h) Não existe influência ()

7. Em sua opinião as ONGs tem mensurado os resultados obtidos dos projetos desenvolvidos?

- () sim
- () não

8. Em sua opinião as ONGs tem dado publicidade para conhecimento da sociedade dos resultados obtidos dos projetos desenvolvidos?

- () sim
- () não

9. O Trade Turístico apóia as atividades das ONGs que atuam em Bonito, nestas áreas (Classifique de 0,1,2,3)

- () Financiando ações e Projetos
- () Fornecendo equipamentos e máquinas para execução das ações das ONGs
- () Com a cadencia de equipes técnicas para a execução de atividades
- () Com o fornecimento de espaço físico para a execução das ações das ONGs
- () Com o fornecimento de transporte de pessoal na realização das atividades
- () não apóia

10. Nome: _____ Sexo: M () F ()

11. Idade:

- 15 a 30 anos
- 30 a 45 anos
- 45 a 60 anos
- mais de 60 anos

12. Escolaridade:

- Fundamental
- Médio
- Superior
- Pós- graduação

13. Nasceu em Bonito sim não

14. Você nasceu

Na região Sudoeste de MS no estado no Brasil fora do Brasil

15. A quanto tempo mora em Bonito

- até um ano
- 1 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10n a 15 anos
- mais de 15 anos
- não mora em Bonito

16. Atividade principal que desenvolve no Trade Turístico: _____

17. Nível de renda

- a. Entre 1 e 4 salários mínimos
- b. Entre 4 e 8 salários mínimos
- c. Entre 8 e 12 salários mínimos
- d. Mais de 12 salários mínimos

Bonito – MS, ____ de Outubro de 2007

 **Entrevistas com os Turistas**
ENTREVISTA TURISTASNº

1. Qual é a freqüência de viagens de turismo:
 - a. Uma vez por mês ()
 - b. Uma vez a cada 6 meses ()
 - c. Uma vez por ano ()
 - d. Intervalos maiores de um ano ()

2. Qual a freqüência de visitas em Bonito:
 - a. Uma vez por mês ()
 - b. Uma vez a cada 6 meses ()
 - c. Uma vez por ano ()
 - d. Intervalos maiores de um ano ()

3. Qual é o principal objetivo de sua viagem
 - a) Turismo de aventura ()
 - b) Turismo contemplativo ()
 - c) Turismo de negócios ()
 - d) Estudos e pesquisas acadêmicas ()

4. Quais os aspectos mais importantes para você em Bonito. (Dê nota de 1 a 10)
 - a. O Tratamento de esgoto ()
 - b. Conservação dos recursos naturais nos atrativos ()
 - c. A conservação dos recursos naturais em Bonito e região ()
 - d. As Atividades voltadas ao destino adequado do lixo ()
 - e. As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo ()
 - f. A organização empresarial do setor turístico local ()
 - g. Os Hotéis ()
 - h. Os Passeios turísticos ()

5. Você sabe o que uma ONG? () Sim () Não

6. A promoção do turismo e o desenvolvimento de Bonito deve ser apoiado por ONGs,
Sim () Não ()

7. Percebe-se em Bonito que as ONGs influenciam para a promoção do turismo e no desenvolvimento local () Sim () Não

8. Percebe-se a influência das ONGs no setor do turismo em Bonito em quais destes setores:
 - a. Nas ações voltadas para melhoria dos atrativos ()
 - b. Nas ações voltadas para defesa ou recuperação dos recursos naturais ()
 - c. Nas ações voltadas para a educação ambiental ()
 - d. Nas atividades de capacitação para a gestão de recursos naturais ()
 - e. Nas atividades de capacitação para o desenvolvimento do turismo local ()

9. As ações mais importantes das ONGs deve ser em projetos de: (classifique de 1 a 4)
 - a. Atividades de educação ambiental ()
 - b. Projetos de recuperação de áreas degradadas ()
 - c. Projetos de definição de políticas públicas ()
 - d. Projetos de fomento para desenvolvimento do turismo ()

10. Sua procedência para Bonito faz parte de qual destas regiões:
 - a. Sudoeste de Mato Grosso do Sul ()
 - b. De outras regiões do Estado ()

- c. Outras regiões do Brasil ()
d. Fora do Brasil ()

11. Nome: _____ Sexo: M () F ()

12. Faixa etária:

- a. 15 a 30 anos ()
b. 30 a 45 anos ()
c. 45 a 60 anos ()
d. mais de 60 anos ()

13. Escolaridade:

- a. Fundamental ()
b. Médio ()
c. Superior ()
d. Pós- graduação ()

14. Nasceu em quais destas regiões

- a. Região Sudoeste de MS ()
b. No estado ()
c. No Brasil ()
d. Fora do Brasil ()

15. Atividade principal que desenvolve: _____

16. Nível de renda (Brasil)

- a. Entre 1 e 4 salários mínimos ()
b. Entre 4 e 8 salários mínimos ()
c. Entre 8 e 12 salários mínimos ()
d. Mais de 12 salários mínimos ()

Bonito – MS, _____ de Outubro de 2007

Entrevistas com as ONGs

ENTREVISTAS ONG _____ Nº _____

1) As atividades das Organizações do Terceiro Setor (ONGs), que atuam em projetos ambientalistas influenciam para a promoção do turismo em Bonito. () sim () não

2) Em quais destas áreas esta organização já participou na construção de políticas públicas referentes ao município de Bonito? Classifique (0,1,2,3)

- () Turismo
- () Meio ambiente
- () Desenvolvimento Social
- () Outras, quais_____

3) Qual a principal forma de participação da construção das políticas públicas em Bonito (class. 1º a 6º)

- () Com proposição isolada ao Legislativo ou Executivo
- () Em conjunto com outras ONGs locais
- () Em conjunto com outras ONGs locais e de fora de Bonito
- () Através da representatividade nos conselhos municipais – COMDEMA e COMTUR
- () Não participou de proposição, apenas de apoio e sensibilização da população
- () Outros, Quais_____

4) De que forma a entidade esta envolvida nas ações tratadas nos conselhos do município - Classifique (0,1,2,3)

- () Financiando ações;
- () Participa nas reuniões como representante;
- () Participa das reuniões como ouvinte e representado
- () Presta Consultorias;
- () não está envolvida e não se sente representada

5) Os objetivos dos projetos desenvolvidos por esta organização atenderam quais destas áreas. Classifique (0,1,2,3)

- () Educação ambiental
- () Capacitação voltada a defesa e ao melhor uso dos recursos naturais
- () Criação de áreas de preservação permanente
- () Fomento às atividades no setor de turismo
- () Recuperação de áreas degradadas
- () Definição de políticas públicas

6) Quantos projetos foram realizados ou estão em andamento por esta ONG, com recursos próprios nos últimos 5 anos no Município de Bonito

- () nenhum
- () de 1 a 5
- () de 5 a 10
- () mais de 10

7) Quantos projetos foram realizados ou estão em andamento por esta ONG em parceria ou com financiamento do poder público nos últimos 5 anos no Município de Bonito?

- () nenhum
- () de 1 a 5
- () de 5 a 10
- () mais de 10

8) Quantos projetos foram realizados ou estão em andamento com recursos privados de empresas ou outras ONGs nos últimos 5 anos no Município de Bonito ?

- () nenhum
- () de 1 a 5

- de 5 a 10
 mais de 10

9) Para definição dos projetos, quais destas metodologias foram aplicadas para problematização e definição de direcionamentos estratégicos com a sociedade local.

- Oficinas de trabalho participativas – método Zoop/metaplan – árvore de problemas e matriz de priorização
 Oficinas de trabalho participativas - método Zoop/metaplan – tempestade de idéias e análise em plenária para priorização;
 Reuniões com levantamento de demandas nas comunidades;
 Seminários com atividades de grupo e priorização por consenso, concordância ou votação
 Participação em eventos promovidos por outras organizações e levantamento de demandas;
 Demandas apresentadas por cidadãos ou líderes comunitários
 outras, quais _____

10) Quais destes indicadores são aplicados para avaliação dos resultados obtidos em relação aos objetivos propostos no projeto Classifique (0, 1, 2, 3)

- Menor tempo para atingir o objetivo proposto
 Maior percentual de atendimento dos objetivos e metas propostos, pela mensuração das ações
 Menor volume de recursos para atender os objetivos propostos
 Maior amplitude dos resultados em relação aos objetivos propostos
 Maior facilidade de replicar os resultados do projeto
 Outros, quais _____
 nenhum destes indicadores é aplicado

11) Qual a freqüência de utilização dos indicadores

- Por etapa de projeto
 Ao final da execução dos projetos
 Uma vez por ano
 Outros, Quais _____

12) Dos indicadores apresentados, quais são aplicados para avaliação dos resultados obtidos em relação aos recursos gastos para execução do projeto - Classifique (0, 1, 2, 3)

- Recursos aplicados por beneficiário direto
 Recursos totais gastos por metas atingidas
 Se houve sobras de recursos por meta estabelecida e 100% cumprida
 Mudou as condições de renda e qualidade de vida das pessoas

13) Dos indicadores apresentados, quais são aplicados para avaliação da satisfação dos beneficiários e da sociedade quanto aos resultados obtidos - Classifique (0, 1, 2, 3)

- Urgência para a sociedade
 Relevância das ações
 Oportunidade para a sociedade desenvolver outras ações
 Realizou mudanças na vida das pessoas da comunidade
 Capacidade de mobilização da sociedade

14) Para o sistema de gestão e publicidade dos atos da Organização, classifique os instrumentos citados quanto a realização - Classifique (0, 1, 2, 3)

- Faz a contabilidade da organização
 Faz a prestação de contas para os financiadores
 Faz a prestação de contas para sociedade via publicação em jornal o D.O.
 Faz pesquisa com a população onde atua referente à satisfação das atividades da entidade
 Faz planejamento de curto, médio e longo prazo
 Avaliação dos resultados do projeto no seu encerramento
 Avaliação por etapas do projeto

15) A quanto tempo foi criada a organização

- 1 a 5 anos
 5 a 10 anos
 10 a 15 anos
 15 a 20 anos

() mais de 20 anos

16) Quem atua diretamente na execução das atividades da ONG em Bonito

- () A direção
- () A direção e associados
- () A direção e consultores contratados
- () Somente o presidente

17) A formação escolar ou acadêmica dos responsáveis pelas atividades da ONG em Bonito:
NF (), NM (), NS (), Especialização (), Mestrado (), Doutorado ()

18) Esta ONG foi criada em Bonito? () sim () não

19) Esta ONG foi criada em qual destas localizações

- a) Na região sudoeste de MS ()
- b) No Estado ()
- c) No Brasil ()
- d) Internacional ()

20. Nome: _____ Sexo: () M () F

21. Idade:

- () 15 a 30 anos
- () 30 a 45 anos
- () 45 a 60 anos
- () mais de 60 anos

22. Escolaridade:

- () Fundamental
- () Médio
- () Superior
- () Pós- graduação

23. Nasceu em Bonito () sim () não

24. Você nasceu

- Na região Sudoeste de MS ()
- No estado ()
- No Brasil ()
- Fora do Brasil ()

25. A quanto tempo mora em Bonito

- () até um ano
- () 1 a 5 anos
- () 5 a 10 anos
- () 10 a 15 anos
- () mais de 15 anos
- () não mora em Bonito

26. Atividade principal que desenvolve na ONG: _____

Bonito, MS _____ de _____ de 2007.